

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito do curso de Mestrado em Criminologia, lecionado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto e tem por objeto o tema específico das “*Práticas policiais de atuação no âmbito das drogas*”.

O desenvolvimento deste trabalho compreende uma metodologia de investigação qualitativa assente em entrevistas realizadas a elementos policiais com intervenção direta no controlo do consumo e do tráfico de substâncias estupefacientes.

A sua estruturação centraliza-se no estudo: i) do plano normativo que regulamenta a atividade policial; ii) do plano de ação das atividades desenvolvidas por iniciativa própria; iii) das representações do fenómeno das drogas e iv) das representações do trabalho policial.

A contextualização deste estudo tem como principal objetivo compreender os significados que uma amostra de profissionais de polícia atribui às práticas adotadas, analisando a perspetiva da sua ação desenvolvida nesta área.

Prática é um conceito com vários usos e significados<sup>1</sup>. A prática é a ação que se desenrola com a aplicação de certos conhecimentos e que persegue um fim útil, atividade que visa a obtenção de resultados concretos. A prática também é a forma habitual de agir e de proceder. A prática assume a forma de protocolos de procedimentos padrão.

Estudar os significados associados aos processos subjetivos contribui para que se conheçam de forma mais aprofundada os processos de decisão relativos ao seu trabalho. A forma encontrada para aceder e explorar a dimensão dos significados e das experiências pessoais, foi alcançada através da técnica da entrevista.

A análise e o entendimento acerca da adequação do quadro normativo e das práticas policiais implementadas no plano da ação, são as primeiras dimensões consideradas nesta investigação. As representações acerca do fenómeno das drogas e do próprio trabalho policial integram as restantes dimensões consideradas. O discurso dos entrevistados reflete a subjetividade dos juízos de opinião emitidos sobre os temas abordados.

---

<sup>1</sup> *Prática* In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em www: URL:<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/pr>. (Do grego *praktiké* [téchne], «a arte de fazer uma coisa», pelo latim tardio *practīca*-, «idem»)

Os contextos organizacionais no qual estão inseridos e as influências que uma subcultura profissional pode exercer nas trajetórias individuais, contribuem para uma apreensão de significações diferenciada entre os sujeitos. Por outro lado, as características singulares e a forma como a significação é construída em torno do seu raciocínio mental, constituem-se como fatores determinantes da sua própria ação.

Um estudo sobre representações sociais<sup>2</sup> refere-nos que “a variabilidade das expressões individuais pode ser explicada pelas tomadas de posição particulares dos sujeitos condicionadas pelas suas vivências pessoais de determinado objeto social, que tomam sentido quando se tem em conta as respetivas pertenças grupais” (Quintas, 1997, p. 58).

Articulando os sistemas cognitivos individuais e as lógicas profissionais, a “variação entre indivíduos e grupos, considerados precisamente em função da sua história comum, dá azo a diferentes organizações representativas que implicam que não se possa falar unicamente de representação, mas de representações no plural” (Mugny & Caraguti, 1985, p. 58, cit. in Quintas, 1997).

Tais circunstâncias enunciadas geraram o interesse pelo estudo das significações que os sujeitos atribuem às suas próprias ações e que emergem do seu discurso direto, evidenciando as determinantes do seu posicionamento individual em função dos argumentos que as sustentam.

Dos múltiplos universos que o tema das práticas policiais poderá desencadear, importa clarificar que a abordagem desta pesquisa incidirá somente sobre a atuação policial na componente do tráfico de distribuição direta e do consumo de substâncias estupefacientes. Esta análise não poderá ser realizada de forma descontextualizada dos

---

<sup>2</sup>A teoria das representações sociais (TRS) foi esboçada por Moscovici (1961/1976) com o intuito de responder à questão “como o homem constitui sua realidade” (p. 504), questão por ele considerada como primordial à psicologia social. Como afirmam Trindade, Santos e Almeida (2011), Moscovici propõe novos conceitos “para explicar os processos requeridos para a construção do conhecimento, quando a representação de um objeto por um sujeito se produz em uma relação dialética, tão estreita entre ambos, que sujeito e objeto se fundem e se transformam” (p. 102-103). O conceito de RS designa uma forma de conhecimento específico, o saber de senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados (Galinkin, Almeida & Anchiet, 2012, p. 366-367).

Para Jodelet (1984), o conceito de representação social designa “uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados” (p. 08).

Doise (1986) define as representações sociais como “princípios geradores de tomadas de posição que são ligados a inserções específicas num conjunto de relações sociais” (pag. 85), tendo por função a organização dos processos simbólicos intervenientes nessas relações. A variabilidade das expressões individuais é, assim, explicada pelas tomadas de posição particulares dos sujeitos condicionadas pelas suas vivências pessoais de determinado objeto social, que tomam sentido quando se tem em conta as respetivas pertenças grupais, uma vez que as inserções sociais específicas determinam a partilha de experiências comuns (Quintas, 1997, p. 155).

Para um debate mais aprofundado sobre representações sociais consultar Guareschi e Jovchelovitch (1994); Jodelet (2001); Moscovici (1998, 2003); Sá (1996, 1998, 2000); Spink (1993); Wagner (1995, 1998).

diplomas legais que dirigem a ação policial, nem desenquadrado dos quadros de referência mental dos seus principais executantes. Pretende-se, assim, descrever a natureza do tipo de trabalho realizado pelas polícias, bem como as perspetivas subjetivistas sobre o fenómeno das drogas e sobre o contexto do tráfico em articulação com outras realidades criminais.

As questões de investigação que se procuram elucidar são:

Face ao fenómeno das drogas, no domínio da execução das práticas policiais existirá correspondência de aplicabilidade entre o quadro normativo e o plano de ação? Dentro desta perspetiva, nas suas intervenções na vertente do tráfico e do consumo de drogas, reconhecem os agentes de autoridade capacidade de resposta na lei para por cobro ao conjunto de situações com as quais são confrontados?

Perante as alterações legislativas em matéria de drogas, impõe-se a interrogação destes profissionais acerca da evolução do seu trabalho e das consequências produzidas no campo das práticas policiais? Qual é a natureza das suas ações desenvolvidas tendo por base o plano normativo e no campo da iniciativa policial?

No capítulo das representações, o que pensam sobre o fenómeno das drogas, das modalidades de tráfico e de determinados aspetos que circundam o desempenho do trabalho policial?

A pertinência e a atualidade da presente investigação resulta do facto de, em termos de evidência científica, o objeto de estudo das práticas policiais nem sempre merecer a devida atenção. A ausência de saberes qualitativos, fundamentados em dados empíricos sobre a problemática e o universo das intervenções policiais no domínio das drogas, é diminuto no panorama das ciências sociais. No contexto criminológico português, mantêm-se grandemente inexplorado a dimensão que as diferentes significações relacionadas com a sua temática possa representar, e daí considerarmos relevante a contribuição deste estudo para o enriquecimento do conhecimento científico.

Apoiado por uma ideia original do orientador deste trabalho, este estudo académico pretende investigar a temática das práticas policiais a partir da visão dos sujeitos policiais, desenvolvida quer ao nível do plano normativo quer ao nível do plano de ação. Dando voz ativa aos discursos dos interlocutores, a perceção subjetivista das formas concretas de exercício da sua atividade policial é, deste modo, relacionada com as representações atribuídas ao fenómeno das drogas.

O capítulo primeiro inicia com a exposição do enquadramento jurídico e político-criminal que regula toda a prática policial no âmbito das drogas. A validade das ações

policiais realizadas em matéria de drogas, em termos gerais, é conferida por uma legitimidade consagrada na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Organização Investigação Criminal (*Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto*), na Lei de Segurança Interna (*Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto*), na Lei Orgânica da PSP (*Lei n.º 53/2007, de 31 Agosto*) e pela atribuição de competências de investigação nas áreas de jurisdição e de tipificação criminal (*Decreto-lei n.º 81/95, de 22 de Abril*).

Através das menções tipificadas em diplomas específicos constantes dos regimes jurídicos aplicáveis ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (*Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*), ao consumo (*Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro*), na definição dos limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou preparações constantes das tabelas I a IV anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro, (*Portaria n.º 94/96, de 26 de Março*) e, nos meios de obtenção de prova e nas medidas cautelares de polícia, consagradas no Código de Processo Penal (*Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro*), constantes dos capítulos I a IV, do Título III, do Livro III e do Título I das disposições gerais no capítulo II e III, respetivamente, que ativamente mais se concretizam as práticas da atividade policial.

No capítulo segundo, um primeiro ponto, incide sobre a revisão teórica das práticas policiais manifestadas através das suas vertentes, ilustrando-se também uma apresentação de resultados de estudos empíricos avaliativos da intervenção policial e da execução das suas modalidades de policiamento. Um breve apontamento foi direccionado para a caracterização dos mercados e para os tipos de droga a que se dirigem as práticas policiais. Os segmentos da componente técnico-policial são expostos através das respetivas metodologias de atuação. As referências às representações empiricamente produzidas sobre determinados aspetos do trabalho policial encerram este capítulo.

Atendendo a que se trata de uma investigação do tipo descritivo, no capítulo terceiro descrevem-se alguns dos fundamentos teóricos da metodologia qualitativa e a sua adequação ao nosso estudo com referência às questões de investigação, à constituição e às características da amostra, referenciando as potencialidades do instrumento de recolha dos dados e à explicação do procedimento de análise adotado.

Segue-se o capítulo quarto, onde se apresentam os resultados do nosso estudo harmonizados com as dimensões e tópicos do guião da entrevista. Em primeiro lugar as ações que conduzem a atividade policial e a abrangência das normas jurídicas estipuladas para o controlo das drogas constituem o objeto de interesse abordado, nomeadamente, a questão da adequabilidade e da suficiência do quadro normativo vigente para o domínio

da sua atuação. O debate em torno das ações de natureza diversa especificadas nos meios de obtenção de prova, a relevância funcional e o significado atribuído a cada uma das suas modalidades, foram igualmente apreciadas como aspetos determinantes para a satisfação dos objetivos do trabalho policial. Na perspetiva da aplicação da lei, as alterações legislativas suscitaram a obrigatoriedade de mudanças nos procedimentos policiais, tornando-se imperioso proceder à sua examinação com vista à apreciação das práticas num quadro comparativo entre distintos períodos.

Dentro deste capítulo, no campo da iniciativa policial analisaram-se também os cenários relativos com o plano da ação que desencadeiam intervenções de resposta diferenciada. Centralizado na narração dos expedientes policiais utilizados na resolução das ocorrências criminais nesta matéria, a atuação policial versa simultaneamente a execução de ações espontâneas e de ações planeadas, estas últimas desenvolvidas numa perspetiva mais estruturada. Em ambas as ações são identificados os principais objetivos das suas ações e o conjunto de técnicas utilizadas.

A parte final deste nosso estudo é reservada à análise dos juízos formulados acerca do fenómeno das drogas, comparando a sua magnitude com outras manifestações de criminalidade. De forma semelhante, ao nível de categorias pré-selecionáveis intimamente ligadas com a execução das práticas policiais, analisaram-se as representações do trabalho policial. As questões aplicadas incidiram sobre as perceções e o processo de significações concedido a determinados acontecimentos, evidenciando as determinantes do posicionamento individual dos agentes policiais.

Nas conclusões finais, mediante uma discussão de resultados, procuramos integrar o conjunto dos dados recolhidos no trabalho desenvolvido com a reflexão teórica. A partir desta concordância formula-se um juízo apreciativo sobre as praticas policiais e os principais méritos das suas ações adotadas para as situações concretas, sem ausentar disso as limitações e implicações do nosso estudo.

# CAPÍTULO I

## ENQUADRAMENTO LEGAL DAS PRÁTICAS POLICIAIS NO ÂMBITO DAS DROGAS

Um estudo a respeito das práticas policiais, requer necessariamente uma apreciação da natureza normativa que regulamenta o exercício da sua ação. No entender de Braz (2009) a Polícia constitui mesmo a “*first-line enforcer*” do sistema criminal. A Polícia como instância de resposta ao crime, é uma instituição marcante na sociedade atual, como força de segurança de natureza de serviço público tem por funções “defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (n.º 1 do art.º 272 da CRP).

A atividade policial integralmente traduzida nas distintas modalidades de ação deve ser sempre orientada à luz do enquadramento legal ao qual está subjacente. A execução das práticas policiais não é um processo independente da filosofia do legislador, nem autónomo dos fundamentos contidos no espírito da lei,

Em termos gerais, poder-se-á mencionar que o conteúdo funcional do conjunto de diplomas adiante enunciados, enquadram as ações policiais realizadas no domínio das drogas. Nessa conformidade, as suas práticas e modos de atuação adotados para a resolução dos problemas criminais, são regulamentados pelo ordenamento jurídico vigente.

No art.º 272.º da CRP<sup>3</sup>, encontram-se consagradas as funções de prevenção das autoridades policiais. No âmbito da prevenção, em sentido estrito, compete à Polícia a “adoção medidas adequadas e a quem caberá um papel de atuação imediata e direta no terreno, onde presenciarem a infração e à qual deverão por termo” (Valente, 2002, p. 81-82).

O exercício da ação policial encontra-se subjugado ao princípio da legalidade, pois o art.º 242.º do CPP<sup>4</sup> estipula a obrigatoriedade da transmissão da notícia do crime a todas entidades policiais, significando isto que “sempre que se verifiquem os pressupostos jurídico-factuais da incriminação e os requisitos de procedibilidade da ação penal” (Teixeira, 2000, p. 48), devem as mesmas agir nesta concordância.

---

<sup>3</sup> Constituição da República Portuguesa

<sup>4</sup> Código Processo Penal

A *Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto* (LOPSP)<sup>5</sup>, no seu artigo 3.º, enuncia que compete respetivamente a esta força, nas “al.) e) desenvolver as ações de investigação criminal (...) que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais” estipulando que dentro dos parâmetros da al.) m) “prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo”.

A *Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto* (LSI)<sup>6</sup>, vocacionada para a criminalidade em geral, consagra nos seus fins, a “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade”. Nos seus artigos 28.º e 29.º, independente da natureza da atuação policial, são identificadas algumas medidas de polícia que podem ser contempladas pela sua ação na vertente fiscalizadora do tráfico tais como a “identificação de pessoas suspeitas que se encontrem ou circulem em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial” e na vertente opressiva como medidas especiais de polícia, a “realização, em viatura, lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, de buscas e revistas ... apreensão ... e realização de ações de fiscalização em estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos ao público”.

Acrescente-se que em termos de investigação criminal, a *Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto* (LOIC)<sup>7</sup>, incumbe às autoridades policiais “coadjuvar as autoridades judiciais na investigação, desenvolver as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas” atribuindo-lhes adicionalmente a competência genérica “dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judicial competente para a direção do processo.”<sup>8</sup>

Em Portugal, a *Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho* (LQPC)<sup>9</sup>, depois de no seu art.º 1.º traçar os seus objetivos gerais, no art.º 2.º, definem-se “como objetivos específicos da política criminal, prevenir, reprimir e reduzir a criminalidade violenta, grave ou organizada, incluindo os crimes cometidos com as organizações terroristas e a associação

---

<sup>5</sup> Lei Orgânica da PSP

<sup>6</sup> Lei de Segurança Interna

<sup>7</sup> Lei da Organização de Investigação Criminal

<sup>8</sup> Na PSP o processo levou a que se organizasse uma divisão de investigação criminal muito poderosa em termos operacionais e em termos de capital simbólico, competindo com a PJ pelos processos-crime, pelos resultados estatísticos. O crime, enquanto objeto preferencial de atenção e domínio de atuação, tem ganho um novo protagonismo político na PSP (Durão, 2009, p. 49).

<sup>9</sup> Lei-quadro da Política Criminal

criminosa dedicada ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas”. No art.º 4.º, al.) f), este tipo de crime assume mesmo uma configuração prioritária e nessa categorização, determina o Art.º 9.º, “a promoção com a periodicidade adequada, a realização das operações especiais” e o desenvolvimento nas “zonas urbanas sensíveis no âmbito de estratégias integradas de prevenção e intervenção, ações regulares de policiamento reforçado, com recurso a meios especiais de polícia”. Na orientação da política criminal, é atribuído um relevo prioritário à “importância da prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas”, daí ser atendível que as forças de segurança realizem as suas ações tendo em vista a realização de tais fundamentos.

Em matéria de drogas, a legislação específica que regula o exercício da função policial e designadamente a sua atuação concreta, encontra-se inscrita no regime jurídico aplicável ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas é regulamentado pelo Capítulo III do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*, pela *Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro*, que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica, e pela *Portaria n.º 94/96, de 26 de Março*, que na al.) c) no seu art.º 1.º, também define os “limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas ou substâncias ou preparações constantes das tabelas I a IV anexas ao *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*.”

Historicamente, Quintas (2006), apoiado numa síntese de leis das drogas publicadas no nosso país, designadamente o *Decreto n.º 35 042, de 20 de Outubro de 1945*, o *Decreto-Lei 365/82, de 8 de Setembro*, o Artigo 47º do *Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro*, o Artigo 57º do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*, sintetiza no seu trabalho que todo este pacote legislativo atribuiu tradicionalmente o papel fundamental do combate ao tráfico de drogas à Polícia Judiciária, bem como outra diversa legislação (*Decreto-Lei n.º 23/87, de 21 de Abril*, o *Decreto-Lei 387-H/87 de 30 de Dezembro* e *Decreto Lei n.º 295-A/90 de 21 de Setembro*), onde se consagra o princípio de que a investigação dos crimes relacionados com droga está sujeita ao regime de presunção de deferimento a favor daquela polícia.

No ano de 1995, ocorreu uma das mais marcantes modificações que veio contribuir para a alteração do modelo organizacional da instituição policial, conferindo competências de investigação nos crimes de tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, às recém-criadas Brigadas Anticrime, tratando-se de “unidades especiais”



com competências específicas nesta matéria.<sup>10</sup> Com a entrada em vigor deste diploma, passaram a ser deferidas nestes serviços especializados as competências de investigação dos crimes previstos e punidos na al.) a e b, n.º 2, do artigo 57, do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 23 de Janeiro*, em consequência da nova redação implementada no artigo 1.º do *Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril*.

Desta forma as autoridades judiciais iniciaram um novo processo remetendo para as forças policiais (PSP/GNR) territorialmente competentes os crimes tipificados que fossem praticados nas respetivas áreas de jurisdição,

O que não quer dizer que estas forças policiais não desenvolvessem previamente atividades de investigação criminal neste domínio, tendo até grande relevo a intervenção de sectores especializados da PSP e da GNR, particularmente em bairros sociais das grandes periferias urbanas onde se desenvolvem atividades sistemáticas de tráfico e consumo de drogas (Quintas, 2006, p. 162).

Refira-se ainda que por força do artigo 2.º do *Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril*, compete especialmente à GNR e PSP, nas respetivas áreas de atuação e com vista à deteção de situações de consumo e tráfico de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas a vigilância “dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco e (...) patrulhamento das zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico e consumo.”

No tocante com o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, os procedimentos de atuação policial modificaram-se após a aprovação da *Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro*, que regula o regime jurídico aplicável a estas situações. O artigo 2.º desta norma enuncia que “o consumo, a aquisição e a detenção para consumo próprio” constituem uma violação do foro contraordenacional e a sua “aquisição e a detenção para consumo próprio não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias”.

No entanto, manteve-se o procedimento da forma de lidar com as quantidades de droga que excedam o limite estabelecido. Por exemplo, Fonseca (2006), considera que:

---

<sup>10</sup> Até então o organigrama policial já consagrava serviços de investigação criminal que auxiliavam as autoridades judiciais na realização de diligências processuais nos inquéritos crime com moldura penal até três anos.

Apesar do atual regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas dar ênfase ao consumidor e ao seu tratamento e reintegração social, mantém-se, ainda hoje, uma retribuição criminal para o consumidor que detenha para seu consumo próprio uma quantidade de estupefaciente superior à dose necessária para satisfação do seu consumo durante 10 dias, atendendo aos limites quantitativos máximos fixados pela Portaria n.º 94/96, de 26 de Março, anexa ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro (p. 39).

Esta questão foi inclusivamente levada ao Supremo Tribunal de Justiça, tendo por este Tribunal pelo Acórdão n.º 8/2008, fixado jurisprudência nos seguintes termos: «Não obstante a derrogação operada pelo artigo 28.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o artigo 40.º, n.º 2, do Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, manteve-se em vigor não só ‘quanto ao cultivo’ como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias.»<sup>11</sup> (Diário da República, 1.ª série — N.º 150 — 5 de Agosto de 2008).

Estabelecida uma contextualização generalizada dos normativos nas quais em matéria das drogas as operações policiais poderão ser enquadradas, importa agora evidenciar o conjunto de determinado tipo de ações específicas concretizadas neste domínio.

Os capítulos I a IV, do Título III, do Livro III do CPP (*Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto*), incluem os artigos 171.º a 190.º e estabelecem regulamentação dos exames, das revistas, das buscas, das apreensões e das escutas telefónicas, enquanto meios de obtenção de prova (Gonçalves & Alves, 2000, p. 199).

Estes atos poderão ser realizados por encargo das autoridades judiciais constituindo uma pauta metodológica da atuação policial<sup>12</sup>. Os meios de obtenção de prova<sup>13</sup> asseguram as condições de legalidade processual da atuação policial,

---

<sup>11</sup> (Diário da República, 1.ª série — N.º 150 — 5 de Agosto de 2008)

<sup>12</sup> O Artigo 55º do CPP refere que compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciais com vista à realização das finalidades do processo. O Artigo 56º do CPP, por seu lado, enuncia que a orientação e dependência funcional dos órgãos de polícia criminal, nos limites do disposto no n.º 1 do artigo anterior, atuam no processo sob a direção das autoridades judiciais.

<sup>13</sup> Para os crimes de tráfico de estupefacientes, nos termos dos artigos 21.º a 23.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, encontram-se previstos outros meios de produção de prova, nomeadamente no Art.º 6 da *Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro*, onde o registo de voz e imagem é admissível por qualquer meio e sem o consentimento do visado, dependendo a sua produção de prévia autorização do juiz.

correspondendo aos instrumentos nucleares que mais refletem o cumprimento das suas ações concretas e das suas práticas. No caso concreto das drogas, a eficácia e a eficiência da ação policial muitas vezes dependem da sua correta aplicabilidade “já que a produção de prova depende decisivamente do seu desenvolvimento em termos técnica e taticamente adequados (Braz, 2009, p. 152).

Nas intervenções policiais, as revistas que “consistem em proceder ao exame ou inspeção minuciosa de uma pessoa, a qualquer hora do dia ou da noite, para verificar se oculta objetos relacionados com o crime ou que possam servir de prova dele” (Valente, 2003, p. 11-12) são ocasionadas pela circunstância determinativa de mera “comprovação das infrações” (Valente, 2003, p. 22). Correspondem ao procedimento inicial e capitular adotado pelas forças policiais em qualquer situação, medida esta “cuja utilidade se perderá se não forem realizadas imediatamente” (Gonçalves, 1996) e assim poderá deixar cair por terra a obtenção do êxito da intervenção. Para além desta natureza, esta prática também poderá ser realizada como medida de segurança ou medida preventiva nos termos das medidas cautelares de polícia constantes artigo 251.º do CPP, constituindo-se como uma verdadeira atividade preventiva da estratégia de atuação policial.

No caso específico de tráfico de substâncias estupefacientes, no âmbito do art.º 51.º do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 Janeiro*, uma disposição especial foi salvaguardada reportada com a ocultação de substâncias no próprio corpo, bastante habitual nos casos de tráfico por via aérea, sendo que neste caso específico “as autoridades procedem à perícia numa unidade hospitalar ou estabelecimento adequado a esse fim”.

Os pressupostos dos exames encontram-se previstos no artigo 171.º do CPP, consistindo “num conjunto de procedimentos específicos exigíveis *“in causu”* tendo tecnicamente por objetivo a identificação, localização, sinalização, fixação preservação, recolha e transporte de vestígios, objetos, sinais ou particularidades com eventual interesse probatório conjunto de regras e procedimentos de natureza verdadeiramente cautelar” (Braz, 2009, p. 154).

Habitualmente realizadas em espaços edificados, o objetivo das buscas consiste em encontrar as substâncias estupefacientes e demais artigos utilizados na atividade delituosa, ou resultantes dessa atividade, no interior de espaços delimitados locais reservados e não acessíveis ao público ou lugares públicos acessíveis a toda a gente. A atividade policial não é apenas ancorada pelos critérios de legalidade mas sobretudo destina-se a alcançar essencialmente os níveis de eficiência objetivados, daí que “alguns operacionais consideram a data/hora e o fator surpresa a principal opção tácita para

garantir o sucesso neste tipo de ações” (Braz, 2009, p.170).<sup>14</sup> A busca domiciliária<sup>15</sup> será a “diligência efetuada num local que se enquadre no conceito normativo constitucional de domicílio (...) com o objetivo de descobrir, recolher e apreender objetos – provas reais ou materiais – que permitam indicar se existiu ou não crime ” (Valente, 2003, p. 88).

As apreensões remetem-nos para os “objetos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime, os que constituem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, e bem assim todos os objetos que tiverem sido deixados pelo agente no local de crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir de prova”, conforme preceitua o n.º 1 do artigo 178.º, do CPP. Importa salientar que o confisco de objetos através dos designados institutos penais perda de instrumentos, produtos e vantagens consignados nos artigos 109.º a 111.º do CP<sup>16</sup> uma vez revertidos a favor do Estado, são posteriormente afetos aos organismos apreensores encarregues da sua repressão<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Os manuais de investigação criminal de origem norte americana apresentam no plano metodológico várias modalidades de busca: em faixas, em faixas de sentido inverso, em grelha ou faixa cruzada, em círculo ou espiral, por zonas ou subáreas e em flor. (Gilbert James, “Criminal investigation”. Prentice. Hall, 2001. New Jersey; Sodermam Harry e Jonh J. O’Connell “Manuel d’enquete criminelle modern” Payot. In revista Polícia n.º 44, Janeiro / Março de 1999. Madrid cit in Braz, p. 17).

<sup>15</sup> Incluem-se no conceito de domicílio as habitações precárias, como tendas, embarcações, autovivendas, carroções e veículos similares, mesmo em movimento, as habitações ocasionais, como quarto de hotel, os locais de trabalho (escritórios, oficinas, etc.) e o domicílio profissional; [Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 452/89, de 28 de Junho e 504/94, de 14 de Julho, publicados nos BMJ n.ºs 388 (1989), p.202, e n.º 439 (1994), p. 173, respetivamente, e ainda Acórdão da Relação de Évora, de 15 de Abril de 1986, publicado no BMJ n.º 358 (1986), p. 625].

Por casa habitada entende a doutrina dominante como o local onde o visado tem a sua vida e bens domésticos, onde desenvolve a sua vida íntima, ou seja onde tenha a sua residência habitual.

Por dependência fechada o espaço contíguo à zona de habitação, dentro da reserva da vida íntima do visado, mesmo que não tenha fechadura, e se encontre isolada, por qualquer modo, do mundo exterior.

[Cf. Paulo Pinto de Albuquerque, em comentário ao Código Processo Penal, páginas 478 e 479, Universidade Católica Editora, 2007, Acórdão n.º 67/97 do Tribunal Constitucional e Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, Processo n.º 06P2321 de 20-09-2006 (Bagina, 2009, p. 35).

Em Portugal, o Programa do XVII Governo Constitucional, reconhecia uma alteração fundamental que “será aperfeiçoado o ajustamento do processo penal à diferente natureza e complexidade da criminalidade”, admitindo “realização de buscas domiciliárias noturnas, no período compreendido entre as 21h e as 7h” nos casos de: terrorismo ou criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada; Consentimento do visado; flagrante delito pela prática de crime punível com pena de prisão superior a três anos (n.º 2 do Art.º 177 do CPP). O que foi concretizado com a entrada em vigor da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, quando foi alterado o regime jurídico da **Busca domiciliária**, como meio de obtenção de prova, regulado pelo Art.º 177º do CPP, promovendo-se assim a eficácia e a eficiência da investigação criminal, na sua atividade de recolha e obtenção de prova (Bagina, 2009, p. 35). O artigo 51.º do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*, equipara os crimes previstos no artigo 21.º (Tráfico e outras atividades ilícitas), artigo 22.º (Precursores), artigo 24.º (Agravação) e, artigo 28.º (Associações criminosas), a “criminalidade violenta e altamente organizada”.

<sup>16</sup> Código Penal

<sup>17</sup> O *Decreto-Lei n.º 11/2007 de 19 de Janeiro* estabelece o regime jurídico da avaliação, utilização, alienação e indemnização de bens apreendidos pelos órgãos de polícia criminal, no âmbito de processos-crime e contraordenacionais, que sejam suscetíveis de vir a ser declarados perdidos a favor do Estado e regula os respetivos procedimentos.

As escutas telefônicas têm a sua admissibilidade consagrada no artigo 187.º do CPP, suscitando nos últimos tempos “quer na doutrina quer na jurisprudência vários receios e acesas controversas” (Braz, p. 181). Os chamados processos de comunicação oral, escrita ou eletrônica, são só são intercetados quando “houver razões para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria de outra forma impossível ou muito difícil de obter”, abrangendo nestas situações, nomeadamente a sua alínea b), os crimes relativos ao tráfico de estupefacientes.

Para além dos casos previstos nos capítulos I a IV do Título III do Livro III do CPP, constam das fases preliminares no Título I, as disposições gerais no capítulo II e III do mesmo compêndio, as medidas cautelares de polícia e da detenção<sup>18</sup>. O enquadramento das medidas cautelares de polícia como atividade processual penal pode ser encarado como atos praticados por iniciativa própria conformados com os princípios da necessidade e da urgência da intervenção policial e vinculados ao dever de ser transmitida imediata notícia à autoridade judiciária. Privilegia-se a eficácia da ação através de um conjunto de meios de atuação considerados essenciais antes da intervenção das autoridades judiciárias. A delimitação das medidas cautelares e de polícia (ou atos por iniciativa própria dos órgãos de polícia criminal) é estabelecida por um critério funcional indissociável do processo penal.

A relevância processual penal da iniciativa própria dos órgãos de polícia criminal compreende o surgimento da notícia do crime e a realização de atos fundados numa pressuposta notícia. A incumbência legal da Polícia passa pela comunicação da notícia do crime (artigo 248º), as providências cautelares quanto aos meios de prova (artigo 249º), identificação de suspeito e pedido de informações (artigo 250º), revistas e buscas sem autorização prévia da autoridade judiciária (artigo 251º), apreensão de correspondência e localização celular (artigos 252º e 252º-A), detenção em flagrante delito (artigo 255º) e fora do flagrante delito (artigo 257.º) mediante emissão de mandado judicial (artigo 258º).

Desta forma conclui-se que as ações policiais no âmbito das drogas encontram-se previstas no conjunto de diplomas legais enumerados Estes pressupostos legais, de forma

---

<sup>18</sup> A sua aplicação é norteadada por dois princípios fundamentais: “o princípio da tipicidade legal (a atividade de polícia é composta por atos e procedimentos individualizáveis e previstos na lei independentemente de se tratar do cumprimento de autorização ou ordens emanadas de autoridade judiciária ou de polícia, medida de coação ou ações de vigilância. O princípio da proibição do excesso significa que as medidas de polícia devem obedecer aos requisitos da necessidade, da exigibilidade e da proporcionalidade” (Braz, 2009, p. 197).

genérica ou específica, pretendem assegurar as condições de legalidade da atuação policial sendo exercidos simultaneamente no âmbito das competências de investigação ou da prevenção policial, ao nível da segurança interna, ou mesmo inclusive ao nível da organização policial, muito embora os objetos diferenciados e as distintas funcionalidades que compreendem os seus princípios.<sup>19</sup>

No entanto transversalmente a estes normativos, é através do recurso aos meios de obtenção de prova estatuídos no CPP, que mais se evidenciam a corporização das práticas policiais no estrito cumprimento dos pressupostos inscritos na legislação específica das drogas consagradas no *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*, no *Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril*, na *Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro* e na *Portaria n.º 94/96, de 26 de Março*.

---

<sup>19</sup> A competência para a prevenção criminal não obedece aos princípios gerais do processo penal (Damião da Cunha, 1993:222 a 269, António Sousa, 2004:49 a 53, e Claus Roxin, 1998:66 e 67). Não havendo um regime legal das ações de prevenção criminal, esta encontra-se presentemente subordinada aos princípios constitucionais restritivos das intromissões em direitos, liberdades e garantias e a um conjunto de regras dispersas por vários diplomas.” Cf. Paulo de Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal*, folha 634, Universidade Católica Editora, 2007 (*Revista Polícia Portuguesa*, n.º 010 – III Série Janeiro/Março 2009).

## **CAPÍTULO II**

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO DAS PRÁTICAS POLICIAIS NO ÂMBITO DAS DROGAS**

#### **2.1 A INTERVENÇÃO POLICIAL**

A literatura focalizada nas intervenções policiais realizadas no domínio das drogas, atribui um relevo destacado ao pendor repressivo que caracteriza as suas atuações. Numa perspetiva histórica, a abordagem tradicional nesta e noutras matérias, aponta que em grande medida a componente policial manifesta-se através da execução de ações policiais do tipo “patrulhas preventivas e aleatórias” (Kelling & Moore, 1988, p. 7), tendo sido desenvolvido um “modelo padrão” de policiamento durante o início da era profissional em torno da década de 1930, e que nos tempos atuais ainda funciona como protótipo orientador da atividade policial.

O agravamento das condições criminais, inclusive das suas manifestações mais expressivas e o aumento dos respetivos índices referenciais, conduziram a atuação policial para uma vertente mais interventiva na resolução dos problemas. Gary Cordner (1979) observou igualmente que o trabalho da polícia incluía uma componente reativa que “normalmente responde aos problemas existentes, envolvendo diretamente táticas tradicionais como por exemplo o patrulhamento e resposta rápida às chamadas de emergência, invasões e ações de repressão” (p. 59). Como tal, a segurança pública foi sendo assegurada essencialmente através de um policiamento reativo que se limitava a atuar em caso da violação da lei.

Efetivamente as ações policiais repressivas correspondem a um dos tipos de resposta policial mais usuais que consistem na realização de "escaladas bruscas que se destinam a aumentar a ameaça real ou percebida de apreensão para determinados crimes que ocorrem em determinadas situações ou locais" (Davis & Lurigio, 1996, p. 8). As operações policiais repressivas levadas a cabo no domínio das drogas, são consideradas:

Tipicamente muito visíveis visando reduzir a oferta de drogas disponibilizadas pelos traficantes pretendendo assim interromper a sua atividade ao nível do mercado de rua mas também em mercados-alvo pois trata-se de locais fechados residenciais ou comerciais e onde o acesso é restrito (Mazerolle, Soole & Rombouts, 2007, p. 123).

A propósito do padrão de atuação policial de cariz repressivo levado a cabo nos “territórios psicotrópicos”<sup>20</sup>, Fernandes (1998) narrou-nos um dos traços mais impetuosos desta modalidade observados num episódio descrito nos seguintes moldes: “enquanto estávamos no terreno assistimos à progressiva sinalização do Aleixo como “hipermercado das drogas” (...) seguiu-se uma investida policial, com tiros pelo meio, que culminou com o encerramento das *roulottes* à entrada do bairro” (p. 152).

Durão (2004), num trabalho de cariz etnográfico introduz um fator temporal neste tipo de operações policiais que se concentravam “em rusgas a bairros de zonas periféricas, identificadas e conhecidas pelo tráfico de estupefacientes, efetuadas sem regularidade precisa e não mais de duas vezes por mês” (p. 138-139).

Cunha (2008), por outro lado demonstrou que um dos maiores reflexos da ação policial repressiva traduz-se no aumento do número dos cidadãos presos em consequência deste tipo de atividade, pois “Portugal detém (...) a maior proporção de condenações por criminalidade associada à droga (...) e tal prende-se com os padrões específicos de repressão do tráfico de drogas” (p. 156).

Wilson & Heinonen (2011) reconhecem a vantagem de muitos departamentos policiais ainda hoje adotarem esta metodologia de atuação, dado que não necessita de ser “apoiada por dados ou análises e os pressupostos subjacentes a esta estratégia reside na facilidade da sua aplicabilidade em qualquer lugar e em qualquer momento para reduzir o crime e a desordem” (p. 279-280).

Independente dos circunstancialismos formais da sua execução, as intervenções policiais reativas não se encontram isentas de críticas aferidas por uma linha de argumentação discordante que tem em conta os níveis de eficácia alcançados por este tipo de atuação policial.

Herman Goldstein (1979), apoiado nos estudos da “patrulha preventiva” (Kelling et al., 1974) e no da “resposta rápida às chamadas de emergência” (Kansas City Police Department, 1977 & Spelman Brown, 1984), sustenta que os padrões de atuação policial poucos impactos produziram na redução dos crimes, criticando desta forma as práticas policiais reativas como medidas que se focalizam mais nos “meios” do policiamento do que nos seus “fins”.

---

<sup>20</sup>“Lugares urbanos onde é visível a ocorrência de atividades ligadas às drogas, desde o comércio ao consumo” e “É um atrator de indivíduos que têm interesse em torno das drogas” (Fernandes, 1998, p. 32-167).



A confirmação que a prática de policiamento baseada na aplicação de estratégias reativas poucos efeitos produziu na redução da criminalidade foi similarmente confirmada através das análises avaliativas do trabalho policial realizadas por Goldstein (1979); Kelling et al., (1998); Goldstein (1979); Mazerolle et al., (2007); Braga et al., (2012) e Weisburd & Telep (2012).

O contraponto das intervenções policiais de índole repressivo é estabelecido pelas ações de cariz preventivo. As ações de prevenção criminal são distintas na sua natureza e nos seus fins. A consistência das suas práticas reside essencialmente num tipo de abordagem conforme com uma condição de máxima exposição da presença policial. A visibilidade da assiduidade e da permanência policial suprime os efeitos da ação criminosa. Podemos referir-nos às ações preventivas como o conjunto de medidas adotadas no sentido a evitar o crime. O princípio da prevenção traduz-se na importância atribuída ao exercício precavido das intervenções que permitem reduzir as manifestações criminosas, dissuadindo e impedindo a sua consumação.

Da perceção de Fernandes (2008), resulta que a prevenção criminal poderá ser entendida como o conjunto de atividades e medidas adotadas pelas forças e serviços de segurança, assim como por parte da sociedade em geral, com o objetivo de evitar a ocorrência de factos criminosos. Numa série de estudos experimentais e quási-experimentais indicaram que o exemplo da prevenção policial pode ser eficaz para a redução da criminalidade (Weisburd & Eck 2004; Braga 2012).

Numa espécie de contaminação de princípios aparentemente contraditórios e apoiadas por ações sólidas, poder-se-á assegurar que com vista a reprimir os fenómenos criminais, as intervenções policiais agregam simultaneamente a execução de práticas de repressão e de prevenção criminal.

## **2.2 A QUESTÃO DO POLICIAMENTO: ESTILO E ORGANIZAÇÃO**

Recasens citando Lipsky (1980), menciona-nos a atuação da polícia “não se limita apenas à mecânica de aplicar as leis, programas e diretivas” (Recasens, 2007, p. 194).

Com vista ao cumprimento das suas missões, em prol da satisfação das exigências das comunidades e no garante da tranquilidade e segurança pública, a discussão suscitada em torno da questão do modelo policial, estabelece-se muitas das vezes como tema de estudo do objeto policial. Numa ampla extensão de estratégias policiais, os modelos de policiamento focalizados em particular na resolução dos incidentes concretos, têm-se

desenvolvido ao longo dos tempos vindo a representar as variantes dos padrões de atuação policial.

A intranquilidade social, os transtornos e aborrecimentos gerados pela venda de drogas e pelos problemas associados com a sua exteriorização, perturbam a convivência harmoniosa das sociedades integrando o universo central das preocupações policiais. O alarmismo social exasperado em consequência das ocorrências criminais relacionadas com a questão das drogas, naturalmente que produz as suas influências nas dinâmicas do trabalho policial.

A atividade de venda e consumo desenvolvida nos mercados de drogas articulado com o agravar da complexidade dos problemas criminais, revelaram que o típico pendor reativo ou preventivo das ações policiais desencadeados à margem de objetivos estruturais, por si só, não satisfaz as pretensões tranquilizantes reclamadas pelas populações.

A evolução da criminalidade e das novas disposições da convivência social originaram o repensar da atuação policial. As atuais exigências da missão policial e a necessidade de encontrar respostas ajustadas à concreta ameaça criminosa concentraram a atenção na análise da atividade policial desenvolvida através dos modelos de policiamento. Enquanto modalidade de ação, é inegável que a aplicação dos diferenciados modelos vise contribuir para a “manutenção e gestão de ordens quotidianas” (Durão, 2008, p. 135).

Ao longo dos tempos assistiu-se a inovações nas estratégias de policiar e ao emprego de novas tendências, nomeadamente, a implementação de patrulhas direcionadas para *hotspots* de criminalidade, a inclusão do policiamento comunitário ou de proximidade e do policiamento orientado para a resolução dos problemas.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Neste campo a PSP, através da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio, relativa ao Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), operacionalizou os objetivos definidos no Programa do Governo e sistematizou mecanismos de articulação entre as valências de prevenção da criminalidade e policiamento proximidade e as valências de ordem pública, investigação criminal e informações policiais. O PIPP, congrega os projetos que foram implementados de uma forma algo espartilhada, numa estratégia global, através do estabelecimento de objetivos estratégicos e operacionais, e implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal e informações policiais. Os elementos que constituem as Subunidades abrangidas pelo projeto-piloto, incluindo as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e novas Equipas do Programa Escola Segura (EPES), receberam formação específica para o desempenho das missões que lhes estão adstritas de acordo com o diagnóstico de segurança efetuado.

Os elementos policiais que constituem estas equipas são designados por Agentes de Proximidade. Operacionalmente estes Agentes têm uma missão que abrange desde o policiamento de visibilidade, a resolução e gestão de ocorrências/conflitos, o reforço da relação polícia - cidadão e a deteção de situações que possam constituir problemas sociais ou dos quais possam resultar práticas criminais. Os Agentes de

Tais intervenções estratégicas destinam-se a resolver problemas específicos, concentrando-se essencialmente em bairros ou zonas geográficas com forte incidência de criminalidade. O policiamento pode ser definido como uma “atividade institucionalmente enquadrada, baseada em patrulhas regulares e firmada como prática secularmente integrada nas cidades. É conduzido por agentes orientados para vigiar e agir sobre quem e o que se passa nos domínios dos espaços públicos” (Durão, 2011, p. 131).

Weisburd & Eck (2004) analisaram o "modelo padrão" de policiamento. Estes autores propuseram um novo paradigma de atuação que exigia da parte policial a adoção de um papel proactivo na identificação dos crimes e nos problemas subjacentes à sua exteriorização. Para o plano das suas intervenções, segundo o modelo de Weisburd & Eck (2004, p. 42), as dimensões da estratégia policial passariam a interferir junto das questões criminais sob uma perspetiva dicotómica. Num primeiro nível de ação, competia às autoridades identificar o "nível de foco" ou “nível de concentração”, ou de “direção da atividade policial” mais problemático, através da utilização de práticas de policiamento tradicionais. Numa segunda dimensão conceitual, a atividade policial, através de intervenções em parceria com entidades não-policiais ou comunitárias, incluiriam uma diversidade de abordagens específicas destinadas ao controlo da criminalidade.

A análise do nosso estudo detém-se agora nas modalidades de policiamento diferenciadas.

### **2.2.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO OU DE PROXIMIDADE**

O policiamento comunitário é talvez a inovação mais amplamente adotada pela polícia na última década. A sua definição tem variado ao longo do tempo entre as agências policiais. Grande parte da literatura é unânime em reconhecer que o pressuposto principal deste tipo de policiamento implica um maior envolvimento da comunidade na resolução dos conflitos criminais que a afetam, e na decisão das atividades da polícia para prevenir e controlar os seus fenómenos mais expressivos. Nesta modalidade, o controlo do crime

---

Proximidade estão sujeitos a um determinado número de regras de *empowerment* ou delegação de poderes e de responsabilização. Estes desenvolvem contactos com a população em geral, serviços das juntas de freguesia e das câmaras municipais, dos tribunais, técnicos locais de determinados projetos de assistência social, conselhos diretos dos estabelecimentos de ensino, comerciantes, bem como os cidadãos em geral. A responsabilização dos Agentes de Proximidade constitui outro dos elementos fundamentais do Programa, designadamente, através de definição de protocolos de procedimento, formulários e normas de atuação que os vinculem a identificar problemas e a atuar em situações que possam direta ou indiretamente influenciar a segurança pública. Disponível em <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp>.

deve basear-se numa autêntica conjugação de esforços entre a comunidade e a utilização dos seus próprios recursos.

Inspirado no tipo de policiamento ditado nos países anglo-saxónicos, as componentes fundamentais que caracterizam o policiamento comunitário incluem o envolvimento da comunidade “na base da prevenção da criminalidade, na manutenção pró-ativa em vez da resposta de emergência, a participação pública no planeamento e na supervisão de operações policiais, e por fim, uma mudança de responsabilidade de comando para os níveis inferiores da hierarquia policial” (Bayley, 1998, p. 226, cit. in Weisburd & Eck, 2004).

As iniciativas do policiamento a nível comunitário procuraram melhorar as relações de confiança entre polícia-cidadão, estabelecendo-se parecerias com órgãos reguladores ou membros da comunidade com vista a solidificar a sua coesão interna. Uma série de atuações policiais podem ser livremente agrupadas sob a bandeira do policiamento comunitário, evidenciando-se aqui as que abrangem os programas de prevenção e estratégias de redução do crime desencorajando a sua prática, a mobilização da população em torno das questões de segurança, o desenvolvimento das condições de estruturas urbanas e sociais revitalizando o espaço público.

Ao nível da execução concreta, Durão (2009) escreve que neste particular os agentes implementam um:

Saber relacional e em rede, um saber que acaba por ser tão ou mais importante para a manutenção de ordens sócio espaciais locais (...), alimentado pelas práticas microscópicas evocando diferentes formas de autoridade (Goldstein 1977), uma tática do policiamento, uma forma de chegar mais próximo de potenciais informadores e ter, consequentemente, mais informação para agir sobre a realidade (p. 48-56).

No caso das comunidades afetadas pela forte incidência do tráfico e consumo de drogas, os programas de policiamento comunitários procuram dissecar as perturbações associadas ao seu manifesto, minimizando os efeitos das incivilidades, das desordens e da violência.

### **2.2.2 POLICIAMENTO INTENSIVO EM HOTSPOTS DE CRIMINALIDADE**

Em determinadas fases críticas quando os indicadores de criminalidade expressam valores grandiosos, normalmente são incutidas pressões externas à atuação policial regular, no sentido de intensificar as suas ações interventivas com vista à supressão dos seus fenómenos. Nestas alturas uma outra filosofia de policiamento é usualmente adotada, substituindo o formato de atuação habitual por uma modalidade de policiamento intensivo ou ininterrupto, de cariz reativo, que incide sobre a zona criminalmente problemática.

Para zonas geográficas definidas nas grandes áreas metropolitanas, a adoção de um tipo de abordagem policial estrategicamente focalizada na redução de problemas dos espaços com altas concentrações de crime (Braga & Weisburd 2012), produz os efeitos pretendidos evitando a sua expansão.

Atendendo aos fortes condicionalismos com que as autoridades policiais se deparam e à distribuição aleatória dos seus recursos, a estratégia policial torna-se vantajosa, sob o ponto de vista da execução das suas ações, quando é desenvolvida nos focos de criminalidade concentrados.

Esta modalidade requer uma identificação dos locais específicos onde o crime é convergente para que sejam mobilizados os recursos necessários para controlar as suas demonstrações. Este tipo de iniciativa policial engloba nas suas atividades o patrulhamento ininterrupto, numa espécie de visibilidade ostensiva da área, e a realização de ações direcionadas para a erradicação de qualquer fenómeno criminal.

Em ordem com esta filosofia de policiamento, McCabe (2008), estabelecendo um paralelismo com o artigo “*Broken Windows*” de Wilson & Kelling (1982), menciona que neste caso, o objetivo da atuação policial destina-se a “controlar o crime grave para conter as condições anormais que permitem o crime de ocorrer”, implicando das autoridades uma atitude de “tolerância zero às infrações”, traduzida em iniciativas de controlo do crime” num “estilo de conduta policial que substitui o apoio da comunidade” (McCabe, 2008, p. 290, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Dorn, Murji & South (1992), citando Hughes et al., (1971), contextualizando para o domínio do tráfico de estupefacientes frisam que esta forma de atuação policial conduz “os revendedores a abandonar os seus locais tradicionais (...) tornando a vida mais difícil para os distribuidores” (p. 114). No que toca à sua funcionalidade, para além de demover qualquer ação comportamental criminosa, a ocupação do território marginalmente afetado

pelo tráfico e consumo de drogas, viabiliza o aumento das apreensões de todos os tipos de drogas e dos demais artigos provenientes do cometimento das ilicitudes.

### **2.2.3 POLICIAMENTO ORIENTADO PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS**

O surgimento na década de 1990 de uma estratégia policial direcionada para a resolução de questões criminais específicas emergiu através do modelo de policiamento orientado.

Subsiste um crescente corpo de evidências científicas que apontam esta modalidade como sendo a mais eficaz na redução da criminalidade, desordem e medo (Weisburd & al., 2004). Goldstein (1979) sugere inclusive como ponto inicial, que a polícia englobe nas suas estratégias de atuação, a identificação dos problemas e afaste das suas práticas a adoção de medidas policiais focadas apenas na resolução generalizada dos problemas.

Mas uma nova redefinição das práticas, desta feita orientadas para a resolução dos problemas criminais concretos, exige das “autoridades policiais um alongar dos seus poderes tradicionais da aplicação da lei”. Baseada na admissibilidade de uma nova metodologia de intervenção, a resolução dos problemas identificados deveria incluir o “envolvimento dos recursos da comunidade e os poderes de outros órgãos governamentais” (Weisburd & al., 2004, p. 46).

Esta conceção despertou a atenção policial para a interligação dos fenómenos criminais, passando a incluir nas suas análises aprendizagens sobre as vítimas e infratores, considerando os contextos e o cometimento das ações ilícitas e as condições estruturais da génese criminal. Do culminar desta análise emergiriam as soluções mais produtivas e naturalmente diferenciadas das tradicionalmente aplicadas.

O policiamento orientado para a resolução de problemas pode ser aplicado a uma variedade de diferentes unidades geográficas com diferentes os tipos de problemas criminais. Compromete completamente a polícia na “identificação e na priorização dos problemas potenciais”, analisando-os através de uma variedade de fontes de dados, de modo que as “respostas desenvolvidas e a implementação das intervenções se destinem à sua efetiva resolução” (Weisburd & Telep, 2012, p. 6).

Nesta matéria, em Portugal, determinados municípios, a partir da informação disponibilizada relativa aos dados da criminalidade e do diagnóstico social efetuado às

áreas geográficas abrangidas, foram estabelecidos contratos locais de segurança<sup>22</sup> tratando-se de “um compromisso livremente assumido entre os poderes públicos – o estado, as forças de segurança, as autarquias – e a sociedade civil, os seus agentes sociais, económicos, culturais e cidadãos em geral, para a criação de uma nova “cultura de segurança”, assente numa estratégia de intervenção, ativa e partilhada, que a todos motiva e responsabiliza.

### **2.3 A AVALIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS E DOS MODELOS DE POLICIAMENTO**

Mazerolle; Soole & Rombouts (2007), numa revisão de estudos apoiados por uma rigorosa análise empírica, avaliaram as estratégias policiais, quer ao nível das intervenções, quer ao nível dos modelos de policiamento, aplicadas para o caso concreto das drogas.

Um primeiro aspeto evidenciado pelos autores reporta-se com a escassez dos estudos produzidos neste campo científico, limitando os existentes ao relato da ineficácia da prevenção no controle da atividade criminosa (Bayley, 1998; Gottfredson & Hirschi, 1990), da eficácia das intervenções policiais generalizadas (Braga, 2001; Poyner, 1993; Sherman et al., 1997; Weisburd & Eck, 2004), da política legislativa das drogas (Beecher, 1986) e das intervenções destinadas aos mercados locais de drogas (Mason & Bucke, 2002), cit. in (Mazerolle; Soole & Rombouts, 2007)

Nestes estudos, o conteúdo da análise integrou avaliações de intervenções policiais nacionais e internacionais (interdições e apreensões de droga); reativas (dirigida à repressão, invasões, buscas, policiamento intensivo); proactivas e de parceria (policiamento orientado para problemas, policiamento comunitário) e por fim, intervenções que usaram uma combinação de estratégias reativas, proactivas e de parceria, realizadas no domínio das drogas.

---

<sup>22</sup> Estes contratos são inspirados em modelos já experimentados noutros Países da Europa (como em França, Inglaterra, Países Nórdicos ou a vizinha Espanha). A partir da informação, relativa à criminalidade na área geográfica abrangida e do diagnóstico social efetuado são estabelecidas áreas de intervenção prioritárias: delinquência juvenil, pequena criminalidade, violência doméstica, os comportamentos antissociais (as chamadas “incivilidades” e atos de vandalismo. Em cada uma destas áreas, o Contrato Local de Segurança pretende atingir objetivos claros, realistas e exequíveis: reduzir os índices de criminalidade e de delinquência juvenil; combater e reduzir o sentimento de insegurança; promover uma cultura de responsabilização, onde os direitos estejam necessariamente associados aos deveres e incentivar o sentimento de auto estima e pertença comunitária e de valorização dos bens comuns (Disponível em: <http://www.cm-loures.pt/projeto>).

Nas intervenções nacionais/internacionais os estudos avaliaram o impacto das apreensões de droga “que se referiam a todos os esforços de intercetação de drogas e geralmente envolvem grandes quantidades destinadas ao tráfico”. As consequências deste tipo de intervenções produziram os seus “reflexos no preço, na pureza, na disponibilidade e nos benefícios associados com a redução do consumo de heroína” (Rumbold & Fry, 1999; Weatherburn & Lind, 1997; Wood et al., 2003, p. 122, cit. in Mazerolle et al., 2007), e na “redução de crimes contra a propriedade” (Smithson, McFadden, Mwesigye, & Casey, 2004, cit. in *idem*).

Nas intervenções reativas, cinco dos estudos avaliativos demonstraram os efeitos positivos destas ações policiais, nomeadamente na “redução do problema” (Gersh & Beardsley, 2000; Kennedy, 1993; Kleiman, 1986, 1988; Lawton, Taylor, & Luongo, 2004; Zimmer, 1990, p. 124, cit. in Mazerolle et al., 2007). De forma contraditória, seis dos estudos revisitados indicaram que tais ações “não produziram nenhum impacto na sua redução” (Best, Strang, Beswick, & Gossop, 2001; Bynum & Worden, 1996; Reuter, Haaga, Murphy, & Praskac, 1988; Uchida, Forst, & Annan, 1992; Webster, Hough, & Clancy, 2001; Madeira et al., 2004, cit. in *idem*).

Também as operações secretas, de acordo com dois estudos analisados, não conseguiram encontrar qualquer “evidência significativa” dos impactos deste tipo de operações (Grizzle, 1979; Williams, Branco, Teece, & Kitto, 2001, cit. in *idem*). Numa das intervenções avaliadas foram apresentados “resultados mistos” (Pennell & Curtis, 1993, cit. in *idem*). Dentro desta tipologia de ação, assinala-se que as incursões policiais realizadas às áreas com indicadores criminais mais elevados, os denominados “*Raids*”, mostraram “ficar mais resistentes aos efeitos das operações policiais” (Cohen et al., 2003, p. 126, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Outras três intervenções avaliadas sugeriram que o aumento do policiamento intensivo em locais de drogas “não foi eficaz na redução dos problemas a si associados” (Fitzgerald, Broad, & Dare, 1999; Fritsch, Caeti, & Taylor, 1999, cit. in *idem*) e que o seu impacto resultou “numa redução dos crimes de droga, mas também na redução de gangues e da criminalidade em geral” (Arizona Secretaria de Segurança Pública, 1999b, p. 127, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Ao nível das ações de busca e das apreensões, dois estudos apoiados em programas policiais especificamente orientados para as drogas e focalizados na redução da oferta, avaliaram de forma “positiva as intervenções policiais relativo aos efeitos



produzidos” (Indiana State Police Department, 1997; Salt Lake City Police Department, 2003, cit. in *idem*).

Acerca da intervenção policial reativa, Sherman (1990) igualmente apontou que a repressão policial encetada nos mercados de drogas “tem sido geralmente mal sucedidas observando que em algumas áreas os seus efeitos reaparecem quase tão rapidamente sendo o esforço policial reduzido” (p. 25). Esta circunstância é consistente com os resultados de outras pesquisas demonstrativas que indicam na melhor das hipóteses produzem efeitos de “curto prazo” (Best et al., 2001; Smith, 2001; Smith et al., 1992, p. 516, cit. in Corsaro, Brunson & McGarrell, 2010), ou não “apresentaram impactos significativos” (Bynum & Worden 1996; Wood et al., 2004, cit. in *idem*).

Numa análise de estudos longitudinais acrescenta-se mesmo que a intensificação da atividade policial traduzida no aumento das prisões, não é particularmente eficaz na redução do crime, devido à inconsistência e à fraca relação entre estas variáveis (Greenberg & Kessler, 1982; Chamlin, 1988, p. 516, cit. in Corsaro, Brunson & McGarrell, 2010).

No que compete à sua eficácia, este conjunto das ações repressivas é suscetível de sofrer influências de fatores relacionados com as “áreas geograficamente intervencionadas” (Caulkins et al., 1993, p. 125, cit. in Mazerolle et al., 2007), ou das “características do mercado das drogas” (La Penna et al., 2003, cit. in *idem*).

Numa outra vertente, como estratégias policiais bem-sucedidas temos as iniciativas de policiamento orientado para a resolução de problemas (patrulhas pró-ativas e parcerias geográficas com a comunidade). De um conjunto de onze estudos, as intervenções proactivas praticadas em parcerias com as comunidades, indicaram “boas evidências de redução dos problemas de drogas” (Chattanooga Departamento de Polícia, 1999; Coldren & Higgins, 2003; Serviços Edmonton Polícia, 1994; Green, 1995, 1996; Higgins & Coldren, 2000; Joliet Departamento de Polícia, 1995, 1998, 2000; Kansas City Police Department, 1995b; Mazerolle, Kadleck, & Roehl, 1998; Mazerolle, Price, et al., 2000; Departamento de Seminole County Sheriff, 1995, Departamento de Polícia de Vancouver, 2001, p. 128, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Relativamente ao policiamento comunitário aplicado nos cenários de drogas, outras doze intervenções policiais demonstraram através de dados específicos que os seus impactos são diversificados. Somente metade deste conjunto de estudos sugerira ter “uma boa eficácia” (Broken Arrow Departamento de Polícia, 2003; Criança Centro de Política da Família, 1999; Hallas, Robison, Skelly, & George, 2004; Harris & O'Connell, 1994;

Departamento de Polícia de Minneapolis, 1999; Stevens, 2001, p. 128-129, cit. in Mazerolle et al., 2007). No contraponto um dos estudos resultou num desfecho “ineficiente”, (Josi et al., 2000, p. 129, cit. in Mazerolle et al., 2007) e, um outro obteve “resultados mistos” (Popkin et al., 1999, p. 130, cit. in Mazerolle et al., 2007). Dois dos estudos tiveram resultados “difíceis de interpretar” (Giacomazzi, 1995; Thurman, Lincoln, Atella, & Massoglia, 1998, cit. in *idem*), e por último, outros dois dos estudos que relataram que a “perceção dos residentes não é congruente com a perceção policial” (Harris, O’Connell, & Mande, 1998; Karp, 1993, cit. in *idem*).

Numa outra análise avaliativa, as intervenções policiais que concentram a modalidade do policiamento orientado com táticas proactivas e na qual a redução da oferta de drogas foi o seu principal objetivo traçado, registaram-se “impactos positivos sobre drogas, crime e desordem traduzida numa melhoria da qualidade de vida dos residentes dessas áreas específicas” (Delray Beach Police Department, 1996; Departamento de Polícia de Norfolk, 1995; San Diego Departamento de Polícia, 1998, p. 132, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Por fim, as intervenções policiais que combinaram a conjugação da vertente reativa com a proactiva, aliadas com parcerias com a comunidade e que incluíram ações de repressão, operações encobertas e de policiamento intensivo, demonstraram produzir “efeitos positivos” (Ashville Departamento de Polícia, 1995; Arizona Secretaria de Segurança Pública, 1999a, Departamento de Polícia de Chicago, 2000; Distrito de Columbia Departamento de Polícia, 1997; Edmonton Polícia Services, 1995; Grandview-Woodland Comunidade Policiamento Centro, 2000; Departamento de Polícia de Honolulu, 1996; Kansas City Police Department, 1994; Katz, Webb, & Schaefer, 2000, 2001; Los Angeles Police Department, 1997; Montgomery County Police Department, 1997; Real Polícia Montada do Canadá de 1996, 1999, 2002, Departamento de Polícia de Sacramento, 1996; San Diego Departamento de Polícia, 1998b; Santa Barbara Departamento de Polícia, 1996a, 1996b; St. Petersburg Departamento de Polícia, 1996, 2003; Weisburd & Green, 1995, p. 134-135, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Todavia saliente-se também que num dos estudos “não são relatados quaisquer efeitos destas intervenções” (Kessler & Duncan, 1996, p. 135, cit. in Mazerolle et al., 2007) ou os efeitos produzidos foram “reduzidos ou estáveis” (Popkin, Olson, Lurigio, Gwiasda, & Carter, 1995, cit. in *idem*) e “mistos” (Annan & Skogan, 1993, cit. in *idem*).

Cingindo-nos somente às intervenções policiais desenvolvidas no caso concreto das drogas, em termos gerais, é difícil avaliar de forma isolada o impacto da componente

repressiva. Esta análise sugere que as ações de repressão tendem a ter impactos mínimos ou de curto prazo nos problemas de drogas e da criminalidade em geral. Na perspectiva destes autores, as avaliações às intervenções efetuadas sob a égide do policiamento comunitário, demonstram uma tendência eficaz em lidar com os problemas criminais cometidos nos mercados das drogas.

No entanto, as intervenções mais promissoras para a produção de resultados significativos a longo prazo, alcançaram-se através do policiamento orientado para a resolução dos problema (vertente proactiva) e de algumas táticas de policiamento comunitário, combinando abordagens que dependem de uma variedade de estratégias reativas, proactivas e de parceria, que “produziram um forte impacto na redução dos problemas em lugares problemáticos de droga” (Mazerolle et al., 2007, p. 137).

Noutro distinto trabalho com recurso à meta-análise, foram analisados um conjunto de estudos de investigação, que avaliaram a eficiência dos modelos de policiamento, em contraponto com o modelo padrão reativo da aplicação da lei, que dominavam a prática policial até os anos 1990.

Num total de cento e sessenta e sete estudos identificados, dos quais cento e cinquenta e cinco reportaram uma variedade de intervenções policiais, apenas catorze preencheram os critérios relacionados com a atividade de tráfico de droga ao nível do *street-level*. Deste conjunto, quatro avaliaram as intervenções policiais em *hotspots*, cinco avaliaram abordagens policiais orientadas para a resolução de problemas e, outros cinco avaliaram as iniciativas de policiamento comunitário.

No tocante com a permanência policial em absoluto nos *hotspots* de criminalidade, no Kansas City, assumindo um pendor de intencionalidade forte e altamente visível, esta modalidade funcionou como “autêntico mecanismo dissuasor da prática criminal” (Sherman & Rogan, 1995, p. 20, cit. in Mazerolle et al., 2007).

No Richmond, Virginia, através da operação *Blitz Bloom*, a repressão policial envolvendo intervenções especificamente focalizadas “em áreas com altos índices de criminalidade de drogas e de desordem” (Smith, 2001, cit. in *idem*), também obteve resultados satisfatórios.

Já em Nova Iorque, as operações policiais lideradas pelo *Tatics Narcotic Times* (TNT) de maneira idêntica, destinavam-se a “reduzir a atividade de drogas ao nível da venda de rua” (Sviridoff, Sadd, Curtis & Grinc, 1992, cit. in *idem*).

Por fim no Dallas, Texas, a iniciativa policial procurou “reduzir a venda de droga ao nível da rua através da implementação do policiamento intensivo e de operações

rotineiras nas zonas problemáticas” (Fritsch and colleagues, 1999, p. 20-21, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Weisburd & Telep (2010), referem que Anthony Braga (2007), autor de uma revisão sistemática de estudos sobre a eficácia policial em *hotspots* da criminalidade, concluiu que “as intervenções policiais focalizadas numa estratégia de policiamento intensivo numa zona de afetada por elevados índices criminalidade, podem produzir ganhos significativos de prevenção da criminalidade em *hotspots*” (Weisburd & Telep, 2010, p. 3).

Uma última referência científica salvaguarda que no caso das “práticas policiais geograficamente focalizadas nos *hotspots*”, a sua aplicação à margem de outras iniciativas complementares “não produz efeitos prolongados no tempo” (Weisburd & Eck, 2004, p. 53-60).

O policiamento orientado para a resolução de problemas, condiz com uma modalidade de policiamento caracterizada por objetivos distintos do policiamento intensivo<sup>23</sup>. No entendimento de Weisburd et al., (2010) esta modalidade “corresponde a uma abordagem promissora na melhoria dos problemas de criminalidade e de desordem” (p. 15). Na cidade de Jersey, a intervenção policial foi ajustada de modo a detetar a identificação sistemática dos mercados de droga, apoiada por um sistema de informação geográfica (SIG), realizadas em parceria com os inspetores municipais, empresas e cidadãos, tendo culminado “com o encerramento das zonas problemáticas” (Weisburd & Green, 1995, p. 22, cit. in Mazerolle et al., 2007).

Um programa de intervenção deste género implementado em Oakland, constituiu equipas policiais especializadas, que em colaboração com os órgãos municipais competentes, mantendo o contacto direto com os residentes e com as empresas locais, procederam de forma a “identificar e a contribuir para melhorar os problemas de segurança” (Green, 1996) e a estabelecer um programa visando a “redução do incômodo das drogas” (Clarke & Bichler-Robertson, 1998, cit. in *idem*).

---

<sup>23</sup> Num estudo realizado em Jacksonville, na Florida, da autoria de Taylor, Koper, & Woods (2011), foram divididas duas áreas geográficas, na qual uma delas acolheu uma resposta padronizada de policiamento intensivo, enquanto a outra recebeu uma resposta de policiamento orientado, incluindo uma examinação dos dados oficiais de criminalidade e adaptou a atuação policial à realidade concreta dos seus problemas. Os resultados mostraram que esta estratégia de policiamento provocou uma “redução de violência de rua na ordem dos 33% após 90 dias da intervenção”, enquanto a estratégia de patrulha intensiva “não ficou estatisticamente associada a reduções significativas no crime violento durante o período pós-intervenção” (Braga, Hureau & Papachristos, 2012, p. 596).

Como já tivemos oportunidade de adiantar o policiamento comunitário envolve o estabelecimento de parcerias entre a instituição policial e as comunidades, canalizando as suas forças para a solidificação do relacionamento polícia-cidadão. Neste âmbito, os estudos analisados focalizaram-se predominantemente nos esforços policiais para a redução das drogas e na consciencialização dos abusos de substâncias.

Os cinco projetos de intervenção policial comunitária assinalaram que a implementação desta modalidade possuía uma “boa evidência de resultados” (Koper, 1993; Des Moines Weed, 1999; Programa de Sementes (Centro Infantil de Política da Família, 1999; Harris & O'Connell, 1994; Giacomazzi, 1995; McElroy, Cosgrove, & Sadd, 1990, p. 21, cit. in Mazerolle et al., 2007). Estes estudos adiantaram que as abordagens policiais preventivas, visando interromper o nível de venda nos mercados de droga, são bastante produtivas na redução destes problemas.

Desta nossa exposição concluiu-se que a padronização das atuações policiais nos mercados das drogas centraliza grande parte da sua estratégia em ações repressivas. Contudo algumas das avaliações, indicam-nos que a componente proactiva, combinada com processos específicos de parcerias comunitárias, potenciam a redução dos índices de criminalidade associados com os mercados de drogas.

Da descrição dos estudos sobressai que as intervenções estratégicas de policiamento, destinadas a reduzir problemas específicos em zonas problemáticas de criminalidade, incluindo a prática do tráfico de droga, deve ter em conta uma série de considerações importantes como a “localização da área, os tipos de crime, a adoção de uma abordagem policial apropriada (tipologia de policiamento) e a estratégia global do controle do crime” (Corsaro et al., 2010, p. 514).

No domínio da atuação policial desenvolvido nesta área criminal, o que há partida parece ser uma evidência conflituante de determinadas práticas de ação ou de modalidades policiamento, revela no seu conjunto que o emprego destes mecanismos interventivos, não são incompatíveis entre si quando empregues na sua totalidade de forma ajustada e concertada com as situações concretas.

## 2.4 CONTEXTOS ONDE SÃO OPERADAS AS PRÁTICAS POLICIAIS

### 2.4.1 OS MERCADOS DA DROGA

Os mercados de drogas são “tipicamente áreas centrais das cidades caracterizadas por altas concentrações de consumo e tráfico de drogas no interior de uma área geográfica específica” (Curtis & Wendel, 2000; Hough & Natarajan, 2000, p. 211, cit. in T. Kerr et al., 2005). Numa base de locais “abertos” ou “fechados” (May, Harocopos, Turnbull & Hough, 2000; May & Hough, 2001, cit. in *idem*), os mercados abertos tendem a ser os mais visíveis ao público, onde poucas barreiras parecem existir para aceder à compra de drogas. Já “os mercados fechados funcionam em locais escondidos, onde apenas acedem as pessoas conhecedoras da sua existência ou do próprio traficante” (Kerr, Small & Wooda, 2005, cit. in *idem*).

As características dos mercados da droga condicionam as suas opções metodológicas da atuação policial. Sem negligenciar este fator, a adoção de determinada prática policial em detrimento de uma outra, é ponderado em função da configuração geográfica e das condições do território a intervencionar. A extrema dificuldade em sufocar o fluxo de drogas ilícitas, deve-se em grande medida às particularidades dos seus mercados, dotados de verdadeiros obstáculos impeditivos da ação policial, ou então, adaptados dos pressupostos necessários para esse efeito.

Cunha (2008), descreve que as áreas urbanas correspondem ao lado mais “exposto e arriscado do comércio” (p. 328). Face à problemática das drogas, nos palcos de venda ao nível da distribuição direta ao consumidor, as intervenções policiais nestes cenários, está cada vez mais confinada aos bairros degradados, nos quais os polícias chamam-lhes ruas mal-afamadas de bairros problemáticos, também conhecidos por “*bairros difíceis*” (Roncayolo 2003) ou “*sensíveis*” (Katane 2002), (Durão, 2008, p. 50) e que na prática conduzem “os polícias (...) a intensificar a sua atividade penalizadora” (Durão 2011, p. 138) tornando-se alvos de rotina obrigatória e de vigilância intensiva.

Corsaro et al., (2010) citando Berg & Rengifo, (2009), indica que os locais de tráfico correspondem a “uma manifestação de bairros informais com fracos mecanismos de controlo social” (p. 538). Este mesmo autor, apoiado em Martinez, Rosenfeld & Mares (2008) considera que “os mercados de drogas são uma influência desorganizadora nas comunidades e, os mercados de rua em si são uma forma de desorganização social”,

concluindo que, “é muito difícil às próprias comunidades, juntamente com os esforços formais de policiamento, alterarem esse cenário sociocultural” (p. 516).

Hughes et al., (1971), frisa que é “típico destas comunidades a tendência para desenvolverem uma organização bastante complexa de forma a proteger seus membros da constante pressão policial” (Hughes et al., (1997), cit. in Dorn, Murji & South, 1992, p.114), constituindo-se como verdadeiros lugares “de oportunidades ilegais em que todos os moradores podem participar independentemente da idade, sexo ou etnia” (Durão, 2008, p. 328).

Um conjunto de estudos elaborados por Thomas Kerr, Will Small & Evan Wood (2005), evidenciou que os mercados de drogas são notavelmente resistentes às pressões policiais devido às mudanças sistemáticas que ocorrem na sua configuração, “tanto nos locais como nos métodos utilizados” (Caulkins, 1992; Chaiken, 1988; Hough & Natarajan, 2000; May et al., 2000; Natarajan, Clarke, & Johnson, 1995; Pearson & Hobbs, 2001; Sterk & Elifson, 2000; Worden, Bynum, & Frank, 1994, p. 214, cit. in T. Kerr et al., 2005), “passando de mercados abertos para mercados fechados” (Bless, Korf, & Freeman, 1995; Edmunds, Hough, & Urquia, 1996; Johnson, Hamid, & Sanabria, 1992, cit. in *idem*), e “convidando os seus intervenientes, traficantes e consumidores, a retomar as suas atividades em locais escondidos” (May & Hough, 2001b, cit. in *idem*).

#### **2.4.2 A ATUAÇÃO POLICIAL FACE AOS TIPOS DE DROGAS**

Em matéria de drogas, o indicador mais sublime da atuação policial é alicerçado pelos índices quantitativos ou qualitativos dos produtos estupefacientes apreendidos nas suas operações. Da disparidade de drogas “leves” ou “pesadas”, um dado interessante de considerar reporta-se com os padrões da ação policial dirigidas aos tipos de drogas, e dentro desta matéria, no universo da sua atividade, quais os aspetos mais valorizados.

A intervenção policial nas infrações às leis dos estupefacientes, foi objeto de análise por parte de Quintas (2006), concluindo que “as polícias procuram controlar as manifestações mais evidentes de consumo e tráfico de drogas ou as situações de tráfico de maior dimensão e das próprias atitudes dos agentes sobre o fenómeno droga” (p. 159-160).

Através de um projeto internacional liderado pelo European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA), foi publicado o *Prosecution of drug users in Europe*, descrevendo o plano da atuação policial e a aplicabilidade de determinadas

práticas realizadas em cada Estado membro. Percorrendo as estruturas dos sistemas jurídicos e seus organismos, as políticas públicas em matéria de drogas e os princípios dos modelos processuais penais, este estudo narra as opções policiais centradas essencialmente em função de parâmetros relacionados com intervenientes, circunstancialismos da ocorrência, reação ao consumo / posse, tráfico de menor gravidade e tráfico de drogas duras.

Na questão do tráfico, de forma genérica não existe diferenciação normativa ou de procedimento entre os Estados, dado a circunstância de ser encarado como um verdadeiro atentado ofensivo à vida em sociedade. As prioridades policiais visam a essencialmente a monitorização dos espaços públicos, direcionando mais o seu “compromisso para as importantes investigações” (EMCDDA, 2002, p. 205). Os principais critérios de atuação ao nível do tráfico reportam-se com “a gravidade, a adequação dos recursos policiais e a eficácia da penalização (...) optando por uma abordagem mais intervencionista e não totalmente discricionária nos casos de venda de drogas duras” (EMCDDA, 2002, p. 305-306).

Desta constatação depreende-se que do ponto de vista interventivo, a atitude policial move-se em torno dos estímulos mais aliciantes proporcionados por uma vertente mais concentrada na luta contra o tráfico. Um breve apontamento sobre o modo de atuação dos traficantes indica-nos que utilizam “pessoal intermediário entre traficantes e compradores” (Maher & Dixon, 2001, cit. in *idem*), “correios” (Mieczkowski, 1986, cit. in *idem*), e “controladores” da polícia (Ross, 2002; Small et al., in press, cit. in *idem*), e o “uso de tecnologias praticamente impossíveis de deteção” (Aitken et al., 2002; Caulkins & MacCoun, 2003; Chaiken, 1988; Chatterton et al., 1995; Edmunds et al., 1996; Murji, 1998, cit. in *idem*).

No tocante com o consumo de substâncias estupefacientes, o pendor discricionário<sup>24</sup> das forças policiais, facilita o desenvolvimento de uma série de ações não

---

<sup>24</sup> A polícia “é não só a instância que processa o caudal mais volumoso de *deviance*, mas também o que faz em condições de maior discricionariedade” (Andrade & Dias, 1997, p. 444). Baseados nas investigações empíricas realizadas na Alemanha e EUA, estes autores evidenciam algumas variáveis responsáveis pela discricionariedade decorrentes da atuação policial, nomeadamente, “a gravidade da infração, atitude do denunciante e suspeito, as relações entre as diferentes instâncias de controlo, a interiorização e adesão às normas legais e o poder relativo do infrator” (Andrade & Dias, 1997, p. 454-462). Num livro editado sobre os aspetos do trabalho policial, do sociólogo norte-americano Egon Bittner, Lopes (2005, refere que num interessante estudo sobre as *skid rows* (áreas deterioradas), indica que o poder discricionário da polícia na manutenção de paz permite uma série de maleabilidades, como a opção em prender ou não um indivíduo. O controle policial nessas áreas ocorre devido ao conhecimento que os policiais têm de seus habitantes. Nessa análise, permite apontar que as representações que a polícia faz de tipos sociais – como o preconceito



registadas, desde a não promoção da ação policial até aos contactos informais exercendo uma influência para tratamento da condição, daí que uma grande parte das situações de consumo não chegue às instâncias formais de controlo, impedindo numa fase preliminar qualquer possibilidade de correção formal. No caso português, tal desfecho já havia sido reconhecido por Quintas & Fonseca (EMCDDA, 2002):

A polícia assume, quase sempre, uma atitude não interventiva face ao consumo de drogas. Os polícias confrontam-se regularmente com consumidores de drogas, mas a prática profissional fundamenta a descrença na eficácia da reação legal em relação a este tipo de delito (Quintas, 2006, p. 160).

Sob o ponto de vista da ação concreta orientada para os tipos de drogas, Bouchard & Tremblay (2005) referiram que nos EUA, as probabilidades de detenção de consumidores de drogas foram estimadas em “1,7% para o caso do haxixe e de 2,7% para o caso da cocaína e da heroína”. Já no que concerne às probabilidades de prisão de traficantes, foram estimadas em “14,8%, para o caso do haxixe, e de 21% para os casos de cocaína e heroína” (p. 735). Verifica-se pois que a deteção desses acontecimentos é inerente à ação policial e, “devemos esperar uma maior probabilidade para os delitos mais detetáveis (uso de drogas) e uma menor probabilidade para os delitos mais difíceis de detetar (crimes de venda de drogas)”, concluindo que neste capítulo que “os traficantes de cocaína têm maior probabilidade de serem presos (7,1%), do que os traficantes de cannabis haxixe (5%)” (Bouchard & Tremblay, 2005, p. 735).

## **2.5 COMPONENTE TÉCNICA – POLICIAL: METODOLOGIAS DE ATUAÇÃO**

De acordo com o previsto no artigo n.º 2, n.º 5 e n.º 6, da *Lei 49/2008, de 27 de Agosto*, as autoridades policiais são providas de autonomia técnica e tática, que lhes confere a possibilidade da “utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados” e na “escolha do tempo modo adequados à prática dos atos”. Tendo em

---

em relação ao jovem negro pobre – são determinadas pela experiência profissional e pelos estereótipos socialmente construídos (Lopes, 2005, p. 339)

conta a execução das suas ações em termos técnicos, as forças policiais desenvolvem as suas atividades em prol de uma maximização dos objetivos ambicionados.

Um costume corrente é a produção de incursões ou “*raids*” aos “territórios psicotrópicos” (Fernandes, 1998), designadas por operações inopinadas, “sendo estas manifestações visíveis e por vezes violentas do poder policial” (Dorn, et al., p. 97). As viaturas policiais e os agentes a pé circulam num estilo marcado por uma “visibilidade ostensiva”, onde o objetivo é “ter o território controlado” (Durão, 2008, p. 50). No entanto, a ação policial não se esgota na resposta de natureza meramente reativa.

A previsibilidade dos acontecimentos criminais, em função da antecipação da sua ocorrência, certamente que contribui para minimização dos seus efeitos. O controlo das drogas promoveu “um estilo proactivo” (Cunha, 2008, p. 156). As táticas pró-ativas envolvem iniciativas que são desenvolvidas quando a consideração subjacente do “problema já foi pensado e o quadro das suas complexidades (quem, o quê, quando, onde, por que) é considerado” (Mazerolle et al., 2007, p. 120-122). Quintas (2006) acerca da proatividade policial escreveu:

A polícia tem um papel proactivo na descoberta das infrações às leis das drogas. As infrações descobertas e tratadas pelas polícias fazem-se, quase sempre, por iniciativa dos serviços. Este facto implica que as autoridades policiais têm, na prática, de desenvolver as suas próprias regras informais de atuação, condicionadas por múltiplas cambiantes (p. 159).

Nesta ótica Durão (2008), sublinha que a pró-atividade é uma “prática atual em uso na polícia pela sua dimensão positiva que consiste numa espécie de “tática do policiamento, uma forma de chegar mais próximo de potenciais informadores e ter, conseqüentemente, mais informação para agir sobre a realidade” (p. 48). Sinónimo de iniciativa, a proatividade, compromete o agente policial com o domínio dos problemas criminais, identificando os seus contextos e encontrando as alternativas de solução de acordo com a especificidade da situação.

Um dos pilares fundamentais da atuação policial corresponde a um mecanismo idealizado denominado de estratégia e planeamento da ação. Jihong “Solomon” Zhao, Quint C. Thurman & Ling Ren (2008), citando (Donaldson, 1995), indicam mesmo que se trata de:

Uma característica essencial da gestão policial (...) acreditando que a maioria dos planos estratégicos atualmente desenvolvidos e implementados nos departamentos de polícia, surgem de aprendizagem

informal ou da "tentativa e erro" experienciadas, reconhecendo que há falta de padronização e uniformidade entre agências policiais sobre a melhor forma de realizar o planeamento estratégico (Zhao et al., 8-9).

Em *Traffickers*, Nicolas Dorn, Murji, K. & South (1992), apresenta-nos um trabalho contemporâneo de base etnográfica, narrando o campo de atuação vivenciado através da perspectiva policial nos mercados das drogas. No plano da estratégia policial a “procura do cabecilha”, “tubarão”, “patrão” ou “Mr. Big”, constitui uma das principais finalidades da sua atuação. Subir ao topo da pirâmide e prender “os principais traficantes e organizações que são acreditados para controlar o tráfico de drogas” (Dorn, et al., 1992, p. 63). Citando Moore & Kleiman (1989), “o objetivo operacional principal é alcançar os altos níveis do sistema de distribuição de drogas” (Dorn et al., 1992, p. 75).

Os mesmos autores na sua obra ilustram-nos uma das técnicas mais comuns utilizadas pelas forças policiais. A observação da realidade factual através das ações de vigilância e seguimento são relatadas através da experiência do caso Nothing Hill – “Operação Tridente”, no qual foram utilizados “postos de observação ocultos de forma a registar todos os movimentos das pessoas que compraram as drogas” (Dorn et al., 1992, p. 103). A vigilância é um dos meios de pesquisa que pode ser definido como a observação visual e/ou auditiva de uma pessoa, organização, objeto ou lugar, realizada discretamente por meios humanos e/ou técnicos, a partir de ponto fixo e/ou móvel. Já o seguimento traduz uma ação prática que permite manter sob observância as movimentações dos alvos.

Paralelamente a este tipo de ações, a infiltração nos locais onde ocorrem os factos criminais de forma a assistirem ao seu acontecimento, é assegurada pelo agente encoberto. O elemento caracterizador desta figura é a sua “absoluta passividade relativamente à decisão criminoso” (Meires, 1999, p. 192). Tratar-se de um “órgão de polícia criminal que, sem revelar a sua qualidade ou identidade, frequenta os lugares conotados com o crime (...) com a finalidade de identificar, e eventualmente deter, possíveis suspeitos da prática de crimes” (Gonçalves, Alves & Valente, 2001, p. 303).

Meires (1999) considera ser “uma verdadeira medida de profilaxia criminal”, ilustrando a sua figura quando um polícia “se dirige a um bar, onde sabe que se trafica droga com o intuito de que alguém o aborde nesse sentido. Senta-se a uma mesa e alguém se lhe dirige perguntando se quer comprar 10 gramas de heroína. O agente reage detendo essa pessoa em flagrante delito” (p. 193).

Citando Fuqua (1978), Dorn et al., (1992), referem-nos que o trabalho encoberto “é uma arte não uma ciência”. É um método que pode ser usado com várias combinações ao encontro de “uma variedade de alvos” (p. 84). Nesta modalidade, o agente adota “uma identidade e um estilo de vida que é mantido durante 24h, para um longo período de tempo (...) sendo estabelecidos contactos ocasionais e clandestinos com os agentes durante o período de submissão completa na subcultura da droga” (Williams & Guess, 1981, p. 236).

Com o aumento das redes criminosas a operar no tráfico e o volume da sua proporção alcançar valores significativos, a utilização de informadores e a pesquisa de notícias realizadas em locais de tráfico e consumo de drogas, tornaram-se numa das práticas mais comuns da atividade policial. Dorn et al., (1992), citando fonte da DEA (1982), menciona que um informador “é qualquer pessoa que em virtude de sua familiaridade ou estreita associação com criminosos fornece regularmente informações aos aplicadores da lei” (p. 120).

Uma das particularidades mais assinaladas é que “os agentes de narcóticos devem criar a sua própria rede induzindo de forma persuasiva e habilidosa as pessoas a revelarem as informações” (Wilson, 1978, p. 47), e que “as suas possibilidades de sucesso dependem da identificação, cultivo, trabalho e manutenção das suas fontes” (Manning, 1980, p. 122, cit. in Wilson, 1978).

Complementarmente, sob a forma de pesquisa de notícias explorando as suas “origens”, provenientes de fontes organizacionais, documentais, formais e informais, são igualmente desenvolvidas um conjunto de atividades tendentes à obtenção de informações. O homem é o elemento base para a obtenção de informações, sendo que a pesquisa técnica o elemento complementar. O limite está apenas na criatividade do investigador, considerando a multiplicidade de fontes atualmente disponíveis.

O processo de gestão da informação é dirigido à realização de fins específicos. A informação sujeita a um sistema centralizado que garanta a sua compilação, análise, avaliação e difusão em tempo útil – transforma-se no conhecimento efetivo da criminalidade. Das várias fases que integram o processo de tratamento de informação destaca-se a análise de informações criminais. É um importante instrumento de raciocínio lógico, que possibilita interpretar, ordenar e valorar a informação disponível, apoiando as unidades operacionais e que contribui diretamente para o alcance dos objetivos policiais e para a definição de ações concretas.

As entidades policiais são muitas das vezes confrontadas com factos revelados por elementos dispersos e incompletos, tornando-se imperativo sintetizar desses elementos fragmentados e integrá-los num todo coerente e interligado. Inclusivamente no campo da ação investigacional, o papel da análise das informações criminais torna-se fundamental na definição das linhas de atuação. A georreferenciação de toda a matéria criminal assente em diagramas, cronogramas, fluxogramas de conexão e matrizes de associação, constituem as representações esquemáticas que suportam uma fácil leitura da sua real dimensão.

Certamente que poderiam ser mais aprofundados as funcionalidades técnicas aqui apresentadas ou mesmo assinaladas outras das suas componentes. Razões de confidencialidade e por constituírem matéria reservada das autoridades policiais, não poderão ser reveladas no nosso estudo, devido ao compromisso assumido com a instituição policial. No campo da atuação técnico-policial, as opções elegíveis reportaram-se com o conjunto das práticas mais evidenciadas no contexto científico dos estudos etnográficos revisitados.

## **2.6 REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL**

Dentro da perspetiva policial, determinadas disposições inerentes com a execução do seu trabalho, constituem uma presença marcante do seu universo. Optando-se por incluir no estudo algumas considerações sobre esta temática, á medida que as entrevistas seguiam o seu decurso, apercebemo-nos que para além de fornecerem um contributo importante para a construção das representações sobre a prática profissional e o modo de a realizar, possibilitam ainda uma aprendizagem sobre a forma como este grupo profissional vivência os acontecimentos, à luz de uma certa identidade profissional.

Partilhando a premissa de Bretas (1997)<sup>25</sup>, Gomes & Souza (2013) adiantam que a “ação policial configura-se a partir de significados que, em grande parte, são produzidos independentemente da estrutura organizacional” (p. 602). Através da análise dos ângulos de visão apresentados e da interpretação das singularidades que cada indivíduo confere a determinado acontecimento, é proporcionada uma melhor compreensão das suas *nuances* específicas, identificando o que há de comum nas suas experiências e captando a lógica das suas trajetórias.

---

<sup>25</sup> Bretas ML. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social* 1997; 9(1):79-94.

Ligado a esta dimensão, alguns teóricos defendem a diversidade, a heterogeneidade no meio profissional da polícia e não aceitam a existência de uma cultura comum<sup>26</sup>, argumentando que as análises desta natureza se baseiam no etnocentrismo e na intenção de “universalizar a problemática da cultura policial” (Monjardet, 2002, p. 165). Neste sentido, é uma ilusão pensar que estamos perante uma comunidade profissional em que os agentes agem e se definem a partir de uma identidade profissional uniforme e totalmente coesa.

Morais & Paula (2010) citando Cunha (2004), referem mesmo que “a entrada na polícia não se resume a uma aprendizagem de um conjunto de técnicas”, envolvendo principalmente a construção de um “novo papel e de uma nova visão de mundo (...), tratando-se de verdadeira conversão identitária”<sup>27</sup>. Para estes autores, os membros destas organizações partilham os “mesmos sentidos, representando os seus papéis de forma integrada e as instituições policiais atuam com foco na subjetividade do indivíduo, objetivando criar a unidade neste sistema, tornando-os similares aos demais membros desta classe” (Morais & Paula, 2010, p. 635), adequando-os portanto ao que preconiza a organização.

Para além desta fisionomia, de forma distinta, Cruz e Barbosa (2002), consideram que as suas “atribuições profissionais fazem parte de um universo simbólico distinto dos demais trabalhadores” e que as organizações policiais “são centradas na autoridade legal, legitimadas pelas regras e regulamentos, que representam normas abstratas e que fixam as atividades e seus limites” (Tavares, 1996; Cruz e Barbosa, 2002; Guimarães e Cartaxo,

---

<sup>26</sup> A cultura organizacional é um conceito fundamental à construção das estruturas organizacionais. A cultura de uma organização é um conjunto de características que a diferencia em relação às demais. A cultura tem a função de legitimar o sistema de valores, expresso através de rituais, mitos, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, que assim produzem normas de comportamento genericamente aceites por todos. A cultura profissional decorre, em grande parte, do fato de os membros partilharem determinados valores e visões sobre o mundo e o papel a ser exercido pela organização (Bonelli, 1998, p. 185-214).

<sup>27</sup> Sob esta perspetiva, o presente trabalho não se propõe compreender em que medida a ideologia vivenciada na organização policial contribui para a formação da identidade profissional do polícia. A ideologia trata-se de “um conjunto relativamente bem sistematizado de categorias que fornecem um manancial para a crença, a perceção e a conduta de um grupo de indivíduos” (Eagleton, 1997, p. 49). No mesmo sentido, Penafiel and Bellen (2005, p. 28), citando Durkheim, afirmam que a ideologia é “um conjunto de crenças compartilhadas pelo indivíduo na sociedade”. A ideologia exerce uma espécie de padronização dos comportamentos dos indivíduos que a partilham (Horochovski & Taylor, 2001), atuando como ferramenta que interfere diretamente na sua consciência em conformidade com os ideais do grupo. Na perspetiva das organizações, a ideologia ao estabelecer uma espécie de ordem institucional, direciona os ditames da ação do trabalhador sendo as suas particularidades superadas em nome da homogeneidade e da coesão interna. Os regulamentos da organização e demais padrões de conduta são cumpridos não somente pela via da imposição hierárquica, mas, em especial, porque já pertencem à interioridade do trabalhador (Morais & Paula, 2010, p. 636).

2002; Saraiva, 2002; Villaça, 2003; Zago et al., 2004; Pires e Macedo, 2006; Santos Filho, 2006, cit. in Elias Pereira Lopes Júnior Et al. 2011, p. 1831).

Em termos funcionais, o polícia faz aquilo a que Hughes (1962), conforme cita Carmo, Oliveira e Arruda (2006), chama de *dirty work*, ou seja, uma tarefa socialmente degradante a qual implica situações de grande risco para integridade do trabalhador. Richard Johnson (2012) numa análise sobre o tema “*Police Officer Job Satisfaction: A Multidimensional Analysis*”, citando Blum (2000) e Crank (1998) refere que “os ambientes de trabalho da polícia tendem a ser muito negativistas. Os agentes do crime muitas vezes vêm o pior que a sociedade tem para oferecer em termos de violência, crueldade e indiferença para o bem-estar dos outros.” (p. 157).

Entrando no campo generalizado do exercício da função policial como ocupação profissional, determinadas definições associam o trabalho à possibilidade de realização pessoal, fonte de satisfação e promotor de interações sociais. No tocante com seu significado, Santos (2006) indica no estudo “*Significado do trabalho e Conduta Ético-Profissional*” que o conceito de significado do trabalho<sup>28</sup> desenvolvido por Borges (1998), condiz com “uma estrutura cognitiva e dinâmica, ao mesmo tempo subjetiva e histórico-social, visto se tratar de um processo de construção interna do indivíduo” (Santos, 2006, p. 18). Os dados por si encontrados, revelam congruência com a literatura dos estudos internacionais de MOW (1987), Salanavova et al. (1996), Soares (1992), Borges-Andrade e Nogueira (1995), Bastos (1995) e Borges (1998-a), nos quais se observa o caráter instrumental do trabalho, como um meio de alcance de objetivos, predominando as duas funções básicas: “de sobrevivência, obtenção de rendimentos e a função de autoexpressão, possibilidade de autorrealização e satisfação pessoal” (p. 102). Este autor conclui que a identificação do significado do trabalho para a categoria policial “constitui uma das esferas mais importantes na vida dos indivíduos, ocupando uma posição central” (Santos, p. 123).

---

<sup>28</sup> O trabalho, de uma perspectiva teórica, é definido como uma atividade que tem um propósito, uma intencionalidade, que não possui um fim em si mesmo, sendo concebido como um caminho para se atingir um objetivo, o qual é realizado de forma a se obter algo em troca. Levando em conta a natureza complexa do trabalho e englobando suas diferentes dimensões define-se *trabalho* como: [...] conjunto de atividades humanas, remuneradas ou não, de caráter produtivo e criativo, que mediante uso de técnicas, instrumentos, materiais ou informações disponíveis, permitem obter, produzir ou prestar certos bens, produtos ou serviços. Nesta atividade a pessoa empreende energias, habilidades, conhecimentos e outros diversos recursos e obtém algum tipo de compensação material, psicológica ou social [...] (PEIRÓ, 1989 *apud* SALANOVA, GRACIA e PEIRÓ, 1996, p.38) (Santos, 2006, pág. 27-28).

Perceber como é que estes profissionais perspetivam a reação social remete-nos para o campo das vivências experimentadas. A ocorrência de diferentes tipos de acontecimentos fomenta a interação entre a polícia e o público de um modo geral. A relação estruturada entre a polícia e a população, tanto devido ao resultado dos processos de interação, como em função do conjunto de representações sociais construído na sociedade, encontra-se cristalizado em ambas as partes desta relação.

O que os estudos vêm apontado com certa insistência é o declínio do consenso no apoio popular às operações policiais. Os policiais são percebidos como “pessoas que aplicam a lei, de modo pouco satisfatório” (Adorno & Peralva, 1997, p. 2). Numa investigação relacionada com o tema das representações sociais dos policiais sobre o papel desenvolvido na sociedade, Poucini (2006) conclui que “a polícia é alvo de estereótipos negativos e discriminatórios por parte de diferentes segmentos da sociedade (...) verificando-se a incorporação de valores discriminatórios na perceção do mundo e na ação profissional da polícia” (p. 178).

Pelo contrário, Junhior (2011), recorrendo a modelos de regressão múltipla para investigar os dados de uma pesquisa de opinião, indica que os julgamentos sociais são provindos das avaliações sobre a maneira como exercem o seu trabalho, confirmando que “a confiança nas instituições policiais é, principalmente o resultado das perceções quanto a sua eficiência e adequação as funções para as quais são idealizadas” (Larsen; Blair, 2009; Lopes, 2010, p. 38).

A construção de atributos representativos relativos com os aspetos circundantes da atividade policial aqui abordados manifesta determinadas regularidades percecionadas pelos sujeitos policiais, captadas nos ambientes observados e nos processos interativos com o meio.

Considerando-se que a aceção do trabalho é construída a partir das interações sociais, do processo de socialização organizacional, tendo como principais determinantes as condições experienciais decorrentes da sua laboração, evidencia-se a relevância que a ação policial configura para os seus elementos, a partir de significados produzidos independentemente da estrutura organizacional. Neste particular torna-se falacioso admitir estarmos perante uma comunidade profissional, na qual os agentes agem e se definem, a partir de uma identidade profissional invariável e totalmente coesa.

Inerente com a execução do trabalho policial, o conteúdo operante das suas ações, é narrado através de uma conotação negativista associada aos piores cenários da vida em sociedade. Os ambientes sociais conflitantes constituem a matéria-prima do trabalho



policial. Apesar desta característica, no reconhecimento do significado do trabalho para a categoria policial, é realçado a posição primordial que ocupa nas suas vidas.

Nos estudos científicos a reação social nesta perspectiva intergrupar, vêm apontando com uma certa insistência o declínio do consenso no apoio popular às operações policiais e às condições em que é exercido visto como fonte de insatisfações e de desagrado. No entanto, igualmente é indicado que a confiança nas instituições policiais aumenta quando o grau da eficiência apresenta resultados convincentes com os propósitos da sua função.

# CAPÍTULO III

## METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

### 3.1 DESCRIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA QUALITATIVA

O presente estudo é de natureza qualitativa. Os paradigmas da investigação qualitativa apontam que os fundamentos teóricos das suas abordagens foram influenciados pelos filósofos Edmund Husserl (1859-1938) e Alfred Shutz (1899-1959). A corrente fenomenológica tenta entrar no mundo conceptual dos sujeitos com vista a compreender como atribuem e constroem os significados relativos aos acontecimentos das suas vidas, numa espécie de filosofia descritiva da experiência subjetiva.

As investigações qualitativas privilegiam o estudo das realidades a partir da perspectiva dos sujeitos estudados, dos seus pontos de vista, descrevendo os fenómenos em profundidade através das experiências concretamente vivenciadas. A investigação qualitativa coloca a subjetividade no centro da compreensão dos significados sociais e humanos. Mais do que explicar, importa antes de mais compreender o sujeito, ver que sentido é que ele confere aquilo que lhe acontece.

Sendo a investigação qualitativa “tipicamente exploratória, fluída e flexível, orientada pelos dados” (Mason, 2002, p. 26), o interesse do nosso estudo visa justamente compreender as perspetivas e significações atribuídas às práticas policiais numa lógica exploratória. Nas metodologias compreensivas defende-se a prática de um tipo de raciocínio indutivo, em contraponto ao processo hipotético dedutivo. A indução analítica é o “processo lógico que consiste em partir do concreto para passar ao abstrato identificando as características centrais do fenómeno”, (Deslaurier, 1997). Deste modo, é caracterizada por lógica dissociada dos quadros analíticos do investigador mas sim encontrada através da análise do material empírico que o investigador vai recolhendo: a finalidade dos investigadores qualitativos não é encontrar hipóteses definidas à partida, *apriori*, estanques, mas sim identificar lógicas e racionalidades dos atores confrontando-as com o seu modelo de referências.

O ponto de vista é um constructo da investigação qualitativa competindo ao investigador interpretá-lo, através de esquemas conceptuais. Devemos atender à produção

de significados inerentes aos objetos para melhor compreensão dessas realidades complexas e dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações num dado contexto.

A intencionalidade dos estudos neste quadro metodológico não visa alcançar conceptualizações científicas universalmente válidas nem as relações lineares de causa e efeito de um determinado acontecimento, contrariamente à metodologia quantitativa, mas sim “conhecer como os fenómenos ocorrem em contextos particulares” (Mason, 2002, p. 1). Para Bardin (2007), a “análise qualitativa apresenta certas características particulares, é válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não inferências gerais” (Bardin, 2007, p. 108).

O processo de investigação qualitativa nas suas diferentes formas implica um retorno ao oral na medida em que dá uma importância imensa à comunicação, à linguagem, às interações sociais, ao particular, daí que o modo de conhecimento específico não seja a explicação mas sim perceber o desenrolar dos fenómenos, os ângulos de visão, os significados que podemos retirar a partir dos atores que os vivem e sobre eles falam. O paradigma qualitativo trabalha com crenças, valores, opiniões, representações, práticas, lógicas de ação, atitudes. A forma como organizam o discurso em função do contexto constitui o ponto de interesse nesta metodologia.

Esboçada a fundamentação epistemológica do método qualitativo, a razão da escolha desta abordagem justifica-se para a nossa investigação porque o tema das práticas policiais é complexo e ainda não se encontra claramente compreendido (Ritchie, 2003; Strauss & Corbin, 1990). Este campo metodológico recobre uma série de perspetivas dissemelhantes, na qual se enquadra o estudo dos processos de interação através da prática discursiva e como essa interação é modelada pelos contextos. Temos de nos aproximar dos atores e apreender de que forma vivenciam e que significados atribuem a determinados acontecimentos. Para perceber a ação humana temos de perceber de que forma os indivíduos representam o mundo, os processos cognitivos associados às suas decisões, como interagem entre si e que forma este relacionamento determina a atribuição de significados.

As experiências são intersubjetivas, construídas num universo cultural, coexistindo com elementos comuns. A ausência destas perspetivas corresponderá sempre a uma visão altamente redutora dos fenómenos.

### 3.2 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Conforme já anteriormente referido, toda a atuação policial no âmbito das drogas terá de ser enquadrada dentro das disposições legais que regulamentam a sua ação. Em conformidade com os objetivos propostos na linha de investigação este estudo debruçar-se-á sobre delimitados aspetos do trabalho policial desenvolvido neste âmbito.

Na configuração inicial analisa-se o próprio sistema legal na perspetiva policial, nomeadamente, o que pensam acerca do quadro normativo que regulamenta as suas ações desenvolvidas neste âmbito, examinando a sua adequação a esta realidade criminal. A resposta policial, traduzida através das suas práticas, serão conformes às suas formas de manifestação, sejam para a vertente do tráfico ou para a do consumo de drogas? Para além da sua adequação, os instrumentos legais conferidos à atuação policial são os suficientes para a execução das suas operações? Examinar a relevância particular de cada ação realizada dentro do plano normativo, aliado com a proposta de alteração que pudesse contribuir para uma melhoria dos seus níveis de eficácia, constituíram-se como questões de abordagem obrigatória.

Considerando que nas últimas duas décadas assistimos a modificações legislativas a questão obrigatória que se coloca prende-se sobre os efeitos produzidos nas práticas policiais pelas transformações provocadas pelo *Decreto-lei n.º 81/95, de 22 de Abril* e através da *Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro*? Com a entrada em vigor destes novos diplomas legais como foram encaradas tais consequências, sob o ponto de vista da atitude profissional, e quais foram os resultados que mais se evidenciaram destas alterações da política criminal?

Tendo por base o vasto quadro da ação policial e as suas opções estratégicas concretizáveis visando o cumprimento dos horizontes da sua missão, urge conhecer quais as dimensões das ações desenvolvidas por sua iniciativa nesta matéria, tais como os contextos onde são operadas as suas práticas, a natureza dos alvos selecionáveis (ex., consumidor, traficante), os objetivos delineados e o conjunto das técnicas utilizadas.

No campo da ação, quantas possibilidades existem para a execução das suas tarefas e de que maneira o recurso a determinada componente técnico-policial é ativada? Sob o ponto de vista da sua operacionalização, a ação concreta é estabelecida de acordo com determinados pressupostos e estimulada em função de quê objetivos? Que lógica é que preside as intervenções policiais? Quais os critérios delineadores da atuação policial? Será a natureza das drogas ou as quantidades transacionáveis? Tentando entender o

contexto da sua aplicação deste enquadramento de indagações será aceitável admitir a existência de um conjunto de práticas de atuação padronizadas para o domínio das drogas?

Transpondo para o plano das representações, que tipos de juízos de valor são emitidos sobre o fenómeno das drogas e qual a relevância concedida, em termos policiais, à sua contenção comparativamente com as outras realidades criminais? Como avaliam em termos produtivos as suas atividades ao nível dos parâmetros da eficiência e eficiência, em contraponto com as expectativas sociais mais percecionadas? E já agora como lidam com as principais condicionantes e com os insucessos profissionais?

No fundo através destas questões teóricas centrais, pretende-se evidenciar a diversidade das perspetivas dos participantes sobre o objeto e as suas interações dentro do contexto específico assinalado. A construção de um padrão de atuação e identificação das práticas mais correntes no âmbito das drogas, constitui a principal linha de investigação deste estudo, que adota uma metodologia baseada na análise de conteúdo.

### **3.3 AMOSTRA: POPULAÇÃO E FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

A estratégia de seleção dos entrevistados visa incidir sobre conhecimentos e experiências necessárias relativamente ao objeto de estudo (Morse, 1998) recolhidos no universo policial. A amostragem foi desenvolvida com recurso a um procedimento intencional que elegeu um grupo de participantes de “peritos experienciais”, elegíveis a partir da ativação da rede pessoal do investigador. O processo de amostragem não procurou alcançar a representatividade dos agentes policiais, somente envolvendo indivíduos com uma função singular e especializada tendo em conta o fenómeno estudado (Ritchie, 2003).

Flick, citando Patton, menciona que o critério da conveniência que se refere à seleção de casos é justificado pela “facilidade de acesso, em certas condições” (Flick, 2002, p. 71).

Em termos de definição, a amostra do nosso estudo é constituída por um conjunto de elementos policiais (N=8) que exerçam as suas funções na investigação criminal, integrados nas unidades orgânicas da PSP, no seio das Brigadas de Investigação Criminal, diretamente ligados com a área dos crimes de estupefacientes. Em conformidade com o critério da homogeneidade, todos os elegíveis foram designados de acordo com uma

experiência curricular cujo trajeto profissional percorreu transversalmente os períodos avocados no objeto da pesquisa.

Considerando ser enriquecedor ter diferentes ângulos de visão sobre a matéria do estudo, a amostra integrou profissionais cujo conteúdo funcional engloba-se funções de execução de atos processuais levados a cabo nos Processos-Crime, a responsabilidade direta sobre as decisões no campo operacional e de coordenação da atividade policial e funções ao nível da gestão e direção com o poder decisório de última instância. A intencionalidade do recurso a diferentes categorias funcionais permitiu aceder a diferentes experiências profissionais e, nesta conformidade, os participantes constituíram uma amostra heterogénea, otimizando-se assim as possibilidades para aceder a visões divergentes e detalhadas face ao fenómeno em estudo (Ritchie, Lewis & El am, 2003).

Este processo de amostragem intencional, ancorado na metodologia qualitativa, apesar de abordar um pequeno número de participantes, permitiu representar um conjunto de experiências que foram tomadas como relevantes (Ritchie, Lewis & El am, 2003; Silverman & Marvasti, 2008; Spencer & Snape, 2003).

### **3.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS**

O nosso principal instrumento foi a entrevista semiestruturada. Na definição do termo entrevista Burgess (1993) chama-lhe “conversas com objetivos”. É uma técnica na qual o investigador apresenta-se face ao entrevistado e lhe formula perguntas com objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. Corresponde a uma forma de interação social e de diálogo assimétrico em que uma das partes procura recolher dados, e a outra, é fonte de informação. No essencial trata-se de um procedimento de recolha de informação que utiliza a comunicação verbal.

Como estratégia de recolha de dados a entrevista em profundidade mereceu a nossa escolha pelas vantagens que apresenta ao nível da flexibilidade e da diversificação de dados que possibilita recolher. A opção por uma estruturação semidirecta, mediante um conjunto de perguntas fundamentais ajustadas à compreensão do entrevistado, teve como propósito aceder à “ingenuidade deliberada” (Kvale, 1996) do entrevistado.

Este tipo de entrevista é adequado para o aprofundamento dos domínios em estudo, tendo-se idealizado um conjunto de questões cujos requisitos se propõem apreciar factuaisidades tão distintas como a descrição das experiências vivenciadas, determinar as opiniões marcantes acerca das temáticas abordadas tendo em conta os quadros de

referência, delimitar os planos de ação, nomeadamente ao nível das condutas adotadas em determinadas situações, analisando o sentido que as pessoas conferem à sua prática.

Numa lógica exploratória, a imposição de uma estrutura inflexível poderia pôr em causa as vantagens de utilização da entrevista. Tendo em vista uma maior liberdade de resposta, aos entrevistados foi-lhe conferida a possibilidade de responder de forma exaustiva, o quanto desejassem, conservando a referência do seu universo simbólico. O tipo de questões foram elaborados em função das dimensões e dos tópicos que se procuram explorar. Naturalmente que na sua estruturação, os dados sociodemográficos, as opiniões e juízos de valor, e principalmente, a alusão às experiências vivenciadas no campo da aplicabilidade das práticas policiais integram os itens de recolha obrigatória. Na avaliação dos aspetos subjacentes à formulação das questões foi ponderado o interesse temático e designadamente, o conhecimento que proporcionará sobre o objeto da investigação.

As entrevistas foram auxiliadas por um Guião (Anexo A) cuja conceção foi ao encontro dos critérios da não-diretividade, da especificidade, da amplitude, da profundidade e do contexto pessoal do entrevistado (Flick, 2002, p. 78), sendo constituído por um conjunto de questões abertas, portanto de resposta livre, adequadas à representatividade da amostra. Este guião abarcou um conjunto de tópicos caracterizantes das práticas policiais (e.g. plano normativo, plano de ação) e representativo do posicionamento individual face ao fenómeno (e.g. drogas, tráfico, outras realidades criminais), e do conjunto de circunstâncias decorrentes do trabalho policial (e.g. condicionantes, eficácia e eficiência, insucessos, expectativas sociais).

Paralelamente às autorizações formais requeridas à instituição policial e uma vez deferida a sua viabilidade, foram asseguradas as exigências da salvaguarda da condição do anonimato, da voluntariedade e assentimento dos elementos policiais em participar no estudo, explicando-lhes todos os propósitos da investigação e a importância das suas vertentes. As entrevistas ocorreram entre os meses de Fevereiro a Agosto de 2012.

A sua realização decorreu em locais selecionados pelos participantes, num ambiente agradável, acautelando-se a criação de condições de privacidade de forma a evitar interferências exteriores e impedindo qualquer condicionamento. Estas condições promoveram uma maior receptividade da nossa ação, alcançada através do dinamismo interativo desenvolvido pela comunicação entre o entrevistador e entrevistado, mediante uma conversação de natureza profissional com os fins já designados.

À iniciação das entrevistas, antecipou-se o ritual relacionado com a confidencialidade dos dados e com a autorização para a gravação áudio. Todos os entrevistados adotaram uma postura entusiasta e altamente colaborante com os propósitos do estudo, configurando-se assim a sua realização num processo ativo e emergente (Fontana & Frey, 2005). A duração média das entrevistas rondou a hora e meia duas horas.

A fluidez no discurso comportou a utilização de uma linguagem clara, com um vocabulário acessível e rigoroso. A focalização das respostas revelou desde logo uma essência valorativa para o nosso trabalho. Findo este processo todas as entrevistas foram integralmente transcritas, antes de terem sido submetidas à análise do seu conteúdo.

Bardin (2007) designa o funcionamento e o objeto deste campo metodológico como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 37).

A preferência metodológica pela análise de conteúdo justifica-se porque “se constitui num conjunto de instrumentos metodológicos que asseguram a objetividade, sistematização e influência aplicadas aos discursos diversos” (Bardin, 2007, p. 37). A ter em conta num primeiro momento, reporta-se com o procedimento classificativo “dos elementos de significação contidos nas respostas (...) que dá conta da simbologia específica deste método” (Bardin, 2007, p. 58). Findo tal processo, na organização da análise foram consideradas as fases relativas à “sistematização, exploração do material e o ao tratamento / interpretação dos resultados obtidos de maneira a serem significativamente e válidos” (Bardin, 2007, p. 89-95).

No seio da própria análise, os dados escolhidos foram alvo de codificação e categorização.

A “codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, 1969, p. 22), equivalente a “uma transformação - efetuada sobre regras precisas – dos dados brutos do texto que, por



recorte, agregação ou enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista sobre as características do texto” (Bardin, 1977, p. 103).

A categorização “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2007, p. 111).

A análise é essencialmente categorial (temas) e diferentes dimensões de análise foram aproveitadas, sublinhando-se a descrição, o sentimento e implicações face ao objeto. Na estruturação da codificação<sup>29</sup>, este processo acompanhou o princípio de orientação indutiva e da codificação aberta, tendo as primeiras categorias de análise emergido dos dados “*in vivo*”, atribuindo-se a cada unidade de texto uma categoria muito próxima das expressões, das descrições, do significado e da linguagem dos participantes.

As respostas dos entrevistados foram codificadas, com recurso ao programa informático *QSR NVIVO10* e o código de registo escolhido foi o parágrafo (Bardin, 1995; Ghiglione, Beauvois, Chabrol & Trognon, 1980, p. 214, cit. in Quintas, 2006), a fim de evitar a fragmentação de significados.

A construção dos critérios de codificação dos excertos das entrevistas (categorias e subcategorias) corresponde atributos da representação descritiva, e da representação temática das dimensões relativas das práticas policiais. Estes modos de codificação possibilitaram criar e organizar os nós *a priori*, propostos pelos objetivos do estudo.

Cada unidade de análise foi associada ao maior número de categorias possível. Numa fase derradeira à medida que o processo de análise avançava e se verificavam relações entre as categorias, tornou-se necessário proceder à sua integração (princípio da parcimónia,

---

<sup>29</sup> Em função do material que foi sendo continuamente codificado e categorizado, o sistema de categorias foi sofrendo reclassificações e rearranjos. No entanto tal “não significa que uma nova leitura dos dados brutos não pudesse conduzir a novas codificações e mesmo a reorganizações no sistema de categorias (...), um sistema de categorização deve ser sempre considerado provisório e suscetível de novas utilizações” (Quintas, 2006, p. 214). Este processo é próprio da codificação na qual os dados se vão organizando teoricamente, fruto de uma categorização axial (Saldaña, 2009). Assim, o tratamento de dados contemplou uma comparação constante das categorias entre si com vista a gerar e organizar novas categorias concetualmente mais diferenciadas (Nolas, 2011; Charmaz, 2005; Strauss & Corbin, 1990). O sistema de categorias final serviu de base à exposição dos resultados.

Maroy, 1995). As subcategorias surgiram justamente da codificação do material. Aqui de igual forma procuramos respeitar os conceitos do entrevistado.

O nosso sistema de categorias final, apesar das sucessivas revisões empreendidas, abarcou 15 categorias de 1ª linha com 28 subcategorias de 2ª linha, apresentadas nos Anexos B; C; D e E. Em cada um é possível aceder às diferentes categorias estabelecidas, bem como às frequências e número de participantes associados.

Neste sentido, no Anexo B – Dimensão da Natureza do Trabalho Policial: Plano Normativo, foram constituídas cinco categorias de 1ª linha – Caracterização; Definição e caracterização; Adequação e Suficiência; Importância das Ações; Modificações Normativas; Alterações Sugeridas. Associadas à categoria Caracterização / Definição, constituíram-se as subcategorias – Notícia e Processo-crime; Produção da Prova. Na categoria Importância das Ações, constituíram-se as subcategorias – Apreensões; Buscas e Escutas Telefônicas. Na categoria Modificações Legislativas – constituíram-se as subcategorias – Lei 30/2000; Decreto-lei 81/95 e Portaria 63/94. Finalmente na categoria Alterações Sugestionáveis, constituíram-se as subcategorias – Agravamento do Quadro Sancionatório e Sistema Judicial.

No Anexo C – Dimensão da Natureza do Trabalho Policial: Plano Ação, este abarca categorias de 1ª linha – Alvos de Incidência; Contextos Situacionais da Intervenção Policial: Ações Espontâneas e Ações Planeadas. Tendo em conta estas categorias, foram ainda estabelecidas categorias de 2ª linha desdobradas do seguinte modo: na categoria Alvos de Incidência - Traficantes; Consumidores e Geográficos, e nas categorias Espontâneas e Planeadas – Objetivos e Técnicas. No que respeita a todas as categorias, associaram-se as seguintes subcategorias: no caso dos Traficantes - Antecedentes e Referências Criminais; Papel e Exposição na Atividade; no caso dos Consumidores – Condição de Suspeição; Fonte de Informação e Razões de Prevenção; no caso dos Geográficos – Oferta da Droga; Zonas Problemáticas de Manifestação Criminal e Efeitos de Contágio.

Às categorias Ações Espontâneas ou Circunstanciais – Objetivos e Técnicas, associaram-se respetivamente as subcategorias Diversidade Operacional; Abordagem e Identificação de Suspeitos; Prevenção e Reação Criminal e Constatação Presencial e Rapidez de Atuação. Às categorias Ações Planeadas - Objetivos e Técnicas, associaram-se respetivamente as subcategorias Policiamento Intensivo; Apreensão de

Estupefacientes; Estratégia Policial e Análise de Ocorrências Criminais; Pesquisa de Notícias / Informações e Informadores; Persistência; Vigilância e Seguidores, Ações Encobertas e de Disfarce.

No Anexo D – Dimensão Representações do Fenómeno, na sua constituição englobam-se as categorias de 1ª linha – Fenómeno; Representações do Tráfico; Outras Manifestações Criminais. Relativamente com a categoria Fenómeno atribui-se a subcategoria – Contaminação / Dependência / Destruição e com a categoria Representações do Tráfico atribuíram-se as subcategorias – Plano Tráfico; Panorâmica Policial. Esta última subcategoria, por sua vez englobou duas subcategorias – Acessibilidade, Domínio e Controlo e Carácter Permanente. Quanto à categoria Outras Manifestações Criminais, atribuíram-se as subcategorias – Interligação Criminal e Crimes Patrimoniais.

Por fim, no Anexo E - Dimensão Representações do Trabalho Policial, constituíram-se as categorias de 1ª linha – Condicionantes; Práticas Eficazes e Exercício da Profissão; Expectativas Sociais e Insucessos Profissionais. Quanto à categoria Condicionantes, estabeleceram-se as subcategorias – Meios Materiais e Humanos e Astúcia criminosa; Interferências de Coordenação. Para a categoria Práticas Eficazes e Exercício da Profissão, criaram-se as subcategorias – Trabalho Positivo; Profissionalismo e Espírito de Missão; Critérios Vocacionais. A categoria Expectativas Sociais comportou as subcategorias – Apreciação Positiva e Incompreensão Social. Por último, à categoria Insucessos Profissionais, foram atribuídas as subcategorias – Rejeição da Prova; Conformismo e Consequências prejudiciais.

# CAPÍTULO IV

## RESULTADOS

A apresentação dos resultados das entrevistas assemelha-se à estruturação das dimensões e tópicos idealizados para o guião, incorporando as categorias formuladas a partir da exploração do discurso dos participantes, com o auxílio do *Software NVIVO 10*.

No domínio da sua atuação, o posicionamento dos entrevistados face ao quadro regulamentar aplicado ao consumo e ao tráfico de substâncias estupefacientes e a examinação da sua evolução histórica, constituíram o ponto inaugural da análise deste trabalho.

Seguidamente incide-se sobre a caracterização da natureza do plano da ação policial, englobando as atuações espontâneas, ocorridas em contextos circunstanciais perante a deteção e confronto com acontecimento criminoso<sup>30</sup>, e as atuações direcionadas para atividades relacionadas com os imperativos de competência investigacional. Em ambos os planos, o alcance dos objetivos pretendidos é concretizado através de práticas policiais assentes num conjunto pluralista de técnicas distintas.

No plano das representações, examinamos as perceções dos agentes acerca do fenómeno das drogas, de forma isolada e na vertente do tráfico. Uma vez que o campo de atuação policial é expansivo a outros domínios, analisamos especificamente a relevância que este fenómeno ocupa na extensão do seu trabalho, comparando-o com as restantes manifestações da criminalidade em geral.

Finalmente um último ponto remete o nosso estudo para a observação dos reflexos do exercido da atividade policial, nomeadamente, as repercussões que determinados acontecimentos reproduzem nas práticas, nas dinâmicas de trabalho e nos estados mentais destes profissionais. Dentro destes parâmetros, elegemos sobretudo as categorias relacionadas com as condicionantes do seu exercício, das expetativas sociais geradas

---

<sup>30</sup> Noção de flagrante delito (Artigo 256.º do Código Processo Penal):

1 - É flagrante delito todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer.

2 - Reputa-se também flagrante delito o caso em que o agente for, logo após o crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com objetos ou sinais que mostrem claramente que acabou de o cometer ou nele participar.

3 - Em caso de crime permanente, o estado de flagrante delito só persiste enquanto se mantiverem sinais que mostrem claramente que o crime está a ser cometido e o agente está nele a participar

O termo flagrante encontra-se assim é associado ao crime que está sendo concebido no momento em que as autoridades policiais o possam presenciar.

acerca do trabalho produzido, dos padrões de eficácia e eficiência alcançados e as reações geradas pelos insucessos profissionais.

De acordo com os conteúdos dos discursos produzidos, os resultados reproduzem integralmente o posicionamento dos entrevistados sobre cada temática abordada, através da citação cuidadosa dos trechos relacionados com as posições expressadas e o número participantes que manifestaram semelhante opinião.

## **4.1 PLANO NORMATIVO DAS PRÁTICAS POLICIAIS**

### **4.1.1 UM QUADRO NORMATIVO ADEQUADO E SUFICIENTE**

Em matéria de drogas o quadro normativo que constitui como suporte referencial da atividade policial abrange o conjunto de diplomas legais referidos no Capítulo I. Consoante a natureza da situação configure uma disposição de tráfico ou de consumo de substâncias estupefacientes, a ação policial encontra-se vinculada ao princípio da legalidade<sup>31</sup>.

Tendo em conta as características, implicações e especificidades do fenómeno das drogas, perante a panóplia de configurações do domínio criminal ou contraordenacional com que são confrontados, implicaria desde logo debater com os entrevistados, a harmonia do quadro normativo vigente, ao nível da adequação suas normas e da suficiência dos seus instrumentos regulamentares, com a utilidade prática do exercício da função policial, para fazer cobro às formas de manifestação concreta.

Nas suas distintas dimensões e no âmbito da sua atuação, todos os participantes foram unânimes em atribuir uma apreciação geral positiva à produção legislativa vigente, qualificando-o como sistema equilibrando e satisfatório para a realização das ações levadas a cabo neste domínio:

*“Eu sinceramente no campo da polícia e no campo da lei agora acho que atualmente o sistema está mais ou menos equilibrado (...)”.* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

*“Penso que atualmente as coisas estão muito bem balizadas os factos que existem são suficientemente seguros para que as autoridades judiciais possam aferir da legalidade dos atos policiais (...) os juizes para autorizar*

---

<sup>31</sup> A sua conceptualização estabelece que a atuação dos operadores judiciais seja oficiosa e que essa atuação se traduz na obrigatoriedade do Ministério público promover o processo penal após a notícia do crime. (Gonçalves, Alves & Valente, 2001, p. 153)

*os pedidos que os OPC's façam ou as solicitações que façam ao Ministério Público.” (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)*

Caracterizando a natureza do trabalho policial no caso particular das drogas, as suas práticas comportam a execução de um conjunto de ações integradas com o quadro normativo. De acordo com a visão apresentada por cinco dos participantes, a função primordial consiste em comunicar às autoridades judiciais os factos criminais dos quais tiveram conhecimento prévio, designados por notícias do crime, dando necessariamente continuidade às ações investigatórias delegadas em consequência dessa transmissão:

*“Há notícias de um crime essa notícia é remetida ao DIAP é autuado como inquérito e depois à posterior eles mandam para nós (...) prontos na maior parte das vezes começa-se assim um bocado ... depois a gente faz uma informação de serviço a narrar a dizer que teve conhecimento que determinado indivíduo que estava a traficar droga naquelas ou noutras circunstâncias e dá origem a um processo.” (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)*

No entanto, para além do dever de comunicação da notícia do crime, é através do cumprimento das ações concretas previstas plano normativo, através dos meios de obtenção de prova, que mais se evidenciam a sua execução. No entender de três dos participantes, o exercício da função policial envolvendo a utilização destes mecanismos de responsabilização múltipla, destina-se à produção da prova<sup>32</sup>, de maneira a demonstrar às competentes autoridades judiciais que tutelam a ação penal a comprovação inequívoca do envolvimento dos indivíduos com a atividade delituosa:

*“Nós para fazer prova, porque uma coisa é dizer aquela pessoa fez aquele ato, e ele simplesmente é-lhe apreciado aquele ato, e outra coisa é-lhe apreciar prova em de que ele leva aquele ato reiteradamente durante meses e dias.” (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)*

A prova é um núcleo essencial da disciplina processual e que adquire uma importância vital através da ação policial apoiada na realização dos exames, das revistas e buscas, das apreensões e das escutas telefónicas. O emprego de cada um destes mecanismos legais é ajustado à da natureza do caso concreto, que de acordo com os oito participantes, consideram os seus fins e a sua admissibilidade de forma indistinta da sua essência, preferindo destacar a importância conjunta da sua utilização:

---

<sup>32</sup> Esta enunciação remete-nos para a produção da prova como objeto central do Processo Penal: a prova consiste na “justificação da convicção sobre a existência de factos penalmente relevantes, que constituem pressuposto da aplicação da lei” in Cavaleiro de Ferreira, Manuel “Lições de Direito Penal I”. Ed. Verbo. Textos universitários, Lisboa, 1993, p. 245. No CPP, no LIVRO III - Da prova, TÍTULO I - Disposições gerais, Artigo 124.º - Objeto da prova - Constituem objeto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.

*“Todas são importantes às vezes uma revistazita a uma pessoa uma busca a uma viatura no âmbito de uma fiscalização pode revelar-se um bom ponto de partida para uma investigação.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Porém, a este posicionamento de opinião global, acresce simultaneamente o reconhecimento de que, no caso específico desta tipologia criminal, o recurso às escutas telefónicas torna-se fundamental, aspeto este ressaltado de forma particularizada por quatro dos entrevistados, dado que os proveitos da utilização deste meio de obtenção de prova, conduzem à descoberta das conexões existentes no plano das ligações pessoais entre os intervenientes envolvidos, aspeto este ressaltado de forma particularizada por quatro dos entrevistados:

*“Através das interceções telefónicas, utilizamos muitas vezes as interceções telefónicas para fazer a conexão entre o “dealer” que a gente possa chamar e os vendedores e os empregados deles que lhe fazem a distribuição direta.”* (Investigador, 23 anos de serviço)

Os restantes entrevistados da nossa amostra, com uma conceção equivalente mas dividida entre si, preferem destacara o valor que atribuem às apreensões e às ações de busca resultantes do campo da sua atuação, pois só através destas formas é que conseguem alcançar os meios de prova necessários à responsabilização penal dos cidadãos envolvidos no tráfico:

*“No meu ponto de vista não há prova ideal que não seja a droga apreendida, seja a quantidade que seja porque o resto cabe-nos a nós provar o grau de envolvimento e de traficância”* (Investigador Criminal, 21 anos de serviço).

*“Para mim as mais importantes serão as buscas porque geralmente é nessas ocasiões que a gente consegue obter meios de prova materiais para depois condenar o indivíduo.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

#### **4.1.2 AS MODIFICAÇÕES LEGAIS**

A publicação do *Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril*, a que se sucederam a *Portaria n.º 94/96, de 26 de Março*, a *Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro* e o *Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de Abril*, traduziram as modificações legislativas produzidas ao nível da atribuição de competências de investigação de processos crimes de consumo e tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, da definição dos limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou

preparações constantes das tabelas I a IV anexas ao *Decreto-Lei n.º 15/93*, de 22 de Janeiro, e finalmente, na despenalização do consumo de substâncias estupefacientes.

Estas alterações repercutiram necessariamente consequências no campo das práticas policiais, na nomenclatura dos procedimentos de ação e na filosofia de atuação.

Em face destas transformações, a apreciação do desenho legislativo iniciou-se pelas alterações criadas pela entrada em vigor do *Decreto-Lei n.º 81/95*, de 22 de Abril. Condizendo entre si na concordância apresentada, cinco dos participantes referiram que nos tempos anteriores a 1995, a sua atividade concentrava-se geograficamente nas áreas afetas às suas esquadras e era caracterizada por um conjunto de atuações isoladas, simplicistas e momentâneas, direcionadas para os contextos concretos das realidades criminais que afetavam a normalidade da tranquilidade pública, visando somente com isso a imediata supressão do fenómeno criminal.

Contrapondo ambos os períodos, em termos de conteúdo e consistência do trabalho policial, outros três dos participantes mencionaram que na fase antecedente a 1995, o trabalho policial assentava originariamente na recolha e pesquisa de notícias, informações e anotações de factos criminais, sobre os quais, em conformidade com o saber profissional produzido, desenvolveriam as suas ações e iniciativas:

*“Era uma ação imediata isto é a gente sabia que num determinado café num determinado tecido social havia um foco de consumo e tráfico de droga pois a gente montava logo uma vigilância e atuávamos logo de imediato não perdíamos a oportunidade para deter os prevaricadores de uma forma ou de outra.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

*“Trabalhávamos com base em notícias (...) com base em informações essas notícias era aquilo que nós ouvíamos e nós próprios íamos canalizando essas notícias íamos trabalhando (...) anotávamos mas ficávamos com as anotações para nós essas anotações não eram produzidas em qualquer folha de papel era só para nós (...) não havia nada era só recolher a informação para depois poder fazer alguma coisa.”* (Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

Após a publicação do diploma que atribuiu competências de investigação no âmbito das ações de tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, a estrutura organizativa policial sofreu uma transformação, constituindo-se serviços especializados nesta matéria, bem como da mesma forma, o conteúdo funcional do trabalho dos agentes policiais foi substancialmente modificado.

Esta mudança foi bem acolhida e bem apreciada por todos os sujeitos participantes. A atribuição de um novo papel na gestão da situação criminosa proporcionou um desafio estimulante num quadro de atuação investigacional mais alargado e sequencial. A partir de



então, desenvolveu-se uma tipologia de trabalho mais aprimorada fundamentada nos preceitos orientadores dos novos normativos legais:

*“A partir daí começaram a ser delegados inquéritos pelo ministério público respeitantes a tráfico estupefacientes ora tendo inquéritos delegados (...) começamos a trabalhar com todos os meios de obtenção de prova existentes no código processo penal por isso até essa altura nós limitávamos a fazer o que as chamadas brigadas à civil que era a intervenção na rua com a identificação e a eventual revista com a apreensão e a partir dessa altura não permitiu-nos ir mais longe permitiu-nos chegar ao dono da droga permitiu-nos angariar prova suficiente para dismantelar uma rede completa por exemplo sendo que até essa altura não era possível.”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

A descriminalização do consumo de substâncias estupefacientes contribui de igual modo para a implementação de processos distintos dos aplicados na anterior vigência da *Lei n.º 30/2000, de 29 Novembro*. O artigo 28º deste diploma, revogando o artigo 40º do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro* <sup>33</sup>, veio estabelecer que o regime sancionatório do consumo de substâncias estupefacientes é agora supervisionado por um organismo administrativo com competência especialmente criada para o efeito. A posse e o consumo de substâncias estupefacientes são retirados da esfera do direito penal <sup>34</sup>.

Estabelecendo-se a partir de então um novo paradigma de atuação policial, tal contexto, em termos gerais da amostra, suscitou sentimentos discordantes com os princípios orientadores da norma. Traduzindo o posicionamento crítico dos agentes desfavorável à descriminalização do consumo, o surgimento deste novo preceito, gerou um certo desânimo conduzindo o domínio das intervenções policiais a uma redução dos seus níveis de atuação e consecutivo desinteresse pela intercessão dos consumidores face à inoperância dos seus efeitos:

*“Penso que muito pouca gente terá entendido as razões principais dessa alteração legislativa conforme está na lei a minha sensação é que houve um sentimento de algum desânimo e desmotivação de polícias para trabalhar perante essa lei porque implicava o mesmo trabalho semelhante a fazer uma detenção e o resultado prático é praticamente nulo (...)”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

Assentes num pragmatismo inflexível, esta posição maioritária é justificado pelas constatações experienciadas, sobretudo ao nível da ineficácia relacionada com o abandono do consumo de substâncias estupefacientes e do tratamento médico sanitário

---

<sup>33</sup> Exceto quanto ao cultivo que continuou a ser crime (o *Acórdão Uniformizador de Jurisprudência* n.º 8/2008 do Supremo Tribunal de Justiça)

<sup>34</sup> Com as devidas ressalvas das quantidades estipuladas pela *Portaria n.º 94/96, de 26 de Março*.

dado aos consumidores, pois consideram que o organismo que superintende a dissuasão nunca conseguiu alcançar os fins a que se destina:

*“Por constatação própria tenho visto é que o individuo anda aqui a consumir há quinze anos a mijar no copo e as análises reveladas dão sempre positivo sempre e estão sempre a dar metadona por outro lado se dão negativo estão sempre a dar metadona e não saímos disto portanto é um engano e até agora hoje em dia ninguém tem coragem de mudar ou até de expor essas situações eu não acredito em CDT’s (...) agente leva lá o mesmo toxicodependente dez ou doze vezes e ele nunca desintoxica alguma coisa está mal (...)”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Relativamente com a Portaria n.º 94/96, de 26 de Março, quando avaliam os limites quantitativos máximos estabelecidos para cada dose média individual diária, os entrevistados através do discurso de cinco dos participantes, alertam-nos para uma das consequências mais observadas que se prende com o aproveitamento dos quantitativos estipulados para a realização de ações de tráfico de menor gravidade:

*“Há indivíduos que sabem qual é a quantidade que podem andar no dia-a-dia e utilizam-na para como subterfugio para nunca serem incriminados por tráfico e continuarem a vender mas também esse tipo de individuo e o tráfico que eles fazem é um tráfico menor.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

Fruto do ensinamento profissional, três dos representantes participativos admitem que as quantidades são admissíveis, muito embora dependam das características singulares de cada consumidor:

*“Parecem-me razoáveis a mim parecem-me razoáveis se estivermos a pensar nas tais dez doses de cocaína não é? (...) eu considero razoáveis é difícil poder-se dizer se para um indivíduo cinco ou dez doses não é nada e ele consome aquilo num dia enquanto para outro pode ficar para a semana tudo isso também depende do consumidor há consumidores que há consumidores que consomem três gramas por dia a legislação eu até acho que estará de facto bem ...”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

#### **4.1.3 ALTERAÇÕES SUGERIDAS**

Apesar da apreciação comum positiva ao quadro legislativo atual, a etapa seguinte desafiou este conjunto de profissionais a apresentarem sugestões que pudessem condizer com uma melhoria das suas práticas, contribuindo para a beneficiação do trabalho policial desenvolvido neste campo.

As considerações produzidas sobre este ponto concreto não se direccionaram à aplicabilidade das práticas policiais no plano normativo, mas sim a dois grandes aspetos

que se relacionam com o quadro sancionatório e com o sistema judicial genericamente considerado. As sanções previstas nas leis das drogas, aplicadas quer na vertente da ação penalizadora<sup>35</sup>, quer na vertente ação administrativa, concentraram os maiores reparos de análise.

Todos os participantes sem exceção teceram críticas à sua moldura, indicando inclusive que, no caso particular da *Portaria n.º 94/96 de 26 de Março*, este normativo não pressupõe qualquer ação punitiva para a posse cumulativa dos produtos estupefacientes. Por outro, pronunciando-se favoravelmente por um agravamento implacável das penas convencionadas para os crimes de droga, especialmente para as atuações criminais que envolvam a vertente da venda de produtos estupefacientes a menores:

*“A única coisa que devia ser regulamentada e não está é a posse cumulativa atualmente posso ter na minha posse uma grama de heroína cinco gramas de haxixe e vinte cinco gramas de liamba e posso ser considerado consumidor porque nenhuma deste tipo de droga eu ultrapasso ... há já muitos indivíduos que sabendo que podem andar com quantidades até estes pesos e então por exemplo tem em casa mais droga e trazem só sete ou oito pacotes de cada vez para a rua onde procedem há venda se forem intercetados por um polícia com esses pacotes não serão*

---

<sup>35</sup> O problema dos fins das reações criminais é uma questão fulcral do Direito Penal. Pode, desde logo, pensar-se que as sanções criminais correspondem a uma necessidade de afirmar certos valores ou bens jurídicos. A fixação do conteúdo e alcance desses valores ou bens pode fazer-se por duas vias distintas. Nas **Teorias absolutas** - “*res absoluta ad effectum*”- (retributivas, etiológicas ou ético-jurídicas): A pena é considerada um fim em si mesma, é uma medida necessária, exigida por um princípio de justiça, satisfazendo uma necessidade de afirmação, de um castigo, de uma punição face ao crime. A finalidade da pena esgota-se na retribuição ao criminoso do mal causado à sociedade pela prática de um crime. O que se pretende, aqui, é infligir ao agente um *quantum* de sofrimento correspondente ao crime praticado, sendo a gravidade da pena aferida por um juízo de proporcionalidade face à gravidade do crime, num sentido axiológico-social e não segundo a proporcionalidade da lei de Talião, que vigorou em certos sistemas arcaicos. Nas **Teorias relativas** - “*res relata ad effectum*”- (utilitárias ou finalistas): A pena é um instrumento de defesa social contra o crime, já que se pretende prevenir futuros crimes. A reação criminal tem em vista proteger certos interesses, conservá-los e defendê-los, tirando a sua razão de ser da necessidade de evitar que esses interesses venham a ser violados. O que prevalece é a **ideia de prevenção**. Estas teorias relativas não visam o castigo pelo castigo, mas têm uma dimensão prospetiva e de prevenção. No entanto, essa prevenção pode ser geral ou especial. As **teorias da prevenção geral** afirmam que a prevenção deve atuar sobre a generalidade da coletividade, intimidando-a e desviando-a da prática do crime, dissuadindo, assim, possíveis criminosos, em virtude da intimidação sofrida face à pena aplicada a um criminoso. Aqui subjaz um raciocínio utilitário, que instrumentaliza o condenado, tomando-o como exemplo e meio de intimidação geral. Nas **teorias da prevenção especial**, a prevenção deve ser feita ao nível do próprio criminoso, do concreto delinquente, evitando que ele volte a prevaricar. A prevenção atua, neste caso, sobre o agente num sentido intimidativo dando-lhe consciência da seriedade da ameaça penal, afastando-o ou eliminando-o da sociedade, para o reeducar e adaptar à vida social. A doutrina da prevenção especial pode, portanto, realizar-se através da intimidação individual, a qual configuraria a forma mais primitiva da prevenção especial. Pretende-se aplicar ao criminoso uma pena de tal modo severa que ele se abstenha de praticar crimes no futuro. A ressocialização é a forma mais importante de concretização da prevenção especial, já que traduz uma posição humanista e solidária. Nesta forma de prevenção especial, fornecem-se ao delinquente as condições necessárias para que não volte a praticar crimes.

*detidos porque não têm quantidade suficiente.”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

*“O traficante assedia jovens quando digo jovens estamos a falar de rapazitos de raparigas de catorze às vezes treze quinze dezasseis anos e aí devia de haver uma mão pesada na lei não devia de haver contemplações porque quem vende droga a um menor não devia de ter contemplações.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Numa perspetiva mais analítica, o sistema de justiça não ficou isento da crítica essencialmente apontada às decisões constantes nos acórdãos de sentença judiciais. Na perspetiva policial, a avaliação dos juízos formulados pelos operadores judiciais, muitas das vezes não valoriza da maneira concreta o trabalho policial desenvolvido nesta área. No entender de cinco dos entrevistados, os acontecimentos são examinados pelas autoridades judiciais com um certo grau de distanciamento das realidades vivenciadas e daí a necessidade de um contacto mais aproximado a estes cenários constituiria uma mais-valia para a compreensão das suas práticas e do exercício da atividade policial:

*“Uma realidade diferente analisam de forma muito diferente e não valorizam o que se calhar deveriam valorizar ou seja o próprio sistema judicial se calhar também devia sair um bocadinho dos gabinetes e vir cá para fora e ajudar o polícia.”* (Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

Para além desta diferente lógica de entendimento, um outro contraste foi dirigido ao modelo processual penal. O artigo 32.º, n.º 5 da CRP vincula-nos a um modelo acusatório. As características do modelo acusatório,<sup>36</sup> consiste na separação rígida e absoluta entre entidade acusadora e entidade julgadora (princípio da acusação), na paridade jurídica entre a acusação e a defesa e na consagração, pelo menos na fase do julgamento, dos princípios da oralidade, da publicidade, do contraditório e da imediação. No modelo acusatório, o julgamento é a fase essencial da tramitação. Estas particularidades significam que toda a prova obtida na fase de investigação tem de ser novamente produzida na audiência de julgamento.

---

<sup>36</sup> A estrutura do Processo Penal Português é basicamente acusatória integrada num princípio de investigação que assenta na separação material entre entidade que investiga e acusa e entidade que procede ao julgamento. Não se trata de uma separação funcional, mas sim uma distinção material, com identidades diferentes. Esta distinção relativa à competência de acusar e julgar encontra-se no **artigo 39.º, n.º1, al.) c do CPP**. Por outro lado é reconhecida a participação constitutiva dos sujeitos processuais, em particular do arguido, na decisão do caso. No processo penal português, a acusação e a defesa não têm os mesmos direitos e defesas processuais: é assimétrico. O arguido é um sujeito processual, tem um estatuto que se compõem de direitos e deveres processuais, sobretudo direitos. No entanto, não decide se é culpado ou inocente, participa, na medida em que pode recorrer e apresentar provas. No princípio de investigação, o juiz tem o poder de esclarecer e instruir autonomamente os factos submetidos a julgamento mesmo para além das contribuições da acusação e da defesa. Embora o modelo seja acusatório, o juiz não se assume como sujeito passivo: tem um papel na investigação, tem o poder – dever de recolher provas. O princípio de investigação encontra-se consagrado no **artigo 340.º CPP**.

Tendo em conta que a aplicabilidade das práticas policiais manifesta o seu maior pendor na fase investigacional, determinados meios de prova recolhidos nesse período, são suscetíveis de serem desvalorizados durante a fase do julgamento, como é o caso da prova testemunhal, devido a razões externas ao trabalho policial. De acordo com a opinião de três dos participantes, todo o tipo de prova deveria de ser sempre valorizado, e neste caso, aspiram assistir a uma alteração dos princípios processuais penais<sup>37</sup>, juntamente com o alargamento dos prazos estipulados para as ações investigacionais e para o cumprimento dos seus atos processuais:

*“As provas obtidas em sede de inquérito sejam valoradas em audiência de julgamento e é uma mais-valia para a investigação e seria uma grande conquista.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

*“Modificava os prazos ... alargava os prazos dilatávamos mais os prazos.” “Porque o tempo não chegou eles tão sempre a mudar os procedimentos.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Em síntese, o quadro normativo regente no domínio das drogas é considerado satisfatório e ajustado, para as intervenções policiais executadas dentro deste plano. Neste âmbito, as práticas policiais corporizam-se essencialmente através do cumprimento das ações prognosticadas nos meios típicos de obtenção de prova, fundados no ramo do processo penal. Propondo-se a comprovar os indícios obtidos acerca do envolvimento dos cidadãos na atividade criminosa, a tónica dominante nestas práticas normativas é a sua utilização conjunta numa lógica subsidiária complementar entre si.

As modificações legislativas relativas com a atribuição das competências de investigação, e com a descriminalização do consumo de substâncias estupefacientes causaram transformações nos procedimentos policiais. Neste particular, ao nível da observância destas novas contexturas, as reações registadas identificaram o contraste entre o estímulo entusiasta e desafiante resultante do deferimento das ações investigatórias, contrariamente à descriminalização do consumo, que foi encarado de forma negativa e como tal, o desinteresse policial por este tipo de intervenção.

Numa perspetiva mais crítica, as observações policiais incidiram sobre o facto do diploma próprio não contemplar nas suas finalidades qualquer sanção penal ou administrativa, para as situações em que se enquadram na posse cumulativa de

---

<sup>37</sup> Um dos princípios que o nosso sistema consagra é o princípio da investigação ou da verdade material: o poder do Ministério Público de promover e prosseguir a ação penal face a uma notícia *criminis*, denunciadora de uma conduta criminosa que ofende valores ético-jurídicos fundamentais, nos quais a comunidade se revê e do tribunal esclarecer e instruir autonomamente – mesmo para além das contribuições da acusação e da defesa – o facto sujeito a julgamento, criando os suportes probatórios necessários à sua decisão (Braz, 2009, p. 55).

substâncias estupefacientes, e da falta de supervisão do sancionamento aplicado pelas comissões de dissuasão da toxicodependência, sendo igualmente colocada em causa a fiabilidade da ação terapêutica exercida junto dos cidadãos toxicodependentes.

O agravamento das molduras penais para as situações de tráfico de maior censurabilidade, especialmente as que compromete o envolvimento de menores, um sistema judicial mais próximo da atividade policial e, por fim, um modelo processual penal que privilegie mais o trabalho policial desenvolvido na fase de inquérito, corresponderam aos pontos suscetíveis de alteração enumerados pelo leque dos nossos entrevistados.

## 4.2 O PLANO DA ACÇÃO

Conforme tivemos oportunidade de examinar no capítulo II, a atividade policial é descrita através de diferentes modos de atuação. Os cenários relativos com os crimes de drogas, ao nível do tratamento das suas especificidades, obrigam as autoridades policiais a adotarem uma resposta diferenciada. Os expedientes policiais utilizados neste domínio são o objetivo central deste capítulo.

A Polícia como instância associada ao sistema formal de controlo, não esgota as suas intervenções somente tendo por base a estrita obediência às tipificações legais. A par do elevado poder discricionário<sup>38</sup> que desfruta, a modalidade proactiva confere-lhe a iniciativa necessária para satisfazer distintos parâmetros da sua missão. Procurando aceder aos ditames das intervenções policiais, dois grandes planos de atuação se destacam versando a execução de ações espontâneas e de ações planeadas.

Os objetivos das ações espontâneas dispõem-se a responder aos contextos circunstanciais mais emergentes, aquando do confronto com o acontecimento criminoso e que sistematicamente integram a rotina das ações policiais. Por seu lado, as ações

---

<sup>38</sup> A polícia “é não só a instância que processa o caudal mais volumoso de *deviance*, mas também o que faz em condições de maior discricionariedade” (Andrade e Dias, 1997, p. 444). Baseados nas investigações empíricas realizadas na Alemanha e EUA, estes autores evidenciam algumas variáveis responsáveis pela discricionariedade decorrentes da atuação policial, nomeadamente, “a gravidade da infração, atitude do denunciante e suspeito, as relações entre as diferentes instâncias de controlo, a interiorização e adesão às normas legais e o poder relativo do infrator” (*idem*, p. 454-462). No exercício da atividade policial existe portanto um grau relativamente alto de autonomia “que ultrapassa em todos os aspetos as possibilidades e as práticas de codificação regulamentar e de controlo hierárquico” (Monjardet, 2003, p.54).

planeadas, visam corresponder às exigências mais elevadas da função policial que através de mecanismos mais interventivos, testam a habilidade investigacional e a capacidade técnica dos seus executantes.

#### **4.2.1 ALVOS DE INCIDÊNCIA: TRAFICANTES, CONSUMIDORES E ÁREAS GEOGRÁFICAS**

##### **4.2.1.1 TRAFICANTES**

A definição do destinatário da ação policial estabeleceu o ponto de partida colocado aos entrevistados neste plano. Na ponderação da resolução das situações que afetam a tranquilidade pública, a iniciativa policial poderá ser preferencialmente incisiva de acordo com o melindre da sua natureza conflituante e da gravidade dos efeitos gerados pela sua ocorrência. Tais efeitos desencadeiam a reação policial que compreende a execução das suas práticas junto dos cidadãos responsáveis pelo tráfico, nos consumidores, e nas zonas geográficas onde são implementadas o consumo e tráfico de drogas.

Começando pelos cidadãos responsáveis pelo tráfico, quando confrontados com os destinatários abrangidos pela sua ação, quatro dos agentes policiais indicaram que o critério mais determinante que potencia uma intervenção neste nível é o grau de envolvimento participativo que estes sujeitos possam desempenhar nas ilicitudes que preconizam:

*“Atuar sobre o traficante e o responsável pela droga que é vendida aos consumidores (...) são quase nomeados pelo grau de envolvimento que tem no nível de tráfico (...) Tem a ver com o grau de participação.”*  
(Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

Porém uma perspetiva distinta é-nos apresentada pela parte restante dos entrevistados, ao mencionarem que a atuação policial em matéria de drogas resulta maioritariamente do conhecimento que detenham das infrações criminais e dos respetivos autores, referindo-se à importância fundamental do domínio das informações apoiadas pelas respetivas indicações e referências de que sejam detentores:

*“A gente tem informação heim fulano de tal tá a trabalhar muito e trabalha com grandes quantidades de droga ... prontos na maior parte das vezes começa-se assim um bocado ... e dá origem a um processo e de certa forma é selecionado.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

*“Quando há referências de que é aquele indivíduo que comprou aquele indivíduo, de que foi aquele indivíduo que vendeu.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

#### **4.2.1.2 CONSUMIDORES**

A manifestação da prática policial no plano da ação centralizado na figura de consumidor de substâncias estupefacientes, analisada de acordo com uma perspectiva completa dos sujeitos participantes, indica-nos que as razões da sua abordagem são fomentadas por uma certa condição de suspeição assente nas características exteriores que apresentam:

*“É a forma de eles vestirem há sempre uma forma característica de verem se são consumidores ou não pelo aspeto físico os consumidores de heroína por norma são magros andam muito sujos pouco asseados.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

Contudo, a principal razão do acesso ao consumidor apontada por seis dos polícias entrevistados, prende-se com o predomínio desenvolvido no tráfico como foco potencializador desta atividade, a par do seu *status* ligado ao domínio das informações criminais e dos seus agentes, facultados aos elementos policiais para o êxito do seu trabalho:

*“O consumidor tem um papel tão intenso no desenrolar do tráfico como o próprio traficante ou seja o consumidor potência o tráfico.”* (Investigador criminal, 23 anos de serviço)

*“Quando a gente intervém com este tipo com este grupo é para de alguma forma a gente se aperceber qual é a proveniência da droga e qual é o causador daquele foco de tráfico e consumo de droga porque nós vamos saber qual é o circuito que aquela droga teve.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

Todavia, da parte dos restantes dois entrevistados, um outro aspeto assinalado ressalva uma abordagem policial baseada em razões de natureza preventiva, que motivam a sua ação junto dos consumidores devido às debilidades geradas por esta condição:

*“Neste momento é mesmo por uma questão de prevenção, vê-se que há empenho por parte dos polícias em fazer o encaminhamento dos consumidores para a comissão.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)



#### 4.2.1.3 ALVOS GEOGRÁFICOS

Determinadas áreas geográficas são especificamente qualificadas como mercados de drogas. Este atributo é condizente com uma complexa cartografia social na qual a intervenção policial assume contornos mais significativos, materializada através das práticas direcionadas para os locais onde se concentra a exteriorização do tráfico e consumo.

Assistindo-se a operações policiais realizadas sobretudo em pontos onde outrora a intervenção já havia produzido os seus efeitos, beneficiando do manancial de experiência profissional dos nossos entrevistados, aproveitamos a oportunidade para os questionar sobre o porquê destes funcionamentos ilícitos persistem de forma reiterada nesses mesmos locais?

Na opinião de três dos participantes, tal justificação reside no facto de nesses espaços subsistir uma melhor oferta da qualidade dos produtos estupefacientes disponibilizados para comercialização e daí o serem mais intensamente procurados, originando um aumento dos níveis de afluência dos cidadãos toxicodependentes:

*“Nós temos bairros em que existe o tráfico de droga mas a afluência de toxicodependentes não é tão grande, ou não seja por causa de não de haver mais traficantes mas sim pela qualidade da droga. Às vezes a qualidade da droga também chama os consumidores, porque se de repente a droga no Bairro no Aleixo deixa de ter qualidade eles facilmente se deslocam ao Bairro Pinheiro Torres, ou Bairro da Pasteleira.”*  
(Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Por outro lado, um idêntico número de entrevistados, prefere salientar que o verdadeiro motivo se deve efetivamente à particularidade relacionada com o elevado volume de produtos estupefacientes transacionáveis, captando dessa forma a atenção especial da parte das autoridades policiais como alvos primordiais das suas atuações:

*“Porque geralmente é onde circula mais droga (...) mas há prior e de forma visível será onde circula mais droga e indivíduos ligados ao consumo e tráfico de droga (...).”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

*“De uma forma ou de outra a polícia tem tendência sempre a combater e a deslocar-se para esses meios urbanos onde existe mais consumo e mais tráfico de droga onde o comércio é mais abundante (...).”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

*“Onde se sabe que sistematicamente há indivíduos que estão a consumir e que há indivíduos que eventualmente estão a vender portanto haverá todo o interesse da nossa parte em ir lá (...).”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Uma vez que se tratam de contextos sociais problemáticos, numa outra vertente dois dos entrevistados responsabilizam a população residente pela prática das atividades criminosas levadas a cabo nesses espaços, e que, através da sua ação exercem uma influência negativa nos seus concidadãos os quais também acabam por enveredar pelo mesmo tipo de vida:

*“Isso tem a ver também com as pessoas que mudam para o bairro quase todas elas ou porque por influências dos outros começam a traficar droga.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Em síntese, um dos alvos das ações policiais incide sobre os traficantes elegíveis em função da sua participação, assumindo neste particular relevo o conhecimento obtido pelas autoridades policiais sobre os respetivos modos de atuação.

Substancialmente menos relevantes, os consumidores de estupefacientes incluem-se nos alvos da ação policial correspondendo a um tipo de intervenção necessária e obrigatória, dado serem percecionados como os principais potencializadores da atividade de tráfico e, especialmente, representarem uma mais-valia como fonte de informações criminais, utilizadas de forma instrumental para a boa prossecução do serviço policial.

A ação policial é dirigida a determinados algos geográficos onde prolifera a atividade de tráfico e de consumo de substâncias estupefacientes. Assinale-se que determinadas zonas são insistentemente fustigadas pela presença policial e pelos consumidores de estupefacientes em razão das características que apresentam, nomeadamente, pelos seus níveis de criminalidade ligados com a oferta das qualidades e das quantidades dos produtos estupefacientes disponibilizados para transação.

### **4.3 OS CONTEXTOS SITUACIONAIS DAS AÇÕES POLICIAIS**

#### **4.3.1 AÇÕES ESPONTÂNEAS: OBJETIVOS E TÉCNICAS**

Qualquer modalidade de atuação policial pressupõe a realização de diligências tendentes a colmatar as manifestações criminais que perturbem o panorama da convivência social. Os contextos situacionais reportam-se com toda uma panóplia de aspectos que um encontro policial pode configurar.

Enfatizando de forma peculiar o trabalho operacional, esta vertente corresponde ao campo de excelência onde mais se exercitam os rituais práticos da intervenção policial, levadas a cabo no campo da iniciativa própria. Determinados acontecimentos criminais

quando presenciados “*in loco*” pelos agentes policiais<sup>39</sup>, motivam respostas policiais fortuitas que fazem parte integrante das suas abordagens.

Da multiplicidade de ocorrências assistidas, um aspecto resultante do *habitus* policial é a disposição da ação para os “flagrantes”. Flagrantes são situações nas quais o polícia se encontra no local do crime no momento em que ocorre. Como requisito fundamental para efetuar uma prisão ou apreensões de armas, drogas, ou objetos roubados, esta modalidade de ação, segundo o parecer do discurso de cinco dos entrevistados, constitui a parte mais importante de seu trabalho, pois o seu acontecimento traduz uma espécie recompensa satisfatória do resultado da intervenção policial:

*“Fazemos ações de flagrante delito (...) acabamos por fazer o essencial que é a detenção (...) no fundo o resultado de todos os OPC’s primam pelo mesmo resultado é a captura do suspeito a detenção dos artigos ilícitos e é isso.”* (Investigador criminal, 23 anos de serviço)

Autonomamente ao quadro legislativo que regula a ação policial dentro deste plano, na relação direta com o terreno, as intervenções geradas por iniciativa própria, não se limitam apenas à redução da oferta das drogas disponíveis para o tráfico e consumo. Na perspectiva dos restantes três participantes, a atividade de fiscalização de primeira linha corresponde a uma das tarefas basilares do seu trabalho, residindo na abordagem de cidadãos suspeitos pela autoria da prática de crimes, medida esta que culmina com o processo de identificação dos cidadãos abrangidos pela intercessão policial:

*“Quanto à nossa ação em termos concretos em termos de rua é identificar abordando questionando se tem algo de ilícito.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço).

Definida a natureza das ações espontâneas importa agora assinalar os seus principais objetivos. Os serviços prestados através dos modos do policiamento comportam a modalidade mais elementar da essência do trabalho policial. Algumas das prioridades, ao nível da prevenção e da reação criminal, são operacionalmente definidas em função das exigências da sociedade.

O capítulo da prevenção é concretizado no princípio de circulação pelos locais onde o crime acontece visando a simples produção de visibilidade, numa espécie de tática de absoluta passividade. Estas ações representam uma mais-valia na contenção dos

---

<sup>39</sup> O termo **flagrante** é associado ao crime que está sendo concebido no momento em que autoridades policiais ou qualquer do povo podem visualiza-lo. Ao abrigo do art.º 252 do CPP, considera-se em flagrante delito quem: **I** - está cometendo a infração penal; **II** - acaba de cometê-la; **III** - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; **IV** - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

fenómenos criminais que tenham forte impacto nas sociedades, daí ser a modalidade mais reclamada pelas populações.

De acordo com os resultados evidenciados nas auscultações a seis dos intervenientes entrevistados, os objetivos intrínsecos das operações de prevenção criminal, destinam-se levar a cabo ações com o intuito de produzir o sentimento de segurança nas populações:

*“Operações de prevenção criminal obviamente que os objetivos da polícia em fazer ações em locais onde há registo de tráfico e consumo nomeadamente alguns pontos nevrálgicos de bairros problemáticos junto de alguns estabelecimentos comerciais alguns cafés enfim o que a polícia visa em primeiro lugar é sempre dar um sentimento de segurança.”*  
(Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

No campo inverso o reforço da resposta policial nas áreas mais problemáticas, agindo de maneira arbitrária para reprimir toda e qualquer exteriorização dos acontecimentos delituosos, bem como replicando a hostilidade projetada contra à prossecução dos fins, condizem com a argumentação apresentada por dois dos participantes, para justificarem as ações policiais objetivamente mais centradas na reação criminal. Tal correspondência caracteriza-se pela marcação de uma posição de força que incide sob os territórios intervencionados e que é empreendida de forma robusta através de exposição policial ostensiva:

*“Inicialmente o que pretendemos é eliminar o foco eliminar aquele problema que está a causar ordem pública que está a causar instabilidade num determinado meio social.”* (Investigação criminal, 28 anos de serviço)

*“Geralmente são organizados esse tipo de “raids” para esses indivíduos do bairro terem a noção que a polícia está atenta e que não teme entrar nos bairros e que tem uma posição de força que se for necessário atuam em conformidade conforme a situação que surja nos bairros.”*  
(Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

Acresce destacar que no entender dos nossos entrevistados, sob o ponto de vista técnico-policial, as ações espontâneas são executadas de maneira célere assente numa rapidez de atuação que visa alcançar a eficácia desejada: *“Pronto geralmente (...) já está tudo orientado para que a gente entre o mais rápido possível e surpreenda os indivíduos.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Conclui-se pelo acima descrito que a atuação policial desencadeada em termos espontâneos vise fundamentalmente a detenção em flagrante delito dos infratores, abrangendo adicionalmente a realização de ações identificativas que incidem sobre os indivíduos suspeitos da prática dos crimes. Igualmente englobadas neste plano de ação, através das modalidades de policiamento de cariz preventivo ou reativo, são garantidas

as respostas apropriadas que asseguram o grau de eficácia necessária ao sucesso destas ações.

### **4.3.2 AÇÕES PLANEADAS**

#### **4.3.2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS**

De uma perspetiva simplificada das práticas policiais transpomos para o domínio mais planificado da sua aplicabilidade.

Uma vez deferida a competência de investigação dos crimes de tráfico, compete aos agentes investigadores acautelar o prosseguimento das diligências harmonizadas com os objetivos delineados que melhor satisfaçam, em termos de resultados, os seus pressupostos investigacionais.

A confrontação com a diversidade de circunstancialismos factuais e demais disposições assinaladas nos processos crimes, comportam necessariamente a projeção prévia das opções disponíveis, sendo certo que é neste quadro avaliativo que mais se evidencia a componente técnica das práticas policiais desenvolvidas num plano de ação mais estruturado.

Para colmatar as exigências investigacionais em consonância com os objetivos traçados, as práticas policiais poderão ser empreendidas para a obtenção de resultados. Nesta específica área criminal, a garantia deste fator é assegurada através do confisco das substâncias estupefacientes, representando este prisma a preferência individual demonstrada por quatro dos participantes, indicando que para o caso dos processos-crime por si investigados, ambiciona alcançar a apreensão da maior quantidade de droga possível, indiscriminadamente da sua composição:

*“É a quantidade para mim não há drogas leves nem pesadas elas para mim na balança pesam todas de igual forma e para mim é tão nocivo o haxixe numa criança de catorze ou quinze anos como a heroína ou cocaína num individuo da mesma idade ou até mais velhos.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Distinta conceção emitida sobre este mesmo assunto caracteriza a posição de dois dos participantes, que incidem a sua preferência na vertente qualitativa dos produtos estupefacientes, e como tal, em termos individuais, dado cada tipo de droga possuir um valor diferenciado, a sua predileção recaia sobre as apreensões de Heroína e de Cocaína:

*“Eu sinceramente dou mais importância ao tipo de droga é claro que ... valorizo mais apanhar um quilo de heroína ou cocaína do que apanhar dez quilos de haxixe.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

No entanto numa perspectiva mais circunstanciada, outros dos dois entrevistados referiram que quando o trabalho realizado já contemple a prova necessária, atuam em função de um critério mais pragmático, no caso a oportunidade da ocasião, independentemente do tipos ou das qualidades de drogas envolvidas, pois no seu entendimento a atribuição da sanção penal não vai interferir com este aspeto:

*“Eu quando sei que um individuo cabecilha um dealer da rede vem com dez ou cinco ou um quilo mas eu se tiver uma boa prova um manancial de prova muito boa para ele eu sei que ele tanto vai apanhar tantos anos de prisão tanto com um quilo como com cem portanto não estou muito preocupado em estar a querer atingir o céu como limite e depois ficar sem nada.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

No tocante com as ações planeadas, a prossecução da atividade policial engendrada neste domínio compreende igualmente a realização de objetivos distintos do âmbito das competências investigacionais, incluindo neste caso a execução de práticas que se conjugam com o modo de policiar.

Para controlar e impedir os fenómenos criminais, a permanência e ocupação dos locais fustigados pelo flagelo das drogas propõe-se controlar as condições anormais que permitem o seu acontecimento, dispersando as fontes de perigo e reduzi com isso os seus indicadores. O policiamento intensivo através da sua forte visibilidade pretende assim incutir uma sensação de capacidade interventiva mais musculada dissuadindo o potencial criminoso a cometer os ilícitos.

De forma generalizada, a nossa amostra é unânime em reconhecer que o modelo de policiamento contínuo/intensivo representa uma tranquilidade securitária momentânea nos cidadãos que coabitam nesses locais e que não compactuam com as atividades criminais:

*“O que se vai fazendo em minha opinião e acho muito bem é de tempos a tempos fazer um policiamento mais próximo junto aqueles locais de forma durante aquele espaço de tempo a acalmar as pessoas que lá vivem naqueles locais há gente boa nem todos são maus.”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

Em síntese, o policiamento intensivo é entendido como a modalidade policial que garante a plenitude das condições de segurança na zona intervencionada. No plano da ação planeada, o objetivo principal ambicionado para a resolução dos processos-crime de tráfico de drogas, reporta-se com a preferência maioritária dos participantes em apreender a maior quantidade de droga possível, muito embora tivesse sido também valorizada a

importância da vertente qualitativa da sua composição e referido o critério circunstancial, como fatores determinantes da sua ação.

#### **4.3.2.2 TÉCNICAS**

##### **4.3.2.2.1 ESTRATÉGIA POLICIAL E ANÁLISE DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS**

Na área policial, o recurso a esta ferramenta está associado a uma lógica de raciocínio e inteligência, aplicada à gestão das contingências e das situações diversificadas. A boa exequibilidade desta técnica garante do êxito dos esforços policiais e o alcance dos objetivos traçados para a área da segurança pública.

Sob o ponto de vista estratégico, para três dos entrevistados, a especificidade concreta deste crime origina com que a atuação policial seja ajustada à configuração da modalidade de tráfico, e nessa A planificação da componente técnica praticada dentro deste plano de intervenção policial acarreta a execução de ações mais rigorosas, daí a razão de nesta passagem do nosso estudo refletimos sobre o exame e caracterização de determinados critérios relacionados com a sua execução.

Atualmente, o conceito de estratégia é um dos mais utilizados em contextos organizacionais. A gestão policial pressupõe a adoção de uma visão mais abrangente da atividade criminosa e dos respetivos fenómenos. Na resolução das situações conflituantes, a tomada de decisão pode comprometer em simultâneo, a avaliação das opções disponíveis e a implementação de medidas conformidade, se designe satisfizer as exigências estabelecidas na lei. O estratagema policial montado procurará com as suas ações condizer com os objetivos pretendidos, sendo a sua evolução desenvolvida numa perspetiva produtiva sem negligenciar o aperfeiçoamento dos seus próprios estratagemas idealizados para o campo de atuação:

*“Imaginemos por exemplo uma situação de tráfico de estupefacientes (...) o decreto-lei 15/93 prevê nomeadamente o art.º 21 define o que é o crime de tráfico de estupefacientes que são 18 ações e depois temos o art.º 25 que prevê o tráfico menor gravidade quantidades de produtos estupefacientes (...) faz parte de uma estratégia policial para conseguirmos apresentar perante as autoridades judiciais todos os factos que temos conhecimento acerca disso.”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

*“A polícia tem de utilizar os meios de obtenção de prova que tem há sua disponibilidade nos termos do código processo penal a forma como os utiliza a prioridade e o momento cada um deles tem a ver com a estratégia policial definida.”* (Investigação Criminal, 23 anos de serviço)

*“É montada uma estratégia para a obtenção dos meios de prova (...) vamos também refinar o nosso as nossas estratégias e as nossas maneiras de atuar.”* (Investigador criminal, 28 anos de serviço)

Complementarmente a análise criminal é um importante instrumento auxiliar da atividade policial, que permite apoiar as suas unidades operacionais durante o curso das suas ações. Oferecendo *“inteligência”* sobre pessoas e organizações (*modus operandi*, capacidades, vulnerabilidades e conhecimentos das relações entre os seus membros), a sua utilidade funcional concorre para a definição da ação policial orientando as suas práticas concretas. No parecer de outros três dos entrevistados, a análise de ocorrências criminais realizada aos dados da criminalidade reportada às instâncias policiais, torna-se mesmo num dos critérios mais atendidos para desencadear uma intervenção policial:

*“ (...) O critério tem a ver com uma análise diária que é feita de várias formas ao nível do departamento de esquadra da divisão do comando e essa análise criminal em função das ocorrências da criminalidade que vai sendo relatada dá-nos os chamados “hotpots” ou seja os pontos quentes onde normalmente se passa e sabemos locais onde é mais frequente haver tráfico haver indivíduos que consomem estupefaciente onde estão concentrados indivíduos que praticam outro tipo de crime.”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

#### **4.3.2.2.2 PESQUISA DE NOTÍCIAS E INFORMADORES**

Como já tivemos oportunidade de referir a acessibilidade às informações criminais, condiz com uma das particularidades mais substanciais da natureza do trabalho policial. Do ponto de vista da definição, a pesquisa de notícias conducente a garantir a obtenção dos dados solucionáveis para os problemas criminais, é o tipo de tarefa policial desenvolvido de forma comum.

Por outro lado, a decisão do melhor momento para agir, é um aspeto do trabalho policial que convém dominar. A oportunidade de ação torna-se num fator preponderante cujo alcance, além de essencial é desejável, devendo a prática ser incrementada nos tempos precisos em que os eventos criminais ocorrem.

O processo motivacional dos agentes policiais, conjugado com o estilo proactivo das suas iniciativas, visa sempre colocar as informações obtidas ao serviço das



conveniências profissionais. A vantagem destas tarefas é salientada da parte dos oito dos entrevistados, referindo que o processo pesquisa de notícias e de recolha das informações, é processado através da exploração de fontes variadas, entre as quais se encontram os próprios elementos policiais afetos do dispositivo uniformizado, sem descorarem ainda a importante fonte de divulgação e denúncia que constituem os cidadãos:

*“ (...) Ou mesmo o homem do giro que faz uma informação de serviço que tem por interposta pessoa conhecimento de que alguma coisa está a funcionar menos bem.”* (Investigação Criminal, 20 anos de serviço)

*“O próprio cidadão deve ser polícia do seu bairro polícia da sua casa polícia da sua rua deve denunciar porque está a colaborar com a sociedade se não colaborar a polícia não sabe muitas coisas não é eu acho que o povo não está ajudar muito na divulgação de crimes na divulgação de identificação de pessoas suspeitas etecetra etecetra e a gente lá os vai convencendo a isso.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Ligado com a pesquisa de notícias e com a obtenção de informações encontra-se naturalmente a pessoa que as faculta, definida neste termo: *“O informador é aquela pessoa que fala connosco há vários tipos de informadores há a pessoa que reside na rua X ou no bairro y liga para a esquadra da área a denunciar uma situação.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço).

O propósito da recolha de informações fiáveis potencia o contacto direto com os informadores. Consoante a natureza dos assuntos tratados, para o código policial este contacto é gerido através de uma rede de relações interpessoais, aproveitados durante um tempo prolongado. Pelo que nos indicam o conjunto dos participantes, a singularidade desta ligação estabelece-se apenas em regime de exclusividade com um único agente, pois cada qual individualmente é detentor dos seus próprios informadores:

*“Cada um tem os seus informadores ... geram-se informadores há maneira deles, geralmente os informadores só dão informações a um determinado individuo que tem confiança e dessa forma que gerem só contactam geralmente com esse elemento.”* (Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

Definido o seu papel, quanto ao tipo de relacionamento presente entre polícia e informador, a ligação destas fações na opinião de cinco dos participantes, é baseada nos parâmetros de confiança depositada nos agentes, ausente de registos de conflitualidade, assumindo claramente que entre as partes se estabelece uma espécie de regime de entre ajuda partilhado: *“Eles próprios sentem à vontade para nos poder também ajudar, o principal fundamento aqui é confiança que eles têm na polícia”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço).

Somente um dos entrevistados apresenta uma posição mais recatada ao classificar esta afinidade como promiscua e tenebrosa, alertando para o conflito dos interesses e das conivências subjacentes com a cedência das informações criminais:

*“ (...) Sempre um relacionamento promíscuo porque estamos sempre a lidar com alguém ou ainda está no consumo de droga ou já esteve (...) são sempre relações muito tenebrosas muito muito dentro de uma linha que é preciso ter algum cuidado em andar nelas porque de uma forma ou de outra a gente pode estar a surgir alguma conivência com esse tipo de sujeito e ele também se pode estar a aproveitar de dar algumas informações para levar por diante algumas ações dele mesmo.”*  
(Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

Indistintos destas formas, os restantes dois dos participantes aludem ao detalhe relativo com o aproveitamento do sentido de oportunidade da fonte informativa, evidenciando o papel essencial desta figura e a importância da sua utilidade funcional ao serviço da atividade policial:

*“Eu aproveito os informadores quando eles estão chateados com o fornecedor tem uma zanga um ajuste de contas aproveito isso um gajo tem que aproveitar logo de imediato não vá ele reatar as amizades e a coisa ir por água abaixo.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

*“A polícia tem que ter informadores claro apesar dessa palavra ter uma conotação negativa eu não tenho nenhum problema em usá-la porque é uma realidade e o informador a informação é essencial para a polícia.”*  
(Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

#### **4.3.2.2.3 PERSISTÊNCIA**

Sucedem-se porém que no decurso da atividade investigacional, o trabalho policial desenvolve-se ao longo de determinados períodos temporais e ao contrário do desejável, muitas das vezes os focos criminais problemáticos não são solucionáveis dentro dos parâmetros temporais estabelecidas. Contudo, quando tal se sucede, uma das posturas adotadas focalizada unanimemente pelos sujeitos entrevistados, refere-se com a atitude persistente das suas ações praticadas de forma insistente no tempo até conseguirem o cumprimento dos seus objetivos:

*“Só demonstra que na próxima oportunidade não lhe posso dar espaço de manobra e ele para ou e é detido faço-lhe sombra o tempo que for necessário já tivemos alvos durante um ano ou mais que um ano (...)”*  
(Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

#### 4.3.2.2.4 VIGILÂNCIAS E SEGUIMENTOS

A descoberta das movimentações associadas com a circulação dos produtos estupefacientes entre os locais de proveniência, acondicionamento ou ocultação e de venda, estabelecem-se como o grande desafio policial na questão das drogas. A decifração dos mecanismos de atuação no tráfico acarreta a utilização de expedientes policiais utilizados numa vertente mais técnica, como são o caso das ações de vigilância e seguimento.

Para a responsabilização jurídico-penal, as exigências processuais recomendam dentro da medida do possível, a documentação das ações ilícitas praticadas neste domínio. A adoção desta técnica, do ponto de vista da ação prática, é apontada pela unanimidade dos participantes, como sendo a medida mais harmonizada para demonstrar às autoridades judiciais a comprovação do envolvimento dos intervenientes no tráfico:

*“Eu posso ter um indivíduo sob investigação (...) para carrear prova para o processo suficiente para que convença as entidades judiciárias que vende droga (...) peço a necessária autorização e vou efetuar vigilância com recurso a suporte fotográfico até onde vou registar durante o período da vigilância o número de vendas que esse indivíduo fez (...)”*  
(Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

*“Se num certo sítio vende droga, ela ali não nasceu ela veio de outro sítio qualquer e a partir da altura que há informação de que ela chega ali por parte de alguém há que tentar fazer um seguimento uma vigilância de forma a tentar saber qual é circuito, o circuito desse produto.”*  
(Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

#### 4.3.2.2.5 AÇÕES ENCOBERTAS E DE DISFARCE

De forma preponderante, a destreza dos agentes policiais contribui para o êxito e sucesso da atividade policial. Dos sucessos alcançados, sob o ponto de vista da competência policial, a questão lançada aos entrevistados colocava em discussão a forma como conseguem obter o êxito dos seus intentos através da versatilidade dos seus recursos peculiares. Nesse sentido, o argumento mais perfilhado por todos os intervenientes refere-se com as formas de habilidade natural materializada nas ações encobertas e de disfarce, que os conduzem ao alcance dos objetivos desejados:

*“Eu gosto pouco de me mostrar gosto de passar despercebido gosto de me fazer de burrinho entre aspas mas na hora da verdade eu sou como o gato gosto de esperar pelo rato e quando o rato estiver próximo quando o rato estiver distraído quieto gosto de o catar mas catar sozinho e gosto de ter*

*a certeza que o meu trabalho a minha ação não vai ser em vão.”*  
(Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

O conjunto das ações realizáveis num domínio mais estruturado, sob o ponto de vista técnico-policial, engloba uma trabalhosa execução de práticas policiais.

A gestão dos conflitos criminais pressupõe a adoção de uma visão estruturante do fenómeno criminal e a tomada de decisão compromete uma prévia avaliação das opções disponíveis com vista à implementação das medidas mais acertadas. Neste domínio, coerente com uma componente mais intelectual, deparamos com práticas ligadas sobretudo à definição de estratégias de atuação e de análise das ocorrências criminais.

No campo operacional, a primazia de relevo é atribuída à pesquisa de notícias e informações, conducentes a garantir o sucesso das intervenções policiais. O contacto com os informadores é mesmo uma tarefa rotineira que proporciona a faculdade de agir sobre o acontecimento criminal de uma forma privilegiada.

A descoberta das movimentações associadas com a circulação dos produtos estupefacientes entre os locais de proveniência, acondicionamento ou ocultação e de venda, são apoiadas através das práticas de vigilâncias e seguimentos e das ações encobertas e de disfarce, que decisivamente viabilizam o êxito e sucesso da atividade policial.

#### **4.4 REPRESENTAÇÕES DO FENÓMENO**

Observada a conceptualização do quadro normativo estabelecido para o campo de ação das drogas e da natureza do trabalho policial refletida na aplicabilidade das suas práticas, a proposta de análise incidirá agora sobre as representações acerca do próprio fenómeno, numa abordagem centralizada nos reflexos repercutidos pela sua ocorrência.

Aproveitando a experiência adquirida ao longo dos seus trajetos profissionais, importa aceder aos juízos percecionados acerca do tráfico, esclarecendo a dimensão do trabalho policial desenvolvido neste campo, comparativamente com os outros fenómenos criminais.

##### **4.4.1 FENÓMENO DAS DROGAS**

Destacando um conjunto de aspetos negativos associadas com a sua existência, de uma maneira geral os fatores mais evidenciados pelos intervenientes do estudo recordam

os desfechos prejudiciais, nocivos e maléficos das consequências causadas à condição humana, conduzindo todo o ser a estado de degradação e de destruição irreversível:

*“Um flagelo destrói destrói a humanidade.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

*“O tecido urbano que está contaminado com o consumo e tráfico de droga (...) a droga ó pá é pelo vício e pela dependência que se cria designadamente nas famílias jovens mas atenção desgraça-os porque nunca tiveram vontade de resistir aquela tentação.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

Deste modo, a classe policial concentra simplesmente a sua visão nos aspetos mais negativos gerados pelos malefícios da droga, posição consentânea com a experiência resultante do contacto direto com esta realidade social.

#### 4.4.2 AS REPRESENTAÇÕES DO TRÁFICO

No crime de tráfico de substâncias estupefacientes, a sofisticação dos meios empregues pelos traficantes nas suas ações concretas, despertou o interesse pelos seus contextos. O denominado *“modus operandi”* é o termo designado para descrever os funcionamentos das redes criminosas.

Não particularizando qualquer modalidade em especial<sup>40</sup> que as configurações do tráfico possam adotar, as pessoas que enveredam por esta atividade, desempenham papeis diferenciados em função do lugar que ocupam na estruturação criminosa.

Os que assumem a face mais visível do tráfico vão-se expondo à ação policial sem contudo pôr em causa os responsáveis da estrutura criminosa. O exercício de funções relevantes passa pela ocultação, adulteração e dosagem dos estupefacientes, com destino à venda direta.

Os locais de preparação e dosagem dos estupefacientes correspondem a um dos elos do sistema mais importantes, sendo fundamental a escolha de um local com menos visibilidade e que não atraia a atenção das forças policiais. A venda de estupefacientes é realizada sob a proteção de “muralhas” que se constituem quase impenetráveis, atendendo às estruturas físicas dos seus pontos.

---

<sup>40</sup> Em 2004, um Relatório da PJ intitulado *Criminalidade Associada à Droga*, apresenta os níveis de estruturação da atividade de tráfico de estupefacientes com base na seguinte tipologia: “venda direta ao consumidor, abastecimento das redes locais, distribuição a grosso a nível nacional, tráfico internacional e tráfico transcontinental” (Costa e Leal, 2004, p. 7). No mesmo documento, o conceito de *atividade* pode traduzir-se pelo tipo de envolvimento do indivíduo: consumo, tráfico-consumo e tráfico (Costa e Leal, 2004, p. 7-9).

A posição expressada por dois representantes da amostra caracteriza a atuação do traficante nos moldes atuais como dotada de um certo grau de complexidade, sendo coberta por meios astuciosos ajustados a uma lógica que visa evitar o mais possível cenários de comprometimento pessoal com a ilicitude que promovem. Como apanágio habitual, recorrem frequentemente à utilização de um vasto número de colaboradores, que desempenham as mais variadas funções e demais expedientes, salvaguardando-se deste modo das investidas policiais:

*“Neste crime em concreto tráfico de estupefacientes temos sempre que em conta que são indivíduos com alguma complexidade com algum traquejo com algum que utilizam vários instrumentos nomeadamente vários carros mudam de telemóveis mudam de restaurante não vivem sempre na mesma casa utilizam várias pessoas no comércio e nesta transação da mesma droga portanto são indivíduos que por vezes quase que não pegam na droga isto é fazem o comércio há distancia o que é mesmo muito complexo.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

Não obstante o trabalho desenvolvido pelo dispositivo policial, o fenómeno permanece, na sua generalidade, inalterado. O fluxo de venda de estupefacientes perdura no tempo. Esta constatação, para dois dos entrevistados, capitaliza o carácter permanente que classifica a especificidade do crime de tráfico de estupefacientes, sendo a sua luta considerada uma tarefa ingloriosa:

*“Nós sabemos que há um traficante e há dois há espera quantos mais traficantes forem detidos, outros tantos estão há espera ... é um ciclo que nunca mais acaba.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

Pese embora esta perseverança, na sequência da opinião de um dos entrevistados, indo ao encontro da mesma reflexão, conjecturando um âmbito de atuação expansivo a todos os domínios da sua exteriorização, a sua convicção demonstra que não existem situações de tráfico inacessíveis à ação policial:

*“Eu penso que todos os patamares são acessíveis às polícias não há patamares inacessíveis (...) não há patamares inacessíveis para a polícia.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

Apesar das contingências e das exigências criteriosas das suas tarefas, a resposta policial é trabalhada em função da conveniência do caso concreto. Com certo grau de confiança assertiva, três dos participantes inclusive certificam que a extensão do fenómeno é controlada e dominada pelas atuações policiais desenvolvidas neste campo:

*“Nós temos uma visão do nível de tráfico das pessoas envolvidas (...) conseguimos mais ou menos contabilizar o nível de venda que aquela pessoa tem ou que aquela pessoa faz (...) em concreto nós conseguimos dizer que num determinado bairro as pessoas que estão a fazer a venda direta aos traficantes (...) porque nos bairros sociais a Polícia mais ou menos no dia-a-dia e com o contacto direto vão conhecendo as pessoas.”*

(Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

*“O polo de tráfico de droga que existe no bairro X ou Y o tráfico de droga no bairro x ou y está localizado está identificado policia normalmente sabe quem é o individuo que vende sabe que ele vende todos os dias aquela hora sabe qual é a casa a policia mais dia, menos dia vai lá.”*

(Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

#### 4.4.3 OUTRAS MANIFESTAÇÕES CRIMINAIS

Neste segmento, procura-se examinar a dimensão que o consumo e o tráfico de substâncias estupefacientes ocupa no quadro global da ação policial e a importância que cada profissional atribui aos diferentes fenómenos criminais.

Tendo por base a sua própria experiência, apelou-se a este conjunto de profissionais para refletirem sobre os indicadores das intervenções policiais realizadas nesta e noutra áreas criminais, de forma a se pronunciarem acerca deste aspeto em particular.

Relativo com a dimensão global do trabalho policial desenvolvido, nos tempos atuais a noção que cinco dos entrevistados opta por destacar, reporta-se com a falta de controlo dos crimes cometidos contra o património em geral. Com particular relevo, os furtos e roubos, tornaram-se numa verdadeira preocupação inquietante, dado as suas ocorrências serem constantes e praticadas de uma forma itinerária nas diversas regiões do país:

*“Eu acho que atualmente principalmente os roubos é uma realidade muito mais difícil de controlar do que se calhar a droga ... mas atualmente os roubos vários distritos geográficos envolvidos com grande projeção quantidade de roubos muito elevados grupo de indivíduos que roubavam todos os dias em vários distritos do país de forma contínua e cada vez mais organizada com entrada de grupos de leste acho que os roubos e os furtos assumiram um grande protagonismo em termos criminais em Portugal.”*

(Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

Todavia, o conjunto dos restantes sujeitos entrevistados prefere concentrar a sua atenção na interligação do fenómeno criminal, considerando que as diferentes tipologias criminais se encontram conexas entre si. Não evidenciando qualquer manifestação criminal em especial, sustentam que o empenhamento policial reprime toda e qualquer ação criminosa dentro da mesma perspetiva, independentemente da natureza do fenómeno em causa:

*“Não podemos eu penso que o crime é crime e não podemos estar aqui a comparar se o tráfico de droga ou a violência doméstica ou o roubo se causa mais preocupações à sociedade claro que toda a criminalidade é preocupante para a sociedade seja ela praticada por traficantes ou*

*consumidores de droga seja ela praticada por indivíduos que andam a praticar pequenos furtos ou roubos violentos ou assaltos à mão armada portanto toda a criminalidade é vista portanto no seu todo como crime e é combatida como tal.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

*“Eu acho que para nós enquanto polícia damos exatamente o mesmo valor a tudo que é fenómenos criminais portanto combate-se a droga com mesmo empenho com que se apanha uma rede que estava a assaltar postos de abastecimento ou residências etc, portanto o nosso empenho acho que é sempre o mesmo.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

O resumo deste capítulo ilustra que o fenómeno das drogas é percecionado pelos agentes policiais como um facto prejudicial para o ser humano, traduzido na unanimidade de visões aterradoras acerca desta realidade. No campo das representações do tráfico, o campo de atuação do traficante foi caracterizado através de um conjunto de singularidades muito complexas, cujas especificidades tendem evitar as ações policiais. Já em termos da sua expressividade, de forma genérica, os nossos entrevistados consideram que dentro do seu âmbito de atuação, o fenómeno em si é dominado e controlado através das suas ações.

No domínio da dimensão interventiva, no plano operacional, constou-se que a atuação policial incide sobre qualquer acontecimento criminal com o mesmo grau de empenhamento, muito embora os crimes patrimoniais assumam nos tempos presentes um pendor mais preocupante.

#### **4.5 REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO POLICIAL**

São múltiplos os discursos a que assistimos relacionados com o trabalho policial desenvolvido no âmbito das drogas, mas quase inexistentes os que atribuem um papel fundamental à escuta do discurso dos agentes policiais. Face a tal, é nosso propósito inverter esta tendência, dando a oportunidade aos sujeitos da amostra de exporem os seus ângulos de visão relativamente a determinadas representações idealizadas no seu quadro mental.

A análise destas representações permite aprofundar a compreensão sobre significados e imagens em torno de questões concretas. Nesta conformidade elegeram-se um segmento de categorias ligadas com o exercício da atividade policial, nomeadamente: i) condicionantes, ii) exercício da atividade policial e eficiência desenvolvida, iii) expectativas sociais, iv) insucessos profissionais.



#### **4.5.1 CONDICIONANTES**

##### **4.5.1.1 MEIOS HUMANOS E MATERIAIS**

O principal problema diagnosticado por toda a extensão da amostra remete-nos para a limitação existente com a falta de meios humanos e materiais. Estas carências, na perspectiva deste grupo de profissionais, embaraçam e dificultam o bom desempenho profissional afetando necessariamente o cumprimento da sua missão:

*“É assim, eu penso que muitas vezes não é só o próprio Polícia que não faz só o seu trabalho, muitas vezes são os meios que se encontram ao dispor dessas pessoas não são os suficientes, a Polícia tem muita falta de meios para poder trabalhar.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

##### **4.5.1.2 ASTÚCIA CRIMINOSA**

A dificuldade da resolução dos casos concretos com que são confrontados nas suas investigações constitui também uma das condicionantes referidas da parte de seis dos participantes. As estruturas *sui generis* das organizações criminais, a par de uma sofisticação de atuação e da adoção de distintos formatos figurativos, estabelecem-se como fortes obstáculos da ação policial. Paralelamente a isto, a forte legislação que regulamenta as ações policiais, em prol da produção da prova tendo em conta os parâmetros da exigibilidade processual aos quais estão obrigados os agentes policiais, contrapõe-se a liberdade desregulamentada de ação dos mentores do tráfico:

*“O traficante no trafico de droga se é um individuo refinado que não mexe com a droga (...) que tem dinheiro e já está num patamar aonde funciona por si só com os fornecedores mas faz os contactos faz os pagamentos mas não mexe em nada e depois faz com que a comercialização dessa droga chegue ao consumidor mas por vezes não toca em nada (...) é muito difícil á policia e á investigação provar este tipo de enredo.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

*“Nós temos que ser claros dentro da legalidade com regras enquanto os indivíduos que nós investigamos atuam completamente sem regras portanto sem horários sem ter que cumprir qualquer lei qualquer normativo legal isso também é uma dificuldade para nós é um bocadinho limitado não é nós pronto representamos o estado de direito democrático representamos a legalidade e eles não eles fazem tudo que querem às horas que querem da forma que querem.”* (Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

#### 4.5.1.3 INTERFERÊNCIAS E COORDENAÇÃO POLICIAL

Em matéria de drogas, o enquadramento legal vigente define a tipificação legal das competências de investigação para os distintos organismos policiais e respetivas áreas geográficas de intervenção. Apesar das disposições na lei, as informações criminais expande-se a um ritmo volátil, e o carácter itinerante do tráfico de estupefacientes, envolve o cometimento de ações criminosas em espaços geográficos diversificados, que percorrem áreas tuteladas por diferentes órgãos de polícia criminal.

Tendo sido já por diversas vezes registados incidentes de coordenação entre departamentos afetos à mesma instituição policial, o impedimento destas variáveis muito dificilmente pode ser controlado e o seu acontecimento, naturalmente pode restringir o sucesso da atividade policial.

Nesta conformidade, as relações profissionais foram o último dos aspetos assinalados respeitantes com os condicionalismos do trabalho policial. No caso concreto dos contextos organizacionais policiais, os efetivos que integram as fileiras das brigadas antidrogas, são dotados de dinâmicas de trabalho específicas. Relativamente autônomos em relação aos demais parceiros que desenvolvem idêntico trabalho noutras áreas criminais, essas mesmas dinâmicas, são influenciadas por disputas entre profissionais que competem no mesmo campo de atuação, conduzindo-os a tensões internas.

Na perspetiva arrojada de dois dos sujeitos entrevistados, as interferências e má coordenação policial são efetivamente reconhecidos como um fator displicente do trabalho policial, pois a ocorrência destes acontecimentos nunca poderá ser evitável dada inexistência de um modelo de atuação perfeito, muito embora sejam exauridos esforços para minimizar os seus efeitos:

*“A intervenção policial não é um mar de rosas nunca foi (...) uma das coisas que me causam alguns problemas é a coordenação policial do nosso trabalho com as autoridades (...) interferências entre as próprias brigadas da mesma divisão também existem existiram onde sempre existir em situações normais da atuação policial o modelo ideal não existe é impossível (...) trabalhamos diariamente para diminuirmos isso.”*  
(Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

#### 4.5.2 EXERCÍCIO DA PROFISSÃO E EFICIÊNCIA DESENVOLVIDA

Os resultados valorizados do trabalho relacionam-se com as finalidades que este possui para cada indivíduo. Borges (1988) definiu-os como “atributos descritivos” e expressam a percepção acerca da realidade objetiva do trabalho. Outras definições associam o trabalho à possibilidade de realização pessoal, fonte de satisfação e promotor de interações sociais. A observância da conjuntura do exercício deste ofício, demonstra que a combinação de remuneração e estabilidade de emprego justifica os consequentes vínculos, ocasionando o interesse pelo ingresso na Polícia. A afeição a esta organização é, em regra, independente das características do trabalho, dos atributos da função e suas especificidades, as quais não são ponderados durante o processo de candidatura.

Num quadro permanente de tensões sociais na qual desempenham o seu trabalho, a percepção dos entrevistados acerca do exercício das suas funções, passa por destacar primeiramente o reconhecimento da sua importância, fator fundamental que ajuda a colmatar tais descompensações, pois só assim através do gosto do exercício da profissão é que conseguem responder de forma positiva às suas exigências, como é o caso concreto apontado da parte de cinco dos nossos participantes que compartilham este sentimento:

*“Acho que é importante que se goste de ser polícia porque se não gosta de ser polícia não consegue aguentar o stress não consegue aguentar toda a energia positiva ou negativa que se gera à volta de um polícia.”*  
(Investigador Criminal, 20 anos de serviço)

Para os restantes três dos entrevistados, a predileção por esta profissão tratou-se mesmo de uma opção intencional alicerçada em critérios vocacionais que lhes confere um regozijo peculiar pelo seu exercício, sendo também o nível de desempenho norteador por uma vontade permanente de executar a sua ação:

*“Antes de mais é a minha profissão é uma questão prática poderia estar aqui a dizer aquilo que passei na vida as fases ... não, obviamente é a minha profissão e ponto final foi esta a profissão que eu quis e que eu escolhi que eu goste estar a trabalhar numa área que eu goste tanto ser o melhor possível que eu sei.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)  
*“Claro que todos nós temos orgulho naquilo que fazemos esse orgulho para mim baseia-se na vontade que essa pessoa tem de trabalhar.”*  
(Investigador Criminal, 21 anos de serviço)

Das percepções sobre a eficácia do trabalho desenvolvido tendo por base as práticas policiais aplicadas neste âmbito de ação policial, resultou que avaliam satisfatoriamente o trabalho realizado neste campo. Conforme a opinião maioritária exposta dos

entrevistados de todos os quadrantes hierárquicos, a apresentação ilustrativa dos resultados globalmente alcançados ao longo do trajeto policial mostra o triunfo pormenorizado dessa eficiência:

*“É assim eu desde 1995 a 2001 tinha 350 indivíduos presos em Custóias, presos não é detidos eu e outro colega da minha equipa portanto os números falam por si e tenho penas de prisão ou melhor foram atribuídas penas de prisão a alvos meus que variam entre dois anos e meio e os catorze anos de cadeia portanto aí já demonstra também o grau de ilicitude por cada um dos praticantes não é.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

#### **4.5.3 EXPECTATIVAS SOCIAIS**

As repercussões do trabalho policial realizado no âmbito das drogas, em termo de opinião pública em geral, apresenta uma dualidade de apreciações. Ora sendo reconhecido de maneira apreciativa pelas façanhas concretizadas em prol erradicação do tráfico e consumo, ora apontando críticas vastuosas e pouco favoráveis à eficácia do trabalho desenvolvido ou ao modo de atuação. Colocando os nossos entrevistados num plano exterior a esta controvérsia, procuramos recolher os pareceres acerca da reação social e das atitudes comportamentais das populações, percecionados na sequência do exercício da atividade policial.

Este tópico suscitou na amostra uma diferenciação de sentimentos em razão das experiências vividas, avaliadas de uma forma ambivalente. De acordo com seis dos seus elementos, do ponto de vista da intervenção policial, se as suas ações comportarem padrões comportamentais executados dentro de parâmetros irrepreensíveis, normalmente é bem acolhida e valorizada, obtendo uma concordância favorável das suas iniciativas:

*“ (...) é assim às vezes em casos particulares nós sentimos o carinho das pessoas sentimos que as pessoas apreciam o nosso trabalho valorizam o nosso trabalho isso nós temos e pronto no contacto direto com A com B ou com C sentimos que as pessoas nos valorizam.”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

*“Comportamento gera comportamento se a atuação da policia for uma atuação exemplar eu quando digo exemplar se for enérgica quanto deve ser mas se formos responsáveis se formos profissionais a população reage normalmente muito bem à atuação da polícia (...)”* (Investigador criminal, 20 anos de serviço)

Em contraponto o fraco apoio ao serviço policial, deve-se sobretudo às reações manifestadas através dos reesposáveis pelos delitos e que intentam contra os interesses das ações policiais. No juízo de opinião de dois dos entrevistados, muitas das vezes

traduzindo uma certa irracionalidade moral, numa espécie de solidarização criminosa conduzida por familiares e restantes cidadãos, são exteriorizadas demonstrações irresponsáveis contrárias às ações policiais, que correspondem ao típico exemplo da má apreciação do seu trabalho:

*“Num bairro problemático em que o sentimento de empatia com os moradores muita das vezes um sentimento que é irracional origina com que grande parte dos moradores se virem contra a policia não por algo errado que tenhamos feito mas sim porque são obrigados digamos assim por questões morais a apoiar os residentes que participam no trafico.”*  
(Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

#### 4.5.4 INSUCESSOS<sup>41</sup> DA AÇÃO POLICIAL

Alguns aspetos que circundam as práticas profissionais revelam-se como fonte de angústia, de desgaste físico e emocional, fazendo parte de uma realidade oculta ou ignorada que muitas das vezes não evidencia os dilemas e conflitos vivenciados no quotidiano policial. Por mais bem que sejam empregues as práticas policiais, os instrumentos legais e os recursos colocados à sua disposição, nem toda a intervenção policial é bem-sucedida.

Todavia, são desconhecidos os impactos dos insucessos surgidos no decurso das suas ações, qual a presença marcante nas suas cartografias profissionais e que tipos de influência exercem no desempenho da sua atividade. Dentro da conceção policial, importa agora elencar alguns dos seus traços mais característicos, aprofundando a natureza dos motivos que mais concorrem para o surgimento destas situações.

---

<sup>41</sup> Etimologicamente, a palavra *insucesso* vem do latim *insucessu* (*m*), o que significa “Malogro; mau êxito; falta de sucesso que se desejava”<sup>1</sup> ou ainda “mau resultado, mau êxito, falta de êxito, desastre, fracasso”.<sup>2</sup> O vocábulo *insucesso* é habitualmente referenciado por analogia ao termo *sucesso*, que advém do latim *sucessu* (*m*), o qual assume, entre outros, os seguintes significados “o bom êxito, conclusão”<sup>3</sup> ou “chegada, resultado, triunfo”<sup>4</sup> (Mendonça. p. 1).

[Disponível em: [www3.uma.pt/alicemendonca/.../insucessoetimologiaedefinicao.pdf](http://www3.uma.pt/alicemendonca/.../insucessoetimologiaedefinicao.pdf)].

A explicação do fenómeno (insucesso) “não se poderá resumir a uma explicação causal ou linear”. Tomando como medida de análise, o insucesso poderá ser somente atribuindo ao indivíduo com responsabilidade cognitiva pelos seus atos, ou a fatores externos do tipo social ou organizacional. Assim, o sucesso seria considerado como a “razão entre o que se pretende atingir (objetivos) e o que efetivamente se conseguiu (resultados)”. O insucesso será portanto o reverso desta situação, isto é, aquilo que não se conseguiu face aos objetivos iniciais (Correia et al., 2003, p.10).

<sup>1</sup> R. Fontinha, *Novo Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa...*

<sup>2</sup> Costa e Melo, *Dicionário de Língua Portuguesa...*

<sup>3</sup> R. Fontinha, ob. cit.

<sup>4</sup> J. P. Machado, *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*

Na sua análise as respostas elegíveis da parte dos nossos entrevistados recaíram sobre os aspetos normativos, designadamente, a rejeição ou não valorização da prova produzida, e os aspetos funcionais da sua execução, ligados neste caso à falta de resultados ou às ações improdutivas denominadas na gíria policial por “*banho*” ou “*banhada*”.

Toda a atividade policial apenas pode ser compreendida se for vista dentro de um contexto de ação possível. Do ponto de vista justificativo, cinco dos polícias sondados, assumem que os falhanços policiais são despoletados por um conjunto de adversidades, salientando neste particular os erros circunstanciais de atuação, cuja suscetibilidade de ocorrência não foi devidamente projetada nos seus quadros mentais. Devido ao dispêndio de tempo e de esforço que acarreta a realização do tipo de trabalhos deste género, é adicionalmente referido que tais factos negativos convoca nestes profissionais uma displicência com a qual aprendem a lidar:

*“Por vezes quando a polícia intervém é na altura que provavelmente esse traficante já escoou ou então já terá outra casa de recuo que não aquela que a polícia pensaria que ele teria porque muitas vezes eles terão têm mais que uma casa de recuo aonde possam podem guardar a droga e aí afeta muito a atuação da polícia.”* (Investigador Criminal, 28 anos de serviço)

*“É evidente que numa fase em que a pessoa esteja a trabalhar algum tempo neste tipo de atividade (...) fazer horas de trabalho tanta coisa escrita muita coisa e o resultado daquilo foi batata ... foi batata, (...) mas é uma coisa que nós aprendemos a lidar eu aprendi.”* (Investigador Criminal, 23 anos de serviço)

Os entendimentos desfavoráveis da boa aplicabilidade das suas práticas tem o reflexo mais evidenciado nas decisões das autoridades judiciárias projectadas nos inquéritos crime investigados. Como exemplo disso, a visão de três dos entrevistados, aponta a não valorização do trabalho policial desenvolvido nas suas distintas fases, ao assinalarem que se trata das consequências mais angustiantes geradas aquando do seu surgimento:

*“O que me causa maior agustia é muitas das vezes vermos o trabalho que fazemos no inquérito nomeadamente a recolha das declarações das testemunhas alguns interrogatórios de arguidos que falam quando (...) depois essa coisa de prova no inquérito que não seja valorada em tribunal (...)”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço)

Contudo, ao nível das suas consequências, estas contingências em termos gerais da nossa amostra, despertam uma espécie de sentimento conformista com a sua ocorrência, apesar da justificação das suas circunstâncias não residir na falta de empenho aplicado à sua performance:

*“Quando acontece essas situações as pessoas fizeram o seu melhor tentaram e fizeram o que tinham que fazer. ”* (Investigador Criminal, 22 anos de serviço).

Os parâmetros aqui debatidos sobre as representações do trabalho policial apresentam o discurso e a amplitude de visões, cujo enfoque procurou evidenciar as percepções dos nossos entrevistados.

O principal problema diagnosticado por este grupo profissional prende-se com a limitação existente ao nível da falta de meios humanos e materiais. A resolução dos casos concretos com que são confrontados nas suas investigações, juntamente com as interferências externas que afetam a boa coordenação das ações policiais, enquadram-se no conjunto de entraves desfavoráveis ao bom cumprimento do exercício da atividade policial.

A percepção sobre a eficácia do trabalho desenvolvido em termos globais é avaliada de maneira satisfatória, o que lhes confere um gozo extraordinário pelo exercício da profissão. No que concerne à reação social percebida em consequência das práticas aplicadas no domínio das drogas, os discursos dos participantes apresentam-nos uma dualidade de apreciações, sendo por um lado reconhecido os méritos alcançados, mas também apontado críticas pouco favoráveis ao modo de atuação.

Por fim, os insucessos profissionais refletidos nas decisões judiciais são justificados pela desvalorização do trabalho policial, conferida da parte das autoridades judiciárias às suas ações desenvolvidas dentro do plano normativo. Já no tocante com outros efeitos, ao nível das ações improdutivas realizadas no plano da ação, o desmérito da aplicação das práticas policiais é fundamentado da parte dos interlocutores pelos acontecimentos imprevistos que geram tais adversidades ao serviço policial.

# CAPÍTULO V

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As práticas policiais de atuação no âmbito das drogas serviram de pretexto para o desenvolvimento do presente trabalho constituindo uma análise sobre os modos de atuação policial propriamente bem como sobre os campos representacionais que a sustentam. A partir da caracterização da natureza funcional do tipo de ações realizadas, identificando os principais objetivos e técnicas empreendidas para cada uma delas, são apresentadas dinâmicas de trabalho que orientam os esforços policiais, verificando-se que o cotidiano das suas intervenções se manifesta num universo extremamente heterogêneo e rico de contextos situacionais.

O enquadramento legislativo que regulamenta as ações policiais e as medidas de polícia consagradas nos diplomas enunciados conferem legitimidade de ação às atuações policiais. No entanto, as situações ilícitas tipificadas previstas de forma abstrata aplicadas ao tráfico e consumo de drogas patentes na legislação específica, são as que mais concorrem para uma execução real das práticas policiais, nomeadamente, através do cumprimento das ações conjecturadas nos meios de obtenção de prova fundados no ramo do direito processual penal.

Em resposta às questões de investigação, a revisão das narrativas expostas mostraram que as condições legislativas outorgadas para a execução das práticas policiais, são consideradas adequadas e satisfatórias, para fazer face às manifestações que o fenómeno adota. Na realidade, esta tomada de posição poderá ser compreendida com base na própria enunciação constante do corpo dos artigos inscritos nos capítulos III a V, do *Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*, que conjectura o quadro das situações consentâneas com a atuação policial executada nesta matéria. Por conseguinte, as recentes alterações ao Código Processo Penal<sup>42</sup>, através de um amplo leque de medidas reclamadas

---

<sup>42</sup> **5.ª Versão do Código Processo Penal:** Retificação n.º 21/2013, de 19 de Abril, Declaração de retificação à Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, sobre «20.ª alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013, retificada pela Declaração de Retificação n.º 16/2013, de 22 de março, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 58, de 22 de março de 2013.



ao longo dos anos por estes profissionais, eles próprios práticos do direito, representam uma resposta consistente com os variados desafios que este domínio coloca às práticas policiais.

A atenção dirigida para o impacto das alterações da política criminal transformando o paradigma legislativo e que atribuíram competências de investigação para os crimes de tráfico e descriminalizaram o consumo das substâncias estupefacientes, suscitou, no entanto, nos nossos entrevistados distintas apreciações acerca dos seus fundamentos.

A modificação do conteúdo funcional e os novos cenários de trabalho motivados pela atribuição das competências projetadas no *Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril*, foram bem acolhidas neste grupo. Funcionando como um estímulo desafiante para o exercício da atividade policial, a partir de então os horizontes da sua intervenção apoiados por novas práticas foram expandidos, proporcionando o alcance de objetivos profissionais mais ambiciosos.

Desigual parecer adotaram a respeito da *Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro*, que estatuiu a descriminalização do consumo de drogas, transferindo as suas infrações para o domínio externo da alçada penal. Do relevo crescente que assumiu esta causa no debate público, certo é que traduzindo o posicionamento individual destes participantes, a perspetiva evidenciada demonstrou discordância com a iniciativa legislativa. A razão desta disposição conceitual é ancorada pelas constatações experienciadas no decurso do exercício da sua atividade profissional. Tendo por base este fator, o que assistem é a uma total falta resultados eficientes relativos com os propósitos da lei, nomeadamente, quanto à redução do consumo e ao tratamento da toxicodependência<sup>43</sup>.

No entanto, mais importante ainda para a posição dos participantes á a ideia de se tornar menos eficiente o combate o tráfico por via da maior dificuldade em aproveitar as informações recolhidas junto de consumidores.

As modificações sugeridas ao plano normativo integraram um dos pontos de reflexão deste estudo. Neste particular, os reparos assinalados não se direccionaram para o campo das práticas policiais, mas sim ao sistema jurídico. No entendimento dos nossos entrevistados, as pretensões relativas com o agravamento das penas aplicáveis ao tráfico

---

<sup>43</sup> Tal descrença na eficácia da lei já havia sido reconhecido mesmo no anterior regime criminal por Quintas & Fonseca (EMCDDA, 2002), quando afirmaram que a polícia “assumia uma atitude não interventiva face ao consumo de drogas (...) e que a prática profissional fundamenta a descrença na eficácia da reação legal em relação a este tipo de delito (Quintas, 2006, p. 160).

e um desejável modelo processual, ordenado com uma concordância mais articulada entre as suas distintas fases (investigação, instrução e julgamento) concebiam-se como condições mais compatibilizáveis com a real perigosidade percebida destas infrações.

No plano da ação policial desenvolvido por iniciativa própria, sob o ponto de vista da sua operacionalização, as interrogações do estudo versaram sobre a tipologia das ações, dos pressupostos objetiváveis e da componente técnico-policial empregues, conferidas á lógica que preside as intervenções policiais.

A reflexão teórica fundada na revisão da literatura científica circunscreve os mecanismos da intervenção policial à vertente preventiva ou reativa das suas ações, executadas através de modelos de policiamento que confirmam uma conjugação híbrida de estilos alinhados em prol da resolução dos problemas criminais. Determinando a sua natureza concreta, os tipos de ações adotadas configuram-se dentro de um carácter espontâneo ou planeado.

Do carácter espontâneo, resulta que as respostas policiais às situações emergentes são consistentes com a sua atividade fiscalizadora de primeira linha e que visam sobretudo suprimir os acontecimentos criminais presenciados de forma momentânea. Em termos funcionais, este processo culmina com a identificação dos suspeitos da prática dos crimes e detenção dos respetivos agentes prevaricadores. Neste último caso, as detenções em flagrante delito são encarados pelos participantes como recompensa meritória do seu trabalho.

O estilo de policiamento desenvolvido dentro deste plano abarca o tipo de intervenções reativas e preventivas. Efetivamente, os entrevistados fizeram menções que de forma sistemática são realizadas operações policiais para promover o controlo do que são consideradas fontes de perigo suscetíveis de afetar a segurança pública. No capítulo da prevenção criminal, evidenciaram ainda que as operações policiais neste campo destinam-se a levar a cabo ações com o intuito de produzir o sentimento de segurança nas populações. Apesar desta conjugação de estilos ainda praticada nos tempos atuais, com base nas evidências científicas, os estudos empíricos avaliativos das operações policiais desenvolvidas no domínio das drogas, apontaram que a vertente repressiva, tem sido mal sucedida ou produz efeitos de curto prazo, sem qualquer impacto significativo nesta matéria (Sherman, 1990; Bynum & Worden, 1996; Madeira et al., 2004; Best et al., 2001; Smith, 2001; Smith et al., 1992, cit. in Corsaro, Brunson & McGarrell, 2010). Doutro modo, comprovou-se que o exemplo da prevenção mostrou que a polícia pode ser eficaz na prevenção do crime (Braga 2012, Weisburd & Eck, 2004).

Relativamente ao tipo de ações planeadas, estas práticas têm em conta a satisfação de interesses mais exigentes traçados para o horizonte da atividade investigacional. Devido a este fator, é neste tipo de plano que lhes é conferido um maior prestígio institucional e uma melhor realização profissional. A estruturação das suas ações obedece a uma ponderação de fatores criteriosamente equacionados, e as suas práticas concorrem para a obtenção de resultados que refletem a sua otimização nas quantidades de droga apreendidas. Efetivamente, a apreensão das maiores quantidades de droga, corresponde ao objetivo mais ambicionado pelos nossos participantes. De forma adicional, também nos referiram que atribuem uma importância distinta à natureza qualitativa das substâncias estupefacientes, valorizando mais as apreensões das drogas tradicionalmente denominadas “duras ou pesadas”. Ambas as circunstâncias vão de encontro à conclusão de Moore & Kleiman (1989), quando antecipam que “o objetivo operacional principal é alcançar os altos níveis do sistema de distribuição de drogas (...)” (Dorn et al., 1992, p. 75). Sob o ponto da concretização orientada para os tipos de drogas, Bouchard & Tremblay (2005) confirmam que as apreensões policiais variam de facto entre mercados. As consequências da ação policial apontam que o risco das apreensões em se suceder, varia em função da deteção de consumidores e traficantes, e nesse sentido, uma maior exposição no mercado é sinónimo de intervenção policial entendida como mais eficaz.

Dento do plano de ação policial mais estruturada, naturalmente que a implementação do modelo de policiamento contínuo/intensivo representa para a nossa amostra uma mais-valia, na medida em que desincentiva o cometimento do crime. A predileção por esta modalidade eleva-se quando o grau de exigência das populações é requerido para determinada área geográfica, assegurando a plenitude das condições securitárias na zona intervencionada. Através da ocupação permanente dos locais percebidos como fustigados pelo flagelo das drogas, a saturação da visibilidade policial impede a exteriorização das suas ocorrências. Esta modalidade de ação, na realidade acolheu uma apreciação bastante positiva da parte dos participantes, pois a presença policial efetivamente funciona como mecanismo de entrave à ação criminosa. No entanto, Weisburd & Eck (2004); Braga, Hureau & Papachristos (2012); Braga & Weisburd (2012), assinalaram que as práticas policiais geograficamente focalizadas nos *hotspots* de criminalidade mantidas através desta modalidade, quando aplicadas à margem de outras iniciativas, não produzem efeitos prolongados no tempo.

As sequências da ação policial quotidianamente repetidas expressam diferentes prioridades profissionais e algumas das suas variações são determinadas em função dos destinatários e dos contextos em que operam. Um dos aspetos evidenciados condiz com a intervenção direcionada para distintos alvos, nomeadamente, traficantes, consumidores e áreas geográficas. Nestas atividades de cariz operacional, naturalmente que a atuação dos traficantes provoca nestes profissionais uma combatividade mais anímica pois os “*modus operandi*” utilizados, conjuntamente com o conhecimento das infrações criminais e dos sujeitos envolvidos nestas ilicitudes, são os principais fatores que vão despoletar uma atenção mais direcionada para o “compromisso com as importantes investigações” (EMCDDA, 2002, p. 205), visando com isso “a monitorização dos espaços públicos e optando por uma abordagem mais intervencionista e não totalmente discricionária nos casos de venda de drogas duras” (EMCDDA, 2002, p. 305-306).

A ação policial é sistematicamente encarreirada para determinados espaços geográficos onde prolifera a atividade de tráfico e de consumo de substâncias estupefacientes. Tais zonas são mesmo insistentemente procuradas pela oferta qualitativa e quantitativa dos produtos estupefacientes disponibilizados para comercialização. Em razão destas condições a comparência policial torna-se numa presença marcante, que é justificada pelos participantes pelos elevados níveis de criminalidade característicos destes territórios. A responsabilidade da repetição das operações policiais nos mesmos locais é atribuída à população residente, que para além de fomentarem a prática das suas ações delituosas de forma reiterada, exercerem adicionalmente uma má influência que se propaga aos concidadãos vizinhos.

Na realidade, na revisão da literatura está clarificado que os cenários de tráfico de droga se aludem a bairros problemáticos e por esse motivo, as “intervenções policiais são cada vez mais destinadas a esses locais que se tornaram alvos de rotina e de vigilância intensiva” (Durão, 2008). De outro modo, o tráfico de drogas levou ao empobrecimento das áreas urbanas traduzidas numa estrutura de oportunidades ilegais que conta com a participação dos moradores (Cunha, 2008), correspondendo os mercados de drogas a uma influência desorganizadora das comunidades (Rosenfeld & Mares, 2008, cit. in Corsaro et al., 2010), com fracos mecanismos de controlo social (Berg & Rengifo, 2009, cit. in *idem*).

Assinale-se contudo que a explicação apresentada pelos participantes comprova que a ação policial é por si só insuficiente, pois apesar das suas iniciativas que incidem junto dos criminosos responsabilizando-os pelos seus delitos, aspetos exteriores à

atividade policial tornam-se imperativos de conjugar. A ativação dos mecanismos de controlo social e de uma maior intervenção dos operadores políticos, não poderão ser dissociados da atividade policial.

Sob o ponto de vista técnico-policial, as ações policiais são executadas como um conjunto agregado de atividades, nas quais assumem uma preponderância essencial a estratégia policial, o papel das informações promovidas através de ações específicas de pesquisa de notícias, a análise de informações criminais, as vigilâncias e seguimentos e as ações encobertas e de disfarce.

A gestão dos conflitos criminais pressupõe a adoção de uma visão estruturante do fenómeno criminal e a tomada de decisão pode comprometer simultaneamente a avaliação seletiva das suas escolhas e a implementação de medidas diversificadas. Neste domínio, coerente com uma componente analítica, deparam-se práticas ligadas sobretudo à definição de estratégias de atuação e de estudo das ocorrências criminais. O conceito de estratégia envolve uma lógica de raciocínio e inteligência aplicado ao serviço das práticas, reconhecendo-se na revisão teórica a ausência de padronização sobre a melhor forma de realizar o planeamento estratégico policial (Donaldson, 1995, cit. in Zhao et al., 2008).

No campo operacional, a primazia de relevo é atribuída à pesquisa de notícias conducentes à obtenção de informações sobre a configuração da atuação dos traficantes e das suas estruturas organizativas. O contacto com os informadores, gerados a partir da rede pessoal dos agentes policiais, é igualmente uma prática recorrente pois confere a faculdade de agir sobre o acontecimento criminal de maneira privilegiada. Ambas as atividades correspondem ao eixo fundamental que orienta a atuação policial em matéria de drogas.

Na realidade estes desfechos vão ao encontro do enquadramento teórico. O recurso ao informador definido como “pessoa que em virtude de sua familiaridade ou estreita associação com criminosos fornece regularmente informações aos aplicadores da lei” (Dorn et al., 1992, p. 120) tornou-se numa das práticas mais comuns da atividade policial. A particularidade assinalada neste campo é que “os agentes de narcóticos devem criar a sua própria rede induzindo de forma persuasiva e habilidosa as pessoas a revelarem as informações” (Wilson, 1978, p. 47), e que “as suas possibilidades de sucesso dependem da identificação, cultivo, trabalho e manutenção das suas fontes” (Manning, 1980, p. 122, cit. in Wilson, 1978). Estas técnicas visam principalmente alcançar níveis mais altos do sistema de distribuição de drogas (Wilson, 1978), na medida em que a “procura do

cabecilha”, “tubarão”, “patrão” ou “Mr. Big”, se constitua uma das principais finalidades da atuação policial (Dorn et al., 1992).

A descoberta das movimentações associadas com a circulação dos produtos estupefacientes entre os locais de proveniência, de ocultação e de venda, é assegurado pelas técnicas de vigilâncias e seguimentos e pelas ações encobertas e de disfarce, que de forma decisiva viabilizam o sucesso da atividade policial. Para a descoberta das movimentações associadas com a circulação dos produtos estupefacientes, a resposta policial é apoiada por ações de vigilância e seguimento executadas a coberto de uma identidade policial camuflada, através de uma aptidão habilidosa personificada nos agentes policiais.

Na revisão teórica, ilustra-se que os métodos de trabalho mais adequados, que podem ser usados com várias combinações ao encontro de uma variedade de objetivos (Fuqua, 1978 cit. in Dorn et al., 1992), são os pontos de vigilância (Moore & Kleiman, 1989, cit. in Dorn et al., 1992) e a figura do agente encoberto, cujo elemento caracterizador é a sua “absoluta passividade relativamente à decisão criminosa” (Meires, 1999, p. 192)

No horizonte da perspectiva policial relativo com as representações do tráfico, as configurações estruturais são descrevidas através de uma visão vasta, evidenciando a característica indissociável do caráter permanente do seu manifesto, que se prolonga no tempo independente das ações policiais executadas no plano interventivo. Um breve apontamento constante do nosso referencial teórico indica-nos que esta durabilidade deve-se ao modo de atuação do traficante, os quais utilizam “pessoal intermediário entre traficantes e compradores” (Maher & Dixon, 2001, cit. in *idem*), “correios” (Mieczkowski, 1986, cit. in *idem*), e “controladores” da polícia (Ross, 2002; Small et al., in press, cit. in *idem*), e o “uso de tecnologias praticamente impossíveis de detecção” (Aitken et al., 2002; Caulkins & MacCoun, 2003; Chaiken, 1988; Chatterton et al., 1995; Edmunds et al., 1996; Murji, 1998, cit. in *idem*). Porém, é perfeitamente assumido, dentro do domínio da competência de investigação e da ação policial, o controlo da sua exteriorização independente da vertente adotada.

Trabalhando num quadro permanente de conflitualidades gerais, nas quais as tensões sociais são um dos apanágios correntes, a percepção dos entrevistados acerca do desempenho da função policial, comprovou em primeiro plano que só através do apreço do exercício da profissão, é que conseguem responder de forma positiva às exigências das

suas funções. No panorama atual das sociedades, a importância concedida à estima da missão policial, funciona para estes profissionais como fator preponderante que os ajuda a colmatar tais descompensações. Além do mais este reconhecimento já havia sido confirmado por Johnson (2012), ao citar Blum (2000) e Crank (1998) quando mencionou que “os ambientes de trabalho da polícia tendem a ser muito negativistas. Os agentes do crime muitas vezes vêem o pior que a sociedade tem para oferecer em termos de violência, crueldade e indiferença para o bem-estar dos outros.” (Johnson, 2012, p. 157).

Entretanto a predileção por esta profissão tratou-se mesmo de uma opção intencional alicerçada em critérios vocacionais que lhes confere um regozijo peculiar pelo seu exercício, sendo também o nível de desempenho dominado por uma vontade permanente de executar as ações inerentes à condição policial. Esta significação vai ao encontro dos dados de Santos (2006), que revelaram congruência com a literatura dos estudos internacionais de Mow (1987), Salanavova et al. (1996), Soares (1992), Borges-Andrade e Nogueira (1995), Bastos (1995) e Borges (1998-a), nos quais se observa o caráter instrumental do trabalho como um meio de alcance de objetivos, concluindo que para a categoria policial “constitui uma das esferas mais importantes na vida dos indivíduos, ocupando uma posição central” (Santos, p. 123).

Relativamente com o parâmetro da eficácia do trabalho policial desenvolvido, a reação social e respetivas expectativas compreendidas à luz de uma visão experienciada, apresenta uma dualidade de apreciações contida nos discursos dos participantes. Por um lado, estes profissionais reconhecem o acolhimento público dos méritos alcançados neste domínio, mas também estão conscientes das críticas pouco favoráveis ao modo de atuação policial associadas a uma certa incompreensão social. Poucini (2006) já havia concluído que “a polícia é alvo de estereótipos negativos e discriminatórios por parte de diferentes segmentos da sociedade (...) verificando-se a incorporação de valores discriminatórios na percepção (...) da ação da polícia” (p. 178). Pelo contrário, Junhior (2011) confirma que “a confiança nas instituições policiais é, principalmente o resultado das percepções quanto a sua eficiência e adequação as funções para as quais são idealizadas” (Larsen; Blair, 2009; Lopes, 2010, p. 38).

A propósito da nossa análise qualitativa, as representações sobre o fenómeno das drogas como flagelo social, recolheu opiniões que concentraram aspetos negativos associados à maleficência, à nocividade e à destruição da condição humana. Confrontados na prática diária com os aspectos mais complexos da realidade social que envolve o

mercado de distribuição direta de drogas e os consumos mais problemáticos em contextos largamente precarizados os participantes do estudo constroem representações dessas realidades extremamente negativas onde alicerçam as suas práticas.

Delimitados aspetos que circundam o trabalho policial, foram objetivados dimensões suplementares da nossa análise.

Logo à partida, as condicionantes mais assinaladas reportaram-se com a falta de meios materiais e humanos, unanimemente reconhecida pela totalidade da amostra, seguido da menção relativa às intromissões no serviço policial conjuntamente com a astúcia criminosa. Em termos da sua proporção, comparando o fenómeno das drogas (tráfico e consumo) com outras manifestações criminais, os participantes declararam que todos os fenómenos criminais se encontram interligados. Dada a generalidade da condição policial, para este grupo de profissionais, o combate de qualquer fenómeno criminal é realizado com o mesmo grau de empenhamento, considerando no entanto que a criminalidade patrimonial é que apresenta os índices mais expressivos. Por fim, os insucessos profissionais refletidos no trabalho policial desenvolvido dentro do plano normativo são justificados por uma incorreta apreciação da parte das autoridades judiciárias. Ao nível das ações policiais improdutivas a sua ocorrência deve-se sobretudo às adversidades com que são confrontados aquando do exercício das práticas policiais.

Ao nível do estilo de policiamento, o tipo comunitário, canalizando os seus esforços para a solidificação das parcerias entre polícia-cidadão, é a modalidade mais eficaz para a resolução dos problemas de drogas (Koper, 1993; Des Moines Weed, 1999; Programa de Sementes 1999; Harris & O'Connell, 1994; Giacomazzi, 1995; McElroy, Cosgrove, & Sadd, 1990, cit. in Mazerolle et al., 2007). Uma padronização de iniciativas policiais proactivas, quando combinadas com processos específicos em parceria com as comunidades, potencia a melhoria da redução dos índices de criminalidade associados com os mercados de drogas, sendo as mais promissoras para a produção de resultados eficazes a longo prazo (Mazerolle et al., 2007).

Em concordância com Corsaro et al., (2010), as intervenções estratégicas de policiamento destinadas a reduzir a prática do tráfico de droga, devem ter em conta uma série de considerações importantes, incluindo a localização da área, os tipos de crime associados e a adoção de uma abordagem policial apropriada (tipologia de policiamento).

A consideração da forma como se organiza o trabalho e das condições em que este se processa, contribui para a apreensão do processo de produção de algumas das práticas



profissionais. A partir de uma visão mais ampla que abarca também os dilemas, os conflitos, as emoções e as relações de poder vivenciados pelos sujeitos que dão vida a organização, também concorrem para um melhor entendimento na atividade policial e respectivas práticas.

Através do exame das representações sociais, pôde-se perceber a complexidade existente na prática profissional dos policiais que atuam no domínio das drogas. Em cada decisão policial, tem-se um tipo de conciliação prática, desafiadora do que seja “a lei, o legítimo, o politicamente autorizado, o ético, o tecnicamente válido e o socialmente tolerado” (Muniz & Silva, 2010, p. 457). Para tentar “fazer a coisa certa”, decidir pela prática mais apropriada, é preciso, então, usar do bom senso policial e considerar o que manda a lei, avaliando, em cada situação concreta, a possibilidade de êxito, ditames que derivam de um saber fundado na experiência obtida através do exercício da função policial.

A polícia acaba por produzir “práticas próprias muitas delas baseadas em aspetos, os quais são reproduzidos por formas tradicionais de criação e transmissão culturais, (...) que irão nortear tanto a repressão quanto a investigação policial” (kant de Lima, 1989, p. 14).

Em conclusão à luz dos resultados, o posicionamento dos entrevistados face ao quadro regulamentar aplicado ao consumo e ao tráfico de substâncias estupefacientes, sustenta de forma assertiva a correspondência entre o quadro normativo e a aplicabilidade práticas policiais executadas no plano de ação. As intervenções realizadas em ambos os domínios das drogas, os entrevistados reconhecem capacidade na lei para por cobro ao conjunto de situações com as quais são confrontados.

No plano de ação normativa, as práticas policiais corporizam-se essencialmente através do cumprimento das ações prognosticadas nos meios típicos de obtenção de prova, fundados no ramo do processo penal. Neste particular, a tónica dominante visa o cumprimento de ações convergentes que se propõe comprovar o envolvimento dos cidadãos na atividade criminosa.

Dentro das suas perspetivas, perante as alterações legislativas em matéria de drogas, ao nível da observância destas novas contexturas e das consequências produzidas no campo das práticas policiais, as respostas policiais evidenciaram a dissonância do seu posicionamento individual. A motivação entusiasta e desafiante resultante do aumento de competências investigatórias para os crimes de tráfico, contradiziu com a desmotivação e o desinteresse policial, surgido na sequência da descriminalização do consumo.

No campo da iniciativa policial, as possibilidades existentes para a execução das suas tarefas são essencialmente operacionalizáveis sob a forma de ações espontâneas (imediatas) ou planeadas (estruturadas). A sua natureza destas ações é diferenciada entre si. A resposta policial aos contextos circunstanciais mais emergentes enquadra-se no tipo de ação espontâneo. Por outro lado, as ações planeadas visam corresponder às exigências mais elevadas da função policial que através de mecanismos mais interventivos, testam a habilidade investigacional e a capacidade técnica dos seus executantes.

Na perspetiva dos participantes, a atividade policial desencadeada em termos espontâneos visa fundamentalmente a detenção em flagrante delito dos infratores. Já no plano da ação planeada, as práticas policiais são empreendidas para uma maximização da obtenção de resultados, cujo reflexo é evidenciado nas quantidades de droga apreendida. Em termos de amostra, a preferência demonstrada pelo tipo de ações policiais praticadas dentro deste plano, é fundamentado pelo reconhecimento de o seu desenvolvido se estabelece como um desafio mais aliciante ao seu desempenho profissional e lhes atribui um maior protagonismo e prestígio a nível profissional.

De forma agregada com a execução das práticas policiais, em ambos os plano de ação, através das modalidades de policiamento de cariz preventivo ou reativo e intensivo (permanente), são garantidas as respostas apropriadas que asseguram o grau de eficácia necessária ao sucesso destas ações.

Na vertente da execução técnico-policial, o panorama dos entrevistados elenca a importância da conjugação das ações da componente analítica e operacional, cujo contributo é indispensável para o sucesso do trabalho policial. O fator aqui mais patente reportou-se com a exigência do grau de competência que acarreta a realização deste tipo de tarefas.

No capítulo das representações, os juízos de valor emitidos sobre o fenómeno das drogas associam-no unicamente às evidências negativas. Já no que diz respeito às modalidades de tráfico, apesar do campo de atuação do traficante ter sido representado de uma forma complicada, os entrevistados através das suas ações consideram que controlam e dominam os mercados da droga, contrariamente ao que se sucede nos crimes patrimoniais.

Finalmente num último ponto, na observação do exercido da atividade policial, a perceção dos participantes sobre a eficácia do trabalho desenvolvido foi avaliada de maneira notável, significando isso em seu entender, uma boa aplicabilidade das suas práticas. No que concerne à reação social percecionada, os discursos dos participantes

apresentam-nos uma dualidade de opiniões, mencionando os méritos alcançados mas também reconhecendo as críticas pouco favoráveis ao modo de atuação

O padrão de atuação e a identificação das práticas mais correntes no âmbito das drogas, não se podem compilar num manual de procedimentos redigidos, onde são elencados os vetores da ação policial e a padronização dos seus modelos de atuação.

No fundo através deste trabalho procurou-se evidenciar a diversidade das perspetivas dos participantes sobre o objeto e as suas interações dentro do contexto específico assinalado.

## **5.2 LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO**

Partimos para este trabalho com o interesse centralizado na investigação das práticas policiais de atuação no domínio das drogas. Diremos que o conhecimento empírico produzido pela comunidade científica e essencialmente, pela ciência criminológico é relativamente diminuto a este objeto. O estudo dos conteúdos assinalados, através da perspetiva apresentada, pretende coincidir com o andamento inicial do seu conhecimento, contribuindo de certa maneira para a compreensão do tema, de uma forma abrangente e numa dimensão geral.

No panorama nacional, constata-se a inexistência de estudos avaliativos das intervenções policiais e dos resultados da sua atuação realizada neste domínio, pelo que acreditamos estarem reunidas as condições indispensáveis para que futuras investigações possam ser desenvolvidas neste campo do conhecimento científico, pois o estudo das práticas policiais poderá ser tratado sob novas abordagens teóricas e metodológicas.

Abordamos ainda a questão das representações do fenómeno das drogas, do tráfico e de alguns aspetos relacionados com o exercício da função policial, salientando aqui primeira grande limitação do nosso estudo, pois nalgumas das dimensões consideradas, os nossos resultados não foram alvo de confrontação com qualquer dado empírico ao nível da revisão da literatura,

Em segundo lugar, pese embora o enquadramento legal que regulamenta a atividade policial no domínio das drogas seja indistinto do órgão de polícia criminal<sup>44</sup> com competências de atuação nesta matéria, seria de todo o interesse expandir o nosso estudo sobre o emprego das práticas policiais e, principalmente das principais técnicas

---

<sup>44</sup> Designadamente a Direção-Geral das Alfândegas, a Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Marítima.

utilizadas, aos representantes dessas distintas instituições, visando a análise da sua esfera da ação no plano da iniciativa própria e na componente técnico-policial.

Em terceiro lugar, reconhece-se que a dimensão da amostra deveria ser expandida a nível nacional, a fim de se comparar as experiências profissionais entre agentes policiais que trabalham em zonas metropolitanas diferenciadas e em regiões menos populosas, acreditando corresponder a um complemento enriquecedor que ampliava a representatividade da sua proporção.

Em quarto lugar, as percepções e as dimensões consideradas no nosso estudo, poderiam ser debatidas com outros indicadores quantitativos, tais como relatórios mensais das operações policiais informativos de prevalência e de incidência das suas periodicidades, dos locais abrangidos, o tipo de ações realizadas e seus resultados, contribuições estas que certamente valorizavam o estudo agora realizado.

Por último não foram aprofundadas em pormenor as correlações entre a problematização da atuação policial face aos tipos de mercados de drogas e os contextos onde são operadas as práticas policiais e principalmente não foi explorado em toda a sua plenitude o vasto quadro opções técnicas policiais empregues nesta especificidade criminal.

Distintos aspetos ficaram ainda por analisar. Este estudo deve ser encarado como um passo iniciativo para uma melhor compreensão do seu objeto. Tendo por base algumas das limitações elencadas, o estudo das práticas policiais deve ser aprofundado através do recurso a metodologias robustas e rigorosas independentes da sua tipologia ou do fundamento teórico, não só no domínio das drogas mas também no âmbito de outras vertentes da atuação policial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, S. & Peralva A. (1997). Nota de apresentação: Estratégias de intervenção policial no estado contemporâneo. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9 (1): 1-4, maio de 1997.
- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiermaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1995). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alves I. (2007). *Cultura profissional e violência policial: uma discussão*. Estudos do Trabalho. Ano I – Número 1 - Revista da RET: Rede de Estudos do Trabalho [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)
- Andrade, M. C. (1992). *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal*, Coimbra Editora.
- Bagina, F. A. C. (2008). Medidas Cautelares e de Polícia – Anotações, *Revista Polícia Portuguesa* n.º 008-III Série (Julho/Setembro 2008).
- Bagina, F. A. C. (2009). Medidas Cautelares e de Polícia – Anotações, *Revista Polícia Portuguesa*, n.º 010, III Série (Janeiro/Março 2009).
- Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. (Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977).
- Braga, A. A., Hureau, D. M. & Papachristos, A. V. (2012). An Ex Post Facto Evaluation Framework for Place-Based Police Interventions, *Evaluation Review* 35: 592. doi: 10.1177/0193841X11433827.
- Braga, A. A. & Weisburd, D. L. (2012). The Effects of Focused Deterrence Strategies on Crime: A Systematic Review and Meta-Analysis of the Empirical Evidence, *Journal of Research in Crime and Delinquency* 49: 323. doi: 10.1177/0022427811419368.
- Braz J. (2009). Investigação Criminal: a organização, o método, e a prova - os desafios da nova criminalidade, Edições Almedina, Coimbra, Outubro 2009
- Bonelli M. G. (1998). A competição profissional no Mundo do Direito. *Tempo Social*. n. 1. vol. 10. p. 185-214. São Paulo
- Bouchard M. & Tremblay P. (2005). Risks of Arrest Across Drug Markets: A Capture-Recapture Analysis Of “Hidden” Dealer And User Populations, *Journal of Drug Issues* 0022-0426/05/04 733-754 35:733. doi:10.1177/002204260503500404.

- Charmaz, K. (2005). Grounded Theory in the 21st Century: Applications for Advancing Social Justice Studies In. N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd ed., pp. 507 - 536). London: Sage.
- Correia T., Gonçalves I. & M. Pile. (2003). Gabinete de Estudos e Planeamento: Insucesso Académico no IST. Disponível em [www: URL:http://www.aep.unidades.ist.utl.pt](http://www.aep.unidades.ist.utl.pt)
- Cordner, G. W. (1979). Police patrol work load studies: A review and critique. *Police Studies*, 2 (4), 50-60.
- Costa, C. & Leal, J. (2004). *A Criminalidade Associada à Droga, Evolução comparativa 1996-1999 e 2000-2003*, Direção Central de Investigação de Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária, Lisboa.
- Corsaro, N., Brunson, R. K., & McGarrell, E. F. (2007). Drug Law Enforcement: A Review of the Evaluation Literature, *Police Quarterly*, 10: 115. doi: 10.1177/1098611106287776.
- Corsaro, N., Brunson, R. K., & McGarrell, E. F. (2010). Evaluating a Policing Strategy Intended to Disrupt an Illicit Street-Level Drug Market, *Evaluation Review* 34: 513. doi: 10.1177/0193841X10389136.
- Cunha, M. P. (2005). From Neighborhood to Prison. Women and the War on Drugs in Portugal. In Julia Sudbury (ed.) *Global Lockdown. Race, Gender, and Prison-Industrial Complex*. New York: Routledge: 155-165.
- Cunha, M. P. (2008). Closed circuits Kinship, neighborhood and incarceration in urban Portugal, Vol. 9(3): 325–350. Retrieved from <http://www.sagepublications>. doi: 10.1177/1466138108094974.
- Dias, F. J. & Andrade, C. M. (1997). *Criminologia, O Homem delinquente e a sociedade criminógena*, 2.<sup>a</sup> Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Davis, R., & Lurigio, A. (1996). *Fighting back: Neighborhood antidrug strategies*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dorm, N., Murji, K. & South, N. (1992). *Traffickers, Drug Markets And Law Enforcement*. New York: Routledge.
- Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Lisboa: Editora Almedina.
- Durão, S. (2009). A produção de mapas policiais: Práticas e políticas da polícia urbana em Portugal. *Intersecciones antropol*, Volume 10, N.º1, pp. 43-61.

- Durão, S. (2011). Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes, *Etnográfica*, 15 (1): 129-152.
- Fernandes, L. (1998). *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L. F. (2008). Abordagens à Prevenção, Pós Graduação - Informações e Segurança, Informações Policiais e Prevenção da Delinquência in <http://fragmentosdodesperdicio.blogspot.pt>.
- Fernandes, T. (2006). Manual de Informações Policiais, Instituto Médio de Ciências Policiais da Polícia Nacional de Angola.
- Fernandes, T. (2011). A Análise de Informações Criminais enquanto instrumento de monitorização de Grupos Criminosos Itinerantes.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fonseca, C. R. (2006). Consumo de Drogas: Crime ou Contra-Ordenação? Drug Abuse: Crime or Administrative Infraction? *Revisões / Reviews*, Volume VIII Nº4 Julho/Agosto 2006 39-51.
- Fontana, A., & Frey, J. (2005). The Interview: From Neutral Stance to Political Involvement. In. N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd ed., pp. 695 - 728). London: Sage.
- Galinkin, A. L., Almeida, A. M. O., & Anchieta, V. C. C. (2012). Representações Sociais sobre Juventude e Violência. *Disponível em [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia)* set.-dez. 2012, Vol. 22, No. 53, 365-374. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272253201308>
- Goldstein, H. (1979). Improving policing: A problem oriented approach. *Crime and Delinquency* 24:236-58.
- Gomes, R. & Souza, E. R. (2013). *A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos*, *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (3):601-610.
- Gonçalves, F. & Alves, M. J. (2000). *Os Tribunais, As Polícias e o Cidadão, O Processo Penal Prático*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Gonçalves, F., Alves, M. & Valente, M. M. G. (2001). *Lei e Crime, O Agente Infiltrado Versus o Agente Provocador, Os Princípios do Processo Penal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Holsti, O. R. (1969). *Content analysis for the sciences and humanities*, Addison-Welley Publishing Company.
- Lima D. A. (1989). Policiais do Batalhão de Polícia Ferroviária: As Representações Sociais sobre a Prática Profissional Cotidiana na Central do Brasil.

- Lopes, Vitor H. Gonçalves (2006). Aspectos do trabalho policial (Egon Bittner), *Sociedade e Cultura*, V. 9, N.2, Jul/Dez,[ 339-341].
- Johnson, R. R. (2012). Police Officer Job Satisfaction: A Multidimensional Analysis. *Police Quarterly* 2012 15: 157. doi: 10.1177/1098611112442809.
- Júnior E. P. L., Paiva A. T., Muzzio H. & Costa F. J. (2011). *Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial*. RAP — Rio de Janeiro 45 (6):1821-45, nov./dez.
- Junior A. O. (2011). *Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil*. Revista Brasileira Segurança Pública, Ano 5, Edição 9, agosto/setembro 2011.
- Kelling G. L. & Moore, M. H. (1998). The Evolving Strategy of Policing. *Perspectives on Policing*. A publication of the National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, and the Program in Criminal Justice Policy and Management, 4. Retrieved from [www.ncjrs.gov](http://www.ncjrs.gov)
- Kerr, T., Small W. & Wood (2005). The public health and social impacts of drug market enforcement: A review of the evidence. *International Journal of Drug Policy* 16 (2005) 210–220. Retrieved from [www.elsevier.com/locate/drugpo](http://www.elsevier.com/locate/drugpo).
- Malta, F. & Ferreira, M. L. A. (2013). *Conflito trabalho versus gênero: considerações sobre o trabalho policial feminino*, in II coninter – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, outubro de 2013
- Maroy, C. (1995). A análise qualitativa de entrevistas. En Albarello e outros. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva. pp. 117 – 155.
- Mason, J. (2002). *Qualitative Researching* (2nd Ed.).London: Sage.
- Mazerolle, L., Soole, D. & Rombouts, S. (2007). Drug law enforcement: A Review of the Evaluation Literature. *Police Quarterly* 2007 10: 115. doi: 10.1177/1098611106287776.
- Mazerolle L, Soole D. & Rombouts, S. (2007a). Street-level drug law enforcement: A meta-analytic review. *Campbell Systematic Reviews* 2007:2. doi: 10.4073/csr.2007.2 .
- McCabe, J. E. (2008). What Works in Policing? The Relationship Between Drug Enforcement and Serious Crime, *Police Quarterly*, 11: 289. doi: 10.1177/1098611107306863.
- Meires, A. A. (1999). *O Regime das Provas Obtidas pelo Agente Provocador em Processo Penal*. Coimbra: Livraria Almedina.



- Morais, L. L. P. & Paula, A. P. P. (2010). Identificação ou Resistência? Uma Análise da *Constituição Subjetiva do Policial*, Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac> RAC, Curitiba, v. 14, n. 4, art. 4, pp. 633-650, Jul./Ago. 2010
- Monjardet, D. (2003). *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Nolas, S.M. (2011). Grounded Theory Approaches. In. N. Frost (Ed.), *Qualitative Research Methods in Psychology: Combining Core Approaches* (pp. 16 - 43). New York: McGraw Hill.
- Muniz J. O & Silva W. F. (2010). Mandato policial na prática: Tomando decisões nas ruas de João Pessoa. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, Set./Dez. 2010
- Poncioni, P. (2006), *A “feijoada”: negociação e violência nas práticas policiais de mediação de conflitos*. Estudos de Política e Teoria Social. Praia Vermelha. 14 & 15. Primeiro e Segundo Semestre de 2006
- Práxis. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-01-09]. Disponível na [www: .infopedia.pt/praxis](http://www.infopedia.pt/praxis).
- Pritchard, M. & Laxton, E. (1978), *Busted, The sensational life story of undercover Hippie*, Conder, Mirror Books.
- Poret, S., Téjédo C. (2005). Law enforcement and concentration in illicit drug markets. *European Journal of Political Economy Vol. 22 (2006) 99– 114*, Retrieved from [www.elsevier.com/locate/ejpe](http://www.elsevier.com/locate/ejpe).
- Prosecution of Drug users in Europe, European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, (EMCDDA), 2002, June.
- Quintas, J. (1997). Drogados e consumos de drogas: Análise das representações sociais, *Dissertação de candidatura ao grau de mestre elaborada sob orientação da Professora Doutora Gabrielle Poeschl*, Universidade Do Porto, Faculdade De Psicologia E De Ciências Da Educação, Mestrado Em Psicologia - Opção De Psicologia Social.
- Quintas, J. (2006). Regulação legal do consumo de drogas: impactos da experiência portuguesa da descriminalização, *Dissertação de candidatura ao grau de doutor elaborada sob orientação do Professor Doutor Cândido da Agra*, Universidade do Porto, Faculdade De Direito – Escola De Criminologia.
- Quintas, J. (2011). *Regulação legal do consumo de drogas: impactos da experiência portuguesa da descriminalização*, Porto: Fronteira do Caos.

- Recasens, A. B. (2007), *La Seguridad y sus Políticas*, Barcelona, Atelier Libros Jurídicos.
- Ritchie, J. (2003). The Applications of Qualitative Methods to Social Research. In. J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 24 - 46). London: Sage.
- Ritchie, J., Lewis, J., & El am, G. (2003). Designing and Selecting Samples. . In. J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 77 - 108). London: Sage.
- Saldaña, J. (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. London: Sage.
- Sherman, L. W. (1990). Police crackdowns: Initial and residual deterrence. *Crime and Justice: A Review of Research* 12:1-48.
- Silva, G., M. (1994). *Bufos, Infiltrados, Provocadores e Arrependidos*, Direito e Justiça, Faculdade de Direito da Universidade Católica, Vol. III, T2.
- Silverman, D., & Marvasti, A. (2008). *Doing Qualitative Research: A Comprehensive Guide*. London: Sage.
- Snape, D., & Spencer, L. (2003). The Foundations of Qualitative Research. In. J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 77 - 108). London: Sage.
- Strauss, A., & Corbin. J. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. London: Sage.
- Teixeira, C. A. (2000). *Princípio da Oportunidade, Manifestações em Sede Processual e Sua conformação Jurídico-Constitucional*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Valente, M. M. G. (2002). *Consumo de drogas: reflexões sobre o novo quadro legal*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Valente, M. M. G. (2003). *Revistas e Buscas*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vergara, S., *Gestão de pessoas*. São Paulo, Atlas, 2003
- Weisburd, D. & Eck, J. E. (2004). What Can Police Do to Reduce Crime, Disorder, and Fear? *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 593: 42. doi: 10.1177/0002716203262548.
- Weisburd, D. & Telep, W. (2012). What is Known About the Effectiveness of Police Practices in Reducing Crime and Disorder? *Police Quarterly*. doi: 10.1177/1098611112447611.
- Williams, J. R. & Guess, L. L. (1981). The informant: a narcotics enforcement dilemma, *Journal of Psychoactive Drugs*, July-September, 113, 3 - 236-245.
- Wilson, J. Q. (1978). *The investigations Managing FBI and Narcotics Agents*, New York: Basic Books.

- Wilson, J. M. & Heinonen, J. A. (2011). Advancing a Police Science: Implications From a National Survey of Police Staffing, *Police Quarterly* 14: 277. doi: 10.1177/1098611111414001.
- Zhao, J. S., Thurman, Q. C. & Ren L. (2008). An Examination of Strategic Planning in American Law Enforcement Agencies: A National Study, *Police Quarterly* 11: 3. doi: 10.1177/1098611107309624.

## **LEGISLAÇÃO**

Constituição da Republica Portuguesa

Código Penal Português

Código Processo Penal Português

Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro

Decreto-lei n.º 81/95, de 22 de Abril

Portaria n.º 94/96, de 26 de Março

Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de Janeiro

Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto

Acórdão 8/2008, de 5 de Agosto

Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto

Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho

Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro

Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro

Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de Abril

Retificação n.º 21/2013, de 19 de Abril

## **ANEXOS**

**ANEXO A**

**GUIÃO DE ENTREVISTA: PRÁTICAS POLICIAIS DE ACTUAÇÃO NO ÂMBITO DAS DROGAS**

<b>DIMENSÕES</b>	<b>TÓPICOS / TEMAS</b>	<b>QUESTÕES</b>
1. Dados Identificativos	1.1 Experiência profissional Conteúdo funcional	1. Idade e género? 2. Habilitações literárias? 3. Há quantos anos exerce a atividade profissional? 4. Qual é a sua atual função?
2. Definição e natureza do trabalho policial no TRÁFICO/CONSUMO	2.1. Plano normativo	5. Que tipos de ações estão previstos na lei?
	2.2 Plano de ação	6. De forma é que habitualmente são executadas essas ações?
	2.3 Importância	7. Qual é a importância de cada uma para a atividade policial?
	2.3 Adequação	8. Considera que são adequadas à ação policial?
	2.4 Modificação	9. Na sua opinião, o que acha que deveria ser alterado?
3. Representações do trabalho policial	3.1 Eficácia e eficiência	10. Como avalia os resultados da atividade policial?
	3.2 Condicionantes	11. Quais são as principais dificuldades com que mais se deparam?
	3.3 Expectativas sociais	12. Qual é a receptividade das populações ao trabalho policial desenvolvido neste campo?
4. Representações do fenómeno	4.1 Sobre o fenómeno	13. Em termos genéricos qual é a sua opinião sobre a droga?
	4.2 Contexto do tráfico com outras realidades criminais	14. Qual é a relação entre o tráfico e outras manifestações de criminalidade? 15. Qual é a relevância que ocupa no trabalho policial?
5. Alterações normativas	5.1 Plano 1995	16. Quais as modificações que ocorreram partir desta Lei?
	5.2 Lei 30/200	17. Na prática como agiram a partir desde então?
	5.3 Portaria 94/96	18. Como fazem para comprovar a condição de consumidor?

ANEXO B - SISTEMA DE CATEGORIAS					
DIMENSÃO: NATUREZA TRABALHO POLICIAL - PLANO NORMATIVO					
Código e designação		Fontes / Referências	Exemplo	P	
Categoria	Subcategoria				
4.1.1 Definição / Caracterização	4.1.1.1 Notícia e Processo-crime	5	Há notícias de um crime essa notícia é remetida ao DIAP é autuado como inquérito e depois à posterior eles mandam para nós (...) prontos na maior parte das vezes começa-se assim um bocado ... depois a gente faz uma informação de serviço a narrar a dizer que teve conhecimento que determinado indivíduo que estava a traficar droga naquelas ou noutras circunstâncias e dá origem a um processo.	AM	
	4.1.1.2 Produção da prova	3	Nós para fazer prova, porque uma coisa é dizer aquela pessoa fez aquele ato, e ele simplesmente é-lhe apreciado aquele ato, e outra coisa é lhe apreciar prova em de que ele leva aquele ato reiteradamente durante meses e dias.	JT	
4.1.2 Adequação e suficiência	4.1.2.1 Adequados e suficientes	8	Penso que atualmente as coisas estão muito bem balizadas os factos que existem são suficientemente seguro para que as autoridades judiciárias possa aferir da legalidade dos atos policiais e temos um Estado de direito é fundamental que os direitos dos cidadãos incluindo os polícias tem que atuar num quadro legal e sempre num quadro de salvaguarda dos direitos para isso é que existem os direitos como garantias de todos os cidadãos e os juizes para autorizar os pedidos que os OPC's façam ou as solicitações que façam ao Ministério Público como sabe é o Ministério Público que leva ao Juiz a promoção das solicitações feitas pelos OPC's.	FG	
4.1.3 Importância das ações		8	Não há uma mais importante na minha opinião não há uma mais importante do que outra porque todas elas são importantes.	CR	
	4.1.3.1 Apreensões	2	No meu ponto de vista não há prova ideal que não seja a droga apreendida, seja a quantidade que seja porque o resto cabe-nos a nós provar o grau de envolvimento e de traficância.	JT	
	4.1.3.2 Buscas	2	Para mim as mais importantes serão as buscas porque geralmente é nessas ocasiões que a gente consegue obter meios de prova materiais para depois condenar o indivíduo.	AM	
	4.1.3.3 Escutas telefónicas	4	Temos as escutas que é uma boa ferramenta para atingir os objetivos.	AM	
4.1.4 Modificações normativas	4.1.4.1 Decreto-lei n.º 81/95	4.1.4.1.1 Ação imediata	5	Era uma ação imediata isto é a gente sabia que num determinado café num determinado tecido social havia um foco de consumo e tráfico de droga pois a gente montava logo uma vigilância e a gente atuávamos logo de imediato não perdíamos a oportunidade para deter os prevaricadores de uma forma ou de outra.	JN
		4.1.4.1.2 Notícias criminais	3	Trabalhávamos com base em notícias (...) com base em informações essas notícias era aquilo que nós ouvíamos e nós próprios íamos canalizando essas notícias íamos trabalhando (...) anotávamos mas ficávamos com as anotações para nós essas anotações não eram produzidas em qualquer folha de papel era só para nós (...) não havia nada era só recolher a informação para depois poder fazer alguma coisa.	CC
		4.1.4.1.3 Trabalho aprimorado	8	A partir daí começaram a ser delegados inquéritos pelo ministério publico respeitantes a tráfico estupefacientes ora tendo inquéritos delegados pelo ministério público começamos a trabalhar com todos os meios de obtenção de prova existentes no código processo penal por isso até essa altura nós limitávamos a fazer o que as chamadas brigadas à civil que era a intervenção na rua com a identificação e a eventual revista com a apreensão e a partir dessa altura não permitiu-nos ir mais longe permitiu-nos chegar ao dono da droga permitiu-nos angariar prova suficiente para dismantelar uma rede completa por exemplo sendo que até essa altura não era possível.	JD
	4.1.4.2 Lei n.º 30/2000	4.1.4.2.1 Desânimo e desmotivação	8	Penso que muito pouca gente terá entendido as razões principais dessa alteração legislativa conforme está na lei a minha sensação é que houve um sentimento de algum desânimo e desmotivação de polícias para trabalhar perante essa lei porque implicava o mesmo trabalho semelhante a fazer uma detenção e o resultado prático é	FG

				praticamente nulo porque o indivíduo é notificado para ir à comissão da dissuasão da toxicodependência e a lei não prevê nenhuma sanção se o indivíduo não for lá.	
		4.1.4.2.2 Ineficiência e descredito das IFC	8	Por constatação própria tenho visto é que o indivíduo anda aqui a consumir há quinze anos a mijar no copo e as análises reveladas dão sempre positivo sempre e estão sempre a dar metadona por outro lado se dão negativo estão sempre a dar metadona e não saímos disto portanto é um engano e até agora hoje em dia ninguém tem coragem de mudar ou até de expor essas situações eu não acredito em CDT's, era manifestamente indicativo de que esses organismos queriam que a gente lá levasse toxicodependentes agente leva lá o mesmo toxicodependente dez ou doze vezes e ele nunca desintoxica alguma coisa está mal ou não resulta a dissuasão ou não tem que resultar e as pessoas estão se enganar a elas mesmas aos organismos e aos toxicodependentes.	JD
	4.1.4.3 Portaria n.º 63/94	4.1.4.3.1 Adequação	3	Parecem-me razoáveis a mim parecem-me razoáveis se estivermos a pensar nas tais dez doses de cocaína não é? Cinco de heroína e dez de cocaína eu considero razoáveis é difícil poder-se dizer se para um indivíduo cinco ou dez doses não é nada e ele consome aquilo num dia enquanto para outro pode ficar para a semana tudo isso também depende do consumidor há consumidores que há consumidores que consomem três gramas por dia a legislação eu até acho que estará de facto bem ...	CT
		4.1.4.3.2 Tráfico	5	Há indivíduos que sabem qual é a quantidade que podem andar no dia a dia e utilizam-na para como subterfugio para nunca serem incriminados por tráfico e continuarem a vender mas também esse tipo de indivíduo e o tráfico que eles fazem é um tráfico menor.	AM
	4.1.5.1 Agravamento sancionatório do quadro normativo		8	Única coisa que devia ser regulamentada e não está é a posse cumulativa atualmente posso ter na minha posse uma grama de heroína cinco gramas de haxixe e vinte cinco gramas de liamba e posso ser considerado consumidor porque nenhuma deste tipo de droga eu ultrapasso ... há já muitos indivíduos que sabendo que podem andar com quantidades até estes pesos e então por exemplo tem em casa mais droga e trazem só sete ou oito pacotes de cada vez para a rua onde procedem há venda se forem intercetados por um polícia com esses pacotes não serão detidos porque não têm quantidade suficiente.	FG
4.1.5 Alterações sugeridas	4.1.5.2 Sistema judicial	4.1.5.2.1 Modelo processual	5	Uma realidade diferente analisam de forma muito diferente e não valorizam o que se calhar deveriam valorizar ou seja o próprio sistema judicial se calhar também devia sair um bocadinho dos gabinetes e vir cá para fora e ajudar o polícia.  As provas obtidas em sede de inquérito sejam valoradas em audiência de julgamento e é uma mais-valia para a investigação e seria uma grande conquista.	AM  JN
		4.1.5.2.2 Prazos investigacionais	3	Modificava os prazos ... alargava os prazos dilatávamos mais os prazos.	CC



ANEXO C - SISTEMA CATEGORIAS					
DIMENSÃO: NATUREZA TRABALHO POLICIAL – PLANO AÇÃO					
Código e designação		Fontes / Referencias	Exemplo	P	
Categoria	Subcategoria				
4.2.1 Alvos de incidência	4.2.1.1 Traficantes	4.2.1.1.1 Antecedentes e referências criminais	4	Quando há referências de que é aquele indivíduo que comprou aquele indivíduo, de que foi aquele indivíduo que vendeu.	CR
		4.2.1.1.2 Papel e exposição na atividade	4	Para além de fazer o combate da venda direta também atua sobre o traficante e o responsável pela droga que é vendida aos consumidores (...) são quase nomeados pelo grau de envolvimento que tem no nível de tráfico (...) Tem a ver com o grau de participação.	JN
	4.2.1.2 Abordagem Consumidores	4.2.1.2.1 Razões Preventivas	2	Neste momento é mesmo por uma questão de prevenção, vê-se que há empenho por parte dos polícias em fazer o encaminhamento dos consumidores para a comissão.	JT
		4.2.1.2.2 Condição de suspeição	8	É a forma de eles vestirem há sempre uma forma característica de verem se são consumidores ou não pelo aspeto físico os consumidores de heroína por norma são magros andam muito sujos pouco asseados.	AM
		4.2.1.2.3 Fonte de informação	6	Quando a gente intervém com este tipo com este grupo é para de alguma forma a gente se aperceber qual é a proveniência da droga e qual é o causador daquele foco de tráfico e consumo de droga porque nós vamos saber qual é o circuito que aquela droga teve.	JN
	4.2.1.3 Alvos Geográficos	4.2.1.3.1 Oferta da droga	3	Tem a ver com esse mesmo problema é o tecido urbano que está contaminado com o consumo e tráfico de droga e de uma forma ou de outra a polícia tem tendência sempre a combater e a deslocar-se para esses meios urbanos onde existe mais consumo e mais tráfico de droga onde o comércio é mais abundante porque ao ser abundante esse tipo de comércio onde afluem muitos indivíduos que de uma forma ou outra podem provocar pequenos furtos pequenos delitos e causa grande instabilidade às populações locais.	JN
		4.2.1.3.2 Zonas problemáticas de manifestação da atividade criminal (TRF/CONS)	3	Porque geralmente é onde circula mais droga ou não mas há prior e de forma visível será onde circula mais droga e indivíduos ligados ao consumo e tráfico de droga é só essa questão embora haja zonas onde possam circular muita droga mas é de uma forma incorreta em que não é visível.	AM
		4.2.1.3.3 Efeitos de contágio	2	Isso tem a ver também com as pessoas que mudam para o bairro quase todas elas ou porque por influências dos outros começam a traficar droga.	CC
4.2.2 Contextos situacionais da	4.2.2.1 Ações espontâneas: objetivos e técnicas	4.2.2.1.1 Diversidade operacional	5	O nosso objetivo é diverso.	CC
		4.2.2.1.2 Abordagem e identificação de suspeitos	3	Quanto à nossa ação em termos concretos em termos de rua é identificar abordando questionando se tem algo de ilícito. Identifico a b e c.	FG JD

intervenção policial		4.2.2.1.3 Prevenção e reação criminal / sentimento de segurança		6	Operações de prevenção criminal obviamente que os objetivos da policia em fazer ações em locais onde há registo de tráfico e consumo nomeadamente alguns pontos nevralgicos de bairros problemáticos junto de alguns estabelecimentos comerciais alguns cafés enfim o que a polícia visa em primeiro lugar é sempre dar um sentimento de segurança.	FG
		4.2.2.14 Constatação presencial e rapidez de atuação		8	Conhecimento próprio e por constatação própria. (...) Já está tudo orientado de forma a que a gente entre o mais rápido possível e surpreenda os indivíduos ou seja quando a gente lá estiver só depois da gente lá estar é que eles conseguiram ver tudo.	JD AM
4.2.3 Ações Planeadas	4.2.3.1 Objetivos	4.2.3.1.1 Policiamento intensivo		8	O que se vai fazendo em minha opinião e acho muito bem é de tempos a tempos fazer um policiamento mais próximo junto aqueles locais de forma durante aquele espaço de tempo a acalmar as pessoas que lá vivem naqueles locais há gente boa nem todos são maus.	CR
		4.2.3.1.2 Apreensão estupefaciente	4.2.3.1.2.1 Oportunidade	2	e eu quando sei que um indivíduo cabecilha um dealer da rede vem com dez ou cinco ou um quilo mas eu se tiver uma boa prova um manancial de prova muito boa para ele eu sei que ele tanto vai apanhar tantos anos de prisão tanto com um quilo como com cem portanto não estou muito preocupado em estar a querer atingir o céu como limite e depois ficar sem nada	JD
			4.2.3.1.2.2 Quantidade	4	É a quantidade para mim não há drogas leves nem pesadas elas para mim na balança pesam todas de igual forma e para mim é tão nocivo o haxixe numa criança de catorze ou quinze anos como a heroína ou cocaína num indivíduo da mesma idade ou até mais velhos	JD
			4.2.3.1.2.3 Tipo	2	Eu sinceramente dou mais importância ao tipo de droga é claro que ... valorizo mais apanhar um quilo de heroína ou cocaína do que apanhar dez quilos de haxixe	AM
	4.2.3.2 Técnicas	4.2.3.2.1 Estratégia policial		5	A polícia tem de utilizar os meios de obtenção de prova que tem há sua disponibilidade nos termos do código processo penal a forma como os utiliza a prioridade e o momento cada um deles tem a ver com a estratégia policial definida.	FG
		4.2.3.2.2 Análise ocorrências		3	O critério tem a ver com uma análise diária que é feita de várias formas ao nível Do departamento de esquadra da divisão do comando e essa análise criminal em função das ocorrências da criminalidade que vai sendo relatada dá-nos os chamados outpots ou seja os pontos quentes onde normalmente se passa e sabermos locais onde é mais frequente haver tráfico haver indivíduos que consomem estupefaciente onde estão concentrados indivíduos que praticam outro tipo de crime.	FG

			4.2.3.2.3.1 Fontes e processo de recolha	8	Ou mesmo o homem do giro que faz uma informação de serviço que tem por interposta pessoa conhecimento de que alguma coisa está a funcionar menos bem. O próprio cidadão deve ser polícia do seu bairro polícia da sua casa polícia da sua rua deve denunciar porque está a colaborar com a sociedade se não colaborar a polícia não sabe muitas coisas não é eu acho que o povo não está ajudar muito na divulgação de crimes na divulgação de identificação de pessoas suspeitas etecetra etecetra e a gente lá os vai convencendo a isso.	JN FG
		4.2.3.2.3 Pesquisa notícia / Informações / informadores	4.2.3.2.3.2 Caraterização	8	A recolha de informação é de todas as formas legais o informador é aquela pessoa que fala connosco há vários tipos de informadores há a pessoa que reside na rua X ou no bairro y liga para a esquadra da área a denunciar uma situação A polícia tem que ter informadores claro apesar dessa palavra ter uma conotação negativa eu não tenho nenhum problema em usá-la porque é uma realidade e o informador a informação é essencial para a polícia.	FG JD
			4.2.3.2.3.3 Recurso	3	Eles próprios sentem à vontade para nos poder também ajudar, o principal fundamento aqui é confiança que eles têm no polícia. Eu aproveito os informadores quando eles estão chateados com o fornecedor tem uma zanga um ajuste de contas aproveito isso um gajo tem que aproveitar logo de imediato não vá ele reatar as amizades e a coisa ir por água abaixo.	CR JD
			4.2.3.2.3.4 Relacionamento (promiscuidade e tenebrosidade)	1	É sempre um relacionamento promíscuo porque estamos sempre a lidar com alguém ou ainda está no consumo de droga ou já esteve (...) são sempre relações muito tenebrosas muito dentro de uma linha que é preciso ter algum cuidado em andar nelas porque de uma forma ou de outra a gente pode estar a surgir alguma convivência com esse tipo de sujeito e ele também se pode estar a aproveitar de dar algumas informações para levar por diante algumas ações dele mesmo	JN
			4.2.3.2.3.5 Relacionamento (individual, pessoal e profissional)	4	Cada um tem os seus informadores ... geram-se informadores há maneira deles, geralmente os informadores só dão informações a um determinado indivíduo que tem confiança e dessa forma que gerem só contactam geralmente com esse elemento.	AM
		4.2.3.2.4 Persistência		8	Só demonstra que na próxima oportunidade não lhe posso dar espaço de manobra e ele para ou é detido faço-lhe sombra o tempo que for necessário já tivemos alvos durante um ano ou mais que um ano e os históricos mesmo a acabar e no fim.	JD
		4.2.3.2.5 Vigilâncias e seguimentos		8	Eu posso ter um indivíduo sob investigação é um indivíduo que eu sei que ele vende todos os dias entre as nove da manhã e o meio-dia vende	FG

				<p>droga por exemplo vão para a primeira torre do bairro do aleixo esse mesmo individuo para carrear prova para o processo suficiente para que convença as entidades judiciárias que vende droga e não há duvidas nenhuma que é ele que ali está peço a necessária autorização e vou efectuar vigilância com recurso a suporte fotográfico até onde vou registar durante o período da vigilância o número de vendas que esse individuo fez não sei quanta quantidade ele vendeu não sei se ele vende um, dois ou três pacotes a esse individuo pacotes sei com certeza a quantos consumidores é que ele vendeu droga que isso é fácil de contar se ele estiver a vender cá de fora</p>	
		<p>4.2.3.2.6 Ações encobertas / disfarce</p>	8	<p>Eu gosto pouco de me mostrar gosto de passar despercebido gosto de me fazer de burrinho entre aspas mas na hora da verdade eu sou como o gato gosto de esperar pelo rato e quando o rato estiver próximo quando o rato estiver distraído quieto gosto de o catar mas catar sozinho e gosto de ter a certeza que o meu trabalho a minha ação não vai ser em vão.</p>	JD

ANEXO D - SISTEMA DE CATEGORIAS					
DIMENSÃO: REPRESENTAÇÕES DO FENÓMENO					
Código e designação			Fontes / Referências	Exemplo	P
Categoria	Subcategoria				
4.3.1 Fenómeno	4.3.1.1 Contaminação, dependência e destruição		8	A droga acho que é um mal da nossa sociedade que nos destrói de uma forma muito rápida muito intensiva muito intensa é o mal da nossa sociedade nessa perspectiva nós enquanto policias temos que de facto essa obrigação uma obrigação moral social de combater esse fenómeno portanto é qualquer coisa que nos detém e nos mobiliza de facto é combater algo que nos destrói enquanto sociedade. A droga ó pá é pelo vício e pela dependência que se cria designadamente nas famílias jovens mas atenção desgraça-os porque nunca tiveram vontade de resistir aquela tentação. O tecido urbano que está contaminado com o consumo e tráfico de droga (...)	CT  JD  JN
4.3.2 Representações do tráfico	4.3.2.1 Planos de tráfico		2	Neste crime em concreto tráfico de estupefacientes temos sempre que em conta que são indivíduos com alguma complexidade com algum traquejo com algum que utilizam vários instrumentos nomeadamente vários carros mudam de telemóveis mudam de restaurante não vivem sempre na mesma casa utilizam várias pessoas no comércio e nesta transação da mesma droga portanto são indivíduos que por vezes quase que não pegam na droga isto é fazem o comércio há distancia o que é mesmo muito complexo.	JN
	4.3.2.2 Panorâmica policial	4.3.2.2.1 Acessibilidade	1	Eu penso que todos os patamares são acessíveis às polícias não há patamares inacessíveis" (...) “não há patamares inacessíveis para a polícia.	JN
		4.3.2.2.2 Domínio e Controlo	3	O polo de trafico de droga que existe no bairro X ou Y o trafico de droga no bairro x ou y está localizado está identificado policia normalmente sabe quem é o individuo que vende sabe que ele vende todos os dias aquela hora sabe qual é a casa a policia mais dia menos dia vai lá.	FG
		4.3.2.2.3 Carácter permanente	2	Nós sabemos que há um traficante e há dois há espera quantos mais traficantes forem detidos, outros tantos estão há espera ... é um ciclo que nunca mais acaba.	CR
4.3.3 Outras manifestações criminais	4.3.3.1 Interligação criminal		3	Eu acho que para nós enquanto polícia damos exatamente o mesmo valor a tudo que é fenómenos criminais portanto combate-se a droga com mesmo empenho com que se apanha uma rede que estava a assaltar postos de abastecimento ou residências etc, portanto o nosso empenho acho que é sempre o mesmo.	CT
	4.3.3.2 Crimes patrimoniais (roubos e furtos)		5	Eu acho que atualmente principalmente os roubos é uma realidade muito mais difícil de controlar do que se calhar a droga ... mas atualmente os roubos vários distritos geográficos envolvidos com grande projeção quantidade de roubos muito elevados grupo de indivíduos que roubavam todos os dias em vários distritos do país de forma contínua e cada vez mais organizada com entrada de grupos de leste acho que os roubos e os furtos assumiram um grande protagonismo em termos criminais em Portugal.	AM

ANEXO E - SISTEMA DE CATEGORIAS				
DIMENSÃO: REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO POLICIAL				
Código e designação		Fontes / Referências	Exemplo	P
Categoria	Subcategoria			
4.4.1 Condicionantes	4.4.1.1 Meios materiais e humanos	8	É assim, eu penso que muitas vezes não é só o próprio Polícia que não faz só o seu trabalho, muitas vezes são os meios que se encontram ao dispor dessas pessoas não são os suficientes, a Polícia tem muita falta de meios para poder trabalhar.	JT
	4.4.1.2 Astúcia criminosa	6	O traficante no trafico de droga se anda se é um indivíduo refinado já é um indivíduo que não mexe com a droga já não mexe na droga se é um indivíduo que tem dinheiro e já está num patamar aonde funciona por si só com os fornecedores mas faz os contactos faz os pagamentos mas não mexe em nada e depois faz com que a comercialização dessa droga chegue ao consumidor mas por vezes não toca em nada ele não estar com na posse de droga muito difícil á policia e á investigação provar este tipo de enredo.	JN
	4.4.1.3 Interferências e coordenação	2	A intervenção policial não é um mar de rosas nunca foi (...) uma das coisas que me causa alguns problemas é a coordenação policial do nosso trabalho com as autoridades (...) interferências entre as próprias brigadas da mesma divisão também existem existiram onde sempre existir em situações normais da atuação policial o modelo ideal não existe é impossível (...) trabalhamos diariamente para diminuirmos isso.	FG
4.4.2 Práticas eficazes e exercício da profissão	4.4.2.1 Trabalho positivo	8	É assim eu desde 1995 a 2001 tinha 350 indivíduos presos em Custódias, presos não é detidos eu e outro colega da minha equipa portanto os números falam por si e tenho penas de prisão ou melhor foram atribuídas penas de prisão a alvos meus que variam entre dois anos e meio e os catorze anos de cadeia portanto aí já demonstra também o grau de ilicitude por cada um dos praticantes não é?	JD
	4.4.2.2 Profissionalismo e espírito de missão	5	Acho que é importante que se goste de ser policia porque se não gosta de ser policia não consegue aguentar o stress não consegue aguentar toda a energia positiva ou negativa que se gera à volta de um policia.	FG
	4.4.2.3 Critérios vocacionais	3	Antes de mais é a minha profissão é uma questão prática poderia estar aqui a dizer aquilo que passei na vida as fases ... não, obviamente é a minha profissional e ponto final foi esta a profissão que eu quis e que eu escolhi que eu goste estar a trabalhar numa área que eu goste tanto ser o melhor possível que eu sei.	CT
4.4.3 Expectativas sociais	4.4.3.1 Apreciação positiva	6	Comportamento gera comportamento se a atuação da policia for uma atuação exemplar eu quando digo exemplar se for enérgica quanto deve ser mas se formos responsáveis se formos profissionais a população reage normalmente muito bem à atuação da policia (...)	FG
	4.4.3.2 Incompreensão social	2	Num bairro problemático em que o sentimento de empatia com os moradores muita das vezes um sentimento que é irracional origina com que grande parte dos moradores se virem contra a policia não por algo errado que tenhamos feito mas sim porque são obrigados digamos assim por questões morais a apoiar os residentes que participam no trafico.	FG
4.4.4 Insucessos profissionais	4.4.4.1 Rejeição da prova	3	O que me causa maior agustia é muitas das vezes vermos o trabalho que fazemos no inquérito nomeadamente a recolha das declarações das testemunhas alguns interrogatórios de arguidos que falam quando falam são raros os casos que falam depois essa coisa de prova no inquérito que não seja valorada em tribunal porque por vezes dizem que disseram no inquérito porque a policia os obrigou coagiu bateu enfim ...	FG
	4.4.4.2 Conformismo	5	Quando acontece essas situações as pessoas fizeram o seu melhor tentaram e fizeram o que tinham que fazer.	AM
	4.4.4.3 Consequências prejudiciais	8	É uma frustração enorme isso é uma coisa ... é uma frustração enorme porque muitas vezes trabalhamos muito para obter determinados resultados e depois esses resultados não acontecem por mais que uma pessoa se esforce e esses resultados não aparecem.	AM